Pregão Eletrônico nº 073/2020

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SUS

Número do Processo:	00000.0.007540/2020 (VOLUME 1) - ADM
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Interessado:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA
Data de Abertura:	06/05/2020
Data do Volume:	06/05/2020 08:37:16
Assunto:	EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E DA PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA
Classificação Arquivística:	00.03.03.00 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

Ord.	DATA	DESTINO	Ord.	DATA	DESTINO
01			20		
02			21		
03			22		
04			23		
05			24		
06			55		
07			26		
08			27		
09			28		
10			29		
11			30		
12			31		
13			32		
14			33		
15			34		
16			35		
17			36		
18			37		
19			38		

P1

Recomendado no máximo 200 (Duzentas) páginas

00000.9.069284/2020
NC/SMSA
Fls. 6
Proc. 7540/20

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ASSISTENCIA FARMACEUTICA
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas"

Memo Nº. 13.837/2020/SAF/SMSA/PMBV **Boa Vista-RR, 29 de Abril de 2020.**

De Acordo
29/04/2020

Ao Senhor
Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

Assunto: **Aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual – Óculos**

Senhor Secretário,

Solicitamos a V. Sa, a abertura de procedimentos licitatório, através de Sistema de Registro de Preços, para aquisição de Material de Proteção Individual - **Óculos**, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

Segue anexo, o quantitativo a ser adquirido juntamente com a descrição dos produtos e justificativa.

Atenciosamente,

C. G. M
Analisado
Ass

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente de Assistência Farmacêutica - SAF

Recebido NC/SMSA
Hora: 11:50
Em: 30/04/2020

Av. Cap. Júlio Bezerra, 1150, Aparecida CEP 69.305-025-fone (95) 3224-8988
Boa Vista- Roraima E-mail: safprocessos@gmail.com NUP: 0.9.069284/2020

Documento assinado eletronicamente por MOYSES HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA em 29/04/2020 às 15:46
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: 6BD03E0

NC/SMSA
Fls. 02
Proc. 1540/20

Anexo I

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aquisição de Material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos** para suprir as necessidades anual – exercício 2020, das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, para pleno atendimento aos munícipes, usuários do atendimento básico e especializado.

Ademais, considerando as medidas de controle e prevenção do novo Coronavírus (Covid-19), os sistemas de saúde municipal precisam estar preparados para o pronto atendimento aos munícipes possivelmente infectados, e os que por ventura venham a se infectar, bem como, precisam estar preparados para dar continuidade na prestação do serviço supramencionado sem interromper a assistência à população, sendo imprescindível que a equipe de saúde esteja devidamente protegida afim de não propagar ainda mais o vírus em comento, o que poderia acarretar em danos sérios e irreparáveis à vida de toda a população.

Ainda cumpre ressaltar, que além de atender a necessidade anual (exercício 2020) da Secretaria Municipal de Saúde, o presente processo visa também suprir possíveis necessidades voltadas a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento a pandemia - COVID-19, caso venha ocorrer o aumento das demandas e o esgotamento dos quantitativos do Material Médico - Óculos, adquiridos por meio do **Processo nº 6652/2020**, o qual foi aberto exclusivamente para atendimento emergencial da Pandemia, por dispensa de licitação nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8666/93 e da Lei Federal nº 13.979/2020.

C. G. M
Analisado
Ass

Desta feita, considerando a necessidade anual da Secretaria Municipal de Saúde-SMSA, todos os fundamentos supramencionados, bem como em atenção a elaboração do Plano de Contingenciamento para o Enfrentamento do Novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Boa Vista – Roraima; a Portaria nº 356/2020/MS ***"Que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019"***; A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-

19); A promulgação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2020 que ***"reconhece o Estado de Calamidade Pública em razão da pandemia do Coronavírus no Brasil"***; A publicação da Portaria nº 454 de 20/03/2020 do Ministério da Saúde, que ***"reconheceu a transmissão comunitária do coronavírus em todo território nacional"***; E ainda, em atendimento aos Decretos Municipal: nº 033/E de 16 de março de 2020 ***"que dispõe sobre as medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19)"***, nº **038/E de 22 de março de 2020**, ***"que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no âmbito do Município de Boa Vista e define novas medidas de enfrentamento e prevenção ao Novo Coronavírus (COVID – 19)"***, nº 40/E de 26 de março de 2020 – flexibilização – ***"que altera o Decreto nº 038/E de 22 de março de 2020"***; e o nº 41/E de 31 de março de 2020, ***"que prorrogam os prazos estabelecidos pelos Decretos nº 033/2020/E e nº 035/2020/E"***; resta justificada a importância e necessidade da abertura do presente processo, para eventual aquisição do material – **Óculos**.

Por fim, ainda é imperioso destacar que tal ato possui o condão de garantir a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, competitividade do certame e da seleção da proposta mais vantajosa para Administração, bem como de atender com maior brevidade possível, em vista da obtenção do Registro de Preços, as demandas que surgirem para enfrentamento da emergência de saúde pública, em razão do novo coronavírus **(COVID-19).**

Boa Vista-RR, 29 de Abril de 2020.

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente de Assistência Farmacêutica – SAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ASSISTENCIA FARMACEUTICA
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas"

ANEXO III

Fiscais:

Servidor: Rangelito Arrabal
Matrícula: 29.499

Servidor: Ronan Sales Farias
Matrícula: 953.989

Comissão de Recebimento:

Servidora: Carolina Heloar dos Santos Leitão Bino **Matrícula:** 952099
Servidor: José Serra Júnior **Matrícula:** 44023
Servidor: Adiênio Silva de Farias **Matrícula:** 44004

Boa Vista-RR, 29 de Abril de 2020.

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente de Assistência Farmacêutica-SAF

C. G. M
Analisado
Ass

Documento assinado eletronicamente por MOYSES HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA em 29/04/2020 ás 15:46
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: 2085D94

NC/SMSA
Fls. 04
Proc. 7540/20
Claudmara

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Superintendência de Assistência Farmacêutica - SAF
"Nossa Missão é Cuidar da Saúde das Pessoas."

ANEXO II

MAPA QUANTITATIVO

Item	Código ComprasNET	Descrição do Material Médico Hospitalar	Unidade	Quantidade
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	Unidade	**3.000**

CONDIÇÕES PARA ENTREGA:	**Definitivamente no ato da entrega:** compreendendo as seguintes verificações: a) Do material entregue de acordo com as especificações exigidas no Edital e na Proposta da CONTRATADA; b) Quantidade/Qualidade e Validade do Material; c) Conformidade da documentação (Nota Fiscal/DANFE) e proposta apresentada pelo Fornecedor. -Para os itens é obrigatório constar a marca, lote, validade e descrição completa do produto (conforme proposta apresentada) na nota fiscal. -Os materiais deverão ser entregues acompanhados das notas fiscais, emitidas para o MUNICIPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL; CNPJ 05.943.030/0001-55.
PRAZO DE ENTREGA:	O prazo para entrega dos medicamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela SAF;
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	*Alvará Sanitário, licença sanitária ou licença de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, Conforme RDC n°16/2014; *Certificado de Aprovação C.A, conforme Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.
LOCAL DE ENTREGA:	O objeto deste certame deverá ser entregue pela empresa vencedora, na Avenida Capitão Júlio bezerra, Nº 1.150 - Bairro: Aparecida, sem nenhum tipo de ônus ao município, no horário de funcionamento (8h30m às 11h30m e das 14h30m as 17h30m);

Boa Vista-RR, 29 de Abril de 2020.

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente - SAF

C. G. M
Analisado
Ass

Documento assinado eletronicamente por MOYSES HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA em 29/04/2020 ás 15:46
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: 91A788A

NC/SMSA
Fls. 5
Proc. 07540 / 2020
Claudimara

TERMO DE REFERÊNCIA

01 APRESENTAÇÃO

1.1 Atendendo ao disposto sobre procedimentos licitatórios, definido pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentado nacionalmente pelas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e pelo Decreto Federal nº 10024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, bem como em atenção ao Decreto Municipal nº 113-E, de 19 de novembro de 2014, publicado no DOM do dia 19 de novembro de 2014, que regulamentou o Sistema de Registro – SRP previsto no § 3º do art.15, e art. 118 da Lei Federal nº 8.666/93, e ao Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assim como demais legislações complementares aplicadas a matéria, elaboramos o presente Termo de Referência para eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

02 DO OBJETO

2.1 Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

03 DA JUSTIFICATIVA DO PROCESSO

3.1 Justifica-se a aquisição de Material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos** para suprir a necessidade anual – exercício 2020, das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, para pleno atendimento aos munícipes, usuários do atendimento básico e especializado.

3.2 Ademais, considerando as medidas de controle e prevenção do novo Coronavírus (Covid-19), os sistemas de saúde municipal precisam estar preparados para o pronto atendimento aos munícipes possivelmente infectados, e os que por ventura venham a se infectar, bem como, precisam estar preparados para dar continuidade na prestação do serviço supramencionado sem interromper a assistência à população, sendo imprescindível que a equipe de saúde esteja devidamente protegida, afim de não propagar ainda mais o vírus em comento, o que poderia acarretar em danos sérios e irreparáveis à vida de toda a população.

C. G. M
Analisado

3.3 Ainda cumpre ressaltar, que além de atender a necessidade anual (exercício 2020) da Secretaria Municipal de Saúde, o presente processo visa também suprir possíveis necessidades voltadas a

adoção de medidas emergenciais de enfrentamento a pandemia - COVID-19, caso venha ocorrer o aumento das demandas e o esgotamento dos quantitativos do Material Médico - Óculos, adquiridos por meio do **Processo nº 6652/2020**, o qual foi aberto exclusivamente para atendimento emergencial da Pandemia, por dispensa de licitação nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8666/93 e da Lei Federal nº 13.979/2020.

3.4 Desta feita, considerando a necessidade anual da Secretaria Municipal de Saúde-SMSA e todos os fundamentos supramencionados, bem como em atenção a elaboração do Plano de Contingenciamento para o Enfrentamento do Novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Boa Vista – Roraima; a Portaria nº 356/2020/MS ***"Que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019"***; A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19); A promulgação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2020 que "***reconhece o Estado de Calamidade Pública em razão da pandemia do Coronavírus no Brasil***"; A publicação da Portaria nº 454 de 20/03/2020 do Ministério da Saúde, que "***reconheceu a transmissão comunitária do coronavírus em todo território nacional***"; E ainda, em atendimento aos Decretos Municipal: nº 033/E de 16 de março de 2020 "***que dispõe sobre as medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19)***", nº **038/E de 22 de março de 2020**, ***"que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no âmbito do Município de Boa Vista e define novas medidas de enfrentamento e prevenção ao Novo Coronavírus (COVID – 19)***", nº 40/E de 26 de março de 2020 – flexibilização – ***"que altera o Decreto nº 038/E de 22 de março de 2020"***; e o nº 41/E de 31 de março de 2020, ***"que prorrogam os prazos estabelecidos pelos Decretos nº 033/2020/E e nº 035/2020/E"***; resta justificada a importância e necessidade da abertura do presente processo, para eventual aquisição do material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos.**

C. G. M
Analisado
Ass.

3.5 Por fim, ainda é imperioso destacar que tal ato possui o condão de garantir a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, competitividade do certame e da seleção da proposta mais vantajosa para Administração, bem como de atender com maior brevidade possível, em vista da obtenção do Registro de Preços, as demandas que surgirem para enfrentamento da emergência de saúde pública, em razão do novo coronavírus (**COVID-19**).

04 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS

4.1 A descrição e quantidade a ser adquiridas são as descritas conforme Anexo I, deste Termo de Referência.

4.2 Na ocorrência de alguma divergência na descrição do Material de Proteção Individual – Óculos, fornecido pelo código CATMAT cadastrado no sistema Comprasnet, o descritivo a ser seguido é o constante no anexo I deste Termo de Referência.

05 DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1. Vedada à participação na licitação de empresa em regime de consórcio, considerando que a ausência de consórcio não acarretará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, mormente em relação à qualificação técnica e econômica financeira, o que não ocorre no objeto do referido Termo de Referência. Assim, nos termos do artigo 33, da Lei n. 8666/93, o Município de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Saúde infere que a vedação de participação de empresa constituída em consórcio, na licitação objeto do Termo de Referência em tela, é a que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

06 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

6.1 A habilitação dos interessados ocorrerá mediante a apresentação das documentações abaixo descritas, de acordo com as determinações da Lei 8.666/93, em seu Art. 27, Incisos I à V:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação Econômico-Financeira;

d) Qualificação técnica:

d.1 Alvará Sanitário, licença sanitária ou licença de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, Conforme **RDC n°16/2014;**

d.2 Certificado de Registro de Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme **RDC n° 185/2001** ou cópia da publicação no D.O.U, ou isenção quando for o caso. Se o registro do produto estiver vencido, será admitida a apresentação da solicitação de sua revalidação em cópia autenticada, obedecidas as regulamentações expedidas pela ANVISA quanto a respectiva validade.

C. G. M
Analisado
Ass

07 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 O prazo para entrega dos Materiais de Proteção Individual – Óculos serão de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela SAF, **conforme a necessidade desta Secretaria;**

7.2 A contratação será formalizada pela SMSA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666 de 1993;

7.3 O objeto deste certame será entregue pela empresa vencedora, na Superintendência de Assistência Farmacêutica – SAF, da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, situada na Avenida Capitão Júlio bezerra, Nº 1.150 - Bairro: Aparecida, Boa Vista – RR sem nenhum tipo de ônus ao município, no horário de funcionamento (8h30m às 11h30m e das 14h30m as 17h30m); sem nenhum tipo de ônus ao município;

7.3.1 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

7.4 O Objeto será recebido e aceito, da seguinte forma:

7.4.1 Provisoriamente: deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias, compreendendo, as seguintes verificações:

a) Quantitativo dos materiais de Proteção Individual – Óculos entregues;

b) Apresentação de documento (**Nota Fiscal/DANFE)** com identificação do fornecedor.

7.4.2 Definitivamente: deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, compreendendo as seguintes verificações:

a) Os materiais de Proteção Individual – Óculos entregues de acordo com as especificações exigidas no Edital e na proposta da CONTRATADA;

b) Qualidade dos materiais de Proteção Individual – Óculos;

c) Conformidade da documentação (Nota Fiscal/DANFE) e proposta apresentada pelo **Fornecedor.**

7.5 As despesas da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos fretes e carretos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade sobre a entrega;

C.G.M Analisado Ass

7.6 O objeto deste será recebido em local especificado, conforme item 7.3;

7.7 Caso satisfatórios **os Fiscais do Contrato**, lavrar-se-á um Termo de Recebimento, que deverá obedecer as exigências da Portaria nº 253/2016-SMSA, DOM Nº 4142 de 14 de abril de 2016, a qual atestará a nota de transporte ou equivalente, ficando a conferência e atesto das Notas

Fiscais/DANFEs a serem realizadas na presença dos Fiscais do Contrato, sendo estes, responsáveis pelo acompanhamento da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos e fiscalização do contrato;

7.8 Caso sejam insatisfatórias as verificações, **os Fiscais do Contrato,** lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações contidas neste Termo. Nesta hipótese, o (s) materiais de Proteção Individual – Óculos, será (ão) rejeitado**(s)**, devendo ser substituído(s) no prazo máximo de **30 (trinta)** dias;

7.9 Caso a substituição não ocorra nos prazos previstos neste Termo de Referência, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, ficando sujeita à aplicação das sanções constantes neste Termo;

7.10 Os custos da substituição dos materiais de Proteção Individual – Óculos rejeitados correrão exclusivamente à conta da Contratada;

7.11 Aceitação Definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos materiais de Proteção Individual, fornecidas, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos;

7.12 As notas fiscais /DANFEs devem conter o número de empenho de referência de acordo com a proposta;

7.13 Os materiais de Proteção Individual – Óculos deverão ser entregues acondicionados, em embalagem resistente o suficiente para proteger por contra da poeira, umidade e garantir a integridade física durante o manuseio, transporte e estocagem a fim de evitar arranhões, deformações, quebras e outros tipos de avarias;

7.14 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que estiverem em desconformidade com as descrições conforme anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, inservíveis, violados ou velhos, ficando a contratada obrigada a proceder com a substituição, de acordo com o item 7.8 deste termo, sob pena de multa;

7.15 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

C. G. M
Analisado
Ass

08 DA GARANTIA

8.1 Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da vida útil do produto, devendo os

mesmos apresentar data de fabricação e data de validade, colocadas pelo fabricante, não sendo admitidas quaisquer rasuras ou emendas;

8.2 No caso de apresentarem abaixo do padrão estabelecido e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

8.3 O ônus de correção do baixo padrão estabelecido ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;

8.4 Os materiais deverão ser entregues acondicionados em invólucros adequados e higiênicos, sendo obrigatória à utilização de embalagem original do fabricante, com a indicação da sua marca e procedência;

8.5 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que apresentarem prazo de validade vencido, e que tiverem em desconformidade com as descrições conforme o anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, violados ou velhos, ficando a firma fornecedora obrigada a proceder à troca imediata, sob pena de multa.

09 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Realizar a entrega, conforme especificado no anexo I.

9.2 Caberá à empresa contratada entregar o objeto, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dessa entrega, devendo os materiais de Proteção Individual – Óculos atender rigorosamente as especificações e prazos constantes neste Termo de Referencia;

9.3 Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta entrega;

9.4 Independente da aceitação, o adjudicatário garantirá a boa qualidade dos materiais para o uso, obrigando-se a repor, na hipótese de apresentar defeito, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, por outro com qualidade igual ou superior;

9.5 O fornecimento do objeto em desconformidade com o especificado neste anexo acarretará a imediata correção, caso não seja possível, será rejeitado, com aplicação das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

C. G. M
Analisado
Ass

9.6 Comunicar aos respectivos fiscais, eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados e não transferir, total ou parcialmente, o objeto licitado;

9.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte desta Secretaria, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

9.8 Responder por quaisquer danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

9.9 Manter durante a execução do objeto todas as exigências deste Termo de Referência e legislação pertinente.

10 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 Obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar a entrega do objeto dentro das normas deste Termo de Referência;

10.2 Disponibilizar espaço apropriado para guarda/armazenamento dos Materiais de Proteção Individual – Óculos, consoante determinação do art. 15, § 7°, III da Lei 8.666/93.

10.3 Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;

10.4 Providenciar a publicação da presente contratação na imprensa oficial;

10.5 Fiscalizar e inspecionar a entrega dos Materiisl de Proteção Individual – Óculos e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem as exigências técnicas especificadas;

10.6 Fornecer a qualquer momento e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

10.7 Solicitar a reparação do objeto contratado que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e Orientação técnica da CGM 05/2016, Diário Oficial do Município de Boa Vista – Nº 4106 de 22 de Fevereiro de 2016;

C. G. M
Analisado
Ass

11.2 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº. 8.666/93).

12 DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 A empresa convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, ficará impedida de licitar com o Município de Boa Vista caso incida em:

a) Deixar de entregar documentos;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) Não mantiver a proposta;

e) Cometer fraude fiscal.

12.2 Será garantindo o direito prévio de intimação para permitir o contraditório e a ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, sem prejuízo das multas previstas em Edital e as demais consideradas legais;

12.3 O descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos quanto à entrega dos objetos constantes do processo licitatório, garantida a prévia defesa, ensejará na rescisão do contrato e/ou cancelando a Nota de Empenho, nos termos dos artigos 77 e 78, sem prejuízo do eventual exercício dos direitos previstos no artigo 80 e da aplicação das penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/93;

12.4 A multa moratória, prevista no artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 será calculada pelo percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;

12.5 A multa a que se refere o inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 será calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;

12.6 No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a SMSA as sanções administrativas aplicadas a CONTRATADA serão:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Vista;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

C.G.M Analisado Ass

12.7 Pelo atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor total referente ao item objeto da inadimplência, que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da nota de empenho.

a) A multa prevista no subitem anterior será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto do inadimplemento, o que não impedirá a critério da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

b) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas como também a inexecução total do contrato;

c) Não mantiver a proposta.

12.8 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e podem ser acumuladas;

12.9 Da aplicação das penalidades definidas neste item caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação;

12.10 O valor das multas será descontado dos créditos da CONTRATADA, desde já expressamente autorizado.

12.11 Pelo descumprimento de cláusulas contratuais, a SMSA poderá ainda aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, de acordo com os graus atribuídos, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1: Grau de Infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Multa de 0,3% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
02	Multa de 0,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
03	Multa de 1,2% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
04	Multa de 2,4% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
05	Multa de 4,8% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
06	Multa de 9,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência

C. G. M Analisado Ass

Tabela 2: Tipos de Infração

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pela SMSA ou na execução de outras obrigações contratuais, por ocorrência;	1

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
02	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência;	1
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela SMSA, desde que pertinentes às suas atividades, por ocorrência;	2
04	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela SMSA, por item e por ocorrência;	2
05	Deixar de prestar esclarecimentos à Contratante, por ocorrência;	2
06	Deixar de comunicar, por escrito, à Instituição, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por **fato ocorrido;**	3
07	Deixar de designar preposto, por ocorrência;	4
08	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente;	4
09	Interromper a realização dos serviços, por ocorrência de paralisação;	5
10	Reter equipamento sem autorização da SMSA	5
11	Deixar de cumprir prazos contratuais, sem a devida justificativa, por ocorrência;	5
12	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências Letais;	6
13	Descumprir as determinações da IN 01, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI, que dispõe critérios de sustentabilidade ambiental para os serviços contratados.	6
14	Deixar de fornecer EPI' s (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	6

C. G. M Analisado Ass

13 DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto do presente Termo de Referência à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE), em anexo as Ordens de Fornecimento, em 02 (duas) vias devidamente atestadas pela SMSA/PMBV e das respectivas certidões;

13.2 Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130.

13.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

13.4 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

13.5 Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

13.6 A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

13.7 Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta;

13.8 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusi6ve quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

13.9 A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

14 DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31 de dezembro, conforme disposto no art. 57 CAPUT, da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

14.2 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, durante esse período a SMSA não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

G. G. M
Analisado
Ass

15 DOS CUSTOS

15.1 O valor estimado para aquisição do objeto do presente Termo constará do valor obtido após realização de pesquisa de preços a ser realizada: painel de preços, disponível no endereço eletrônico

http:// paineldepreco.planejamento.gov.br, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com os fornecedores desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. (IN n° 3, de 20/04/2017);

15.2 No valor unitário do objeto deverão estar agregados todos os custos relativos à contratação do mesmo.

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Nos termos do artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e artigo 15, do Decreto Municipal nº 113/E "na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

17 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à SMSA, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 113/E, até o limite adicional de 100% dos quantitativos registrados para utilização da SMSA.

18 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

18.2 Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

18.3 Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

18.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

18.5 Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento para órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

C. G. M
Analisado
Ass

18.6 Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

19 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

19.1.1 Pela Administração, quando:

a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta no Edital da licitação;

b) A detentora não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

g) A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial do Município-DOM, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação;

19.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

20 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1 Aplicam-se no que couber, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 – Código Defesa Consumidor, quanto à garantia do produto e obrigações do CONTRATANTE;

20.2 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente instrumento;

C. G. M
Analisado
Ass

NC/SMSA
Fls. 18
Proc. 07540 / 2020
Cleudimara

20.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesse termo exclui-se o dia do início e inclui-se o dia dos vencimentos, observado que só se iniciam e vencem prazos em dia da Unidade Gestora, decorrentes deste instrumento;

20.4 Os casos omissos e as dúvidas que surjam quando da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos constantes do Termo de Referência serão resolvidos pela Contratante e exclusivamente no FORO da cidade de Boa Vista/RR.

21 ANEXOS

21.1 ANEXO I – Descrição dos materiais de Proteção Individual – Óculos.

Boa Vista-RR, 06 de maio de 2020.

Elaborado:

Cleudimara M. de Souza
Núcleo de Processos

De acordo:

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente de Assistência Farmacêutica – SAF

Autorizo:

Cláudio Galvão Santos
Secretário Municipal de Saúde - SMSA

C. G. M
Analisado
Ass

NC/SMSA
Fls. 19
Proc. 07540 / 2020
Claudimara

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS

Item	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QDT
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	unidade	**3000**

C. G. M
Analisado
Ass

NC/SMSA
Fls. 20
Proc. 07540/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NÚCLEO DE CONTROLE
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas"

DESPACHO

PROCESSO:7540/2020 /VOL.01.

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA.

Ao

Fundo Municipal de Saúde/GC

Encaminhamos o processo em epígrafe, para prosseguimento quanto à estimativa de preços e demais providencias.

Informamos ainda, que este núcleo de processo formalizou o Termo de Referência com base nas informações contidas as folhas. 01 a 04 encaminhadas pela Superintendência de Assistência Farmacêutica - SAF.

C. G. M
Analisado
Ass

Boa Vista – RR, 07 de Maio de 2020.

Atenciosamente,

Diana Cristina Lemos de Mendonça
Núcleo de Controle de Processo

(O):
GAB FMS
GEO
GEO / TFD
Para:
ANÁLISE
PROVIDÊNCIA
MANIFESTAÇÃO
LIQUIDAÇÃO
PAGAMENTO
GACC
GLD
GCS
CONHECIMENTO
OUTROS
BOA VISTA 07/05/20
Kleber da Silva Pinheiro
Dir. Executivo do Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde/FMS/SMSA
PROTOCOLO - FMS
Certifico que recebi este documento no dia
Em: 07/05/20 ás 10:20 hs

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
GERÊNCIA DE COMPRAS
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas."

Fundo Municipal de Saúde
FLS: 21
PROC. 1549/20
Rubrica

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Boa Vista/ RR, 22 de maio de 2020

É relevante informar que a Gerência de Compras e Serviços/FMS/SMSA atua seguindo redação da **Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017;**

Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

C. G. M
Analisado
Ass

Elaborado por: Kelly Christany.

Fundo Municipal de Saúde
FLS: 22
PROC. 7540/20
Rúbrica

Boa Vista/RR, 22 de maio de 2020.

Processo: 7540/2020

Objeto: Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual - Óculos para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

Segue nesta fl. um CD-RW com os seguintes arquivos gravados: Termo de referência, Cotações de preços, Mapa Comparativo de Preços e Planilha. Após gravação realizamos testes para verificação dos arquivos.

C. G. M
Analisado
Ass

Cotação J5AKUI

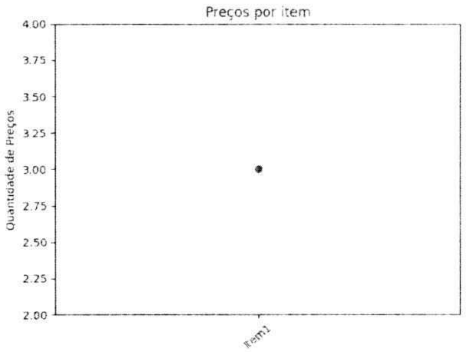
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VIS Pesquisa iniciada no dia 18/05/2020 15:48 (IP: 131.255.233.235)
CNPJ: 05.943.030/0001-55
Responsável: Kelly Christiny
Matrícula:-

Fundo Municipal de Saúde
SMS
PREÇOS
FLS. 1540
Rúbrica

Item 1		Preços	Vlr Unit.	Quantidade	Total
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL		3	R$ 9,49	1.0 / Unidade	R$ 9,49
Órgão/Empresa/Site: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO					
1	**Fonte**	**Identificação**	**Quant.**	**Data**	**Preço**
	Comprasnet	N°Pregão:502020/UASG:983781	30	11/05/2020	R$ 9,67
Órgão/Empresa/Site: MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Marinha Hospital Naval de Belém					
2	**Fonte**	**Identificação**	**Quant.**	**Data**	**Preço**
	Comprasnet	N°Pregão:22019/UASG:784700	50	11/03/2020	R$ 9,90
Órgão/Empresa/Site: MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Planalto Comando 3ª Brigada de Infataria Motorizada					
3	**Fonte**	**Identificação**	**Quant.**	**Data**	**Preço**
	Comprasnet	N°Pregão:32020/UASG:160100	30	06/04/2020	R$ 8,90

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 9,49

Valor Total da Cotação: R$ 9,49





Fundo Municipal de Saúde/ SMSA
Conferido Autenticidade
Em: ___/___/___
Kelly Christiny Souza Silva
Assessora Técnica/FMS
Decreto Nº 137/P de 18.01.2013

Detalhamento dos Itens

Item 1: ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Quantidade: 1.0 / Unidade

Descrição:
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTIEMBAÇANTE, MODELO LENTES APOIO NASAL COM PROTEÇÃO LATERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INCOLOR/HASTE TIPO ESPÁTULA REGULA COMPRIMENTO

Observação: -

Preço (Comprasnet)[1] **R$ 9,67**

Órgão
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Objeto
Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos odontológicos

Descrição
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTIEMBAÇANTE, MODELO LENTES APOIO NASAL COM PROTEÇÃO LATERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INCOLOR/HASTE TIPO ESPÁTULA REGULA COMPRIMENTO

C.G.M
Analisado
Ass

Dados

Data: 11/05/2020 11:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** Não
Identificação: N° Pregão: 502020 / UASG: 983781 **Lote/Item:** 70
Homologação: 15/05/2020 15:09 **Fonte:** www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 30 **Unidade:** Unidade **UF:** BA

Fornecedor

CNPJ: 26.240.632/0001-16 **Razão Social:** DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI
Nome Fantasia: ******** **CEP:** 89888000
Logradouro: R HELENA BIGATON **N°:** 615
Complemento: **Bairro:** CENTRO
Município: CAIBI **UF:** SC
Telefone: (49) 3648-0582 / (49) 8873-4472 **Email:** adm@higix.com.br

Fundo Municipal de Saúde
FLS: 24
PROC. 7540/20
Rubrica

Preço (Comprasnet)[2] **R$ 9,90**

Órgão
MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Marinha Hospital Naval de Belém

Objeto
Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para uma eventual aquisição de material médico-hospitalar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Descrição
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTI-EMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES COM PORTEÇÃO LATERAL

Dados

Data: 11/03/2020 11:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** Sim
Identificação: Nº Pregão: 22019 / UASG: 784700 **Lote/Item:** 216
Homologação: 27/03/2020 15:02 **Fonte:** www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 50 **Unidade:** UNIDADE **UF:** PA

Fornecedor

CNPJ: 04.252.742/0001-65 **Razão Social:** E.R. TRINDADE
Nome Fantasia: TRIMED **CEP:** 68790000
Logradouro: AV DA REPUBLICA **Nº:** 1525
Complemento: **Bairro:** CENTRO
Município: SANTA ISABEL DO PARA **UF:** PA
Telefone: (91) 3287-1649 **Email:** trimed@superig.com.br

Preço (Comprasnet)[3] **R$ 8,90**

Órgão
MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Planalto Comando 3ª Brigada de Infataria Motorizada

Objeto
Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de materiais de manuntençao de bens imóveis,conforme condições qualidades,exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Descrição
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTI-EMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES COM PORTEÇÃO LATERAL

Dados

Data: 06/04/2020 11:30 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** Sim
Identificação: Nº Pregão: 32020 / UASG: 160100 **Lote/Item:** 199
Homologação: 16/04/2020 18:36 **Fonte:** www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 30 **Unidade:** Unidade **UF:** GO

Fornecedor

CNPJ: 08.658.622/0001-13 **Razão Social:** J. J. VITALLI
Nome Fantasia: VITAZA **CEP:** 98400000
Logradouro: R 1 DE MAIO **Nº:** 600
Complemento: **Bairro:** CENTRO
Município: FREDERICO WESTPHALEN **UF:** RS
Telefone: (55) 3744-1575 **Email:** jaime@vitaza.com.br

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Fundo Municipal de Saúde/ SMSA
Conferido Autenticidade
Em: ___/___/___
Kelly Christiny Souza Silva
Assessora Técnica/FMS
Decreto Nº 137/P de 18.01.2013

C. G. M
Analisado
Ass

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
GERÊNCIA DE COMPRAS
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas."

PLANILHA DE PREÇOS

PROCESSO ADM. 7540/2020

OBJETO: Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA..

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	UND.	3.000	9,49	28.470,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO R$						**28.470,00**
FONTES DE PESQUISA DE PREÇOS						
FONTE DE PREÇOS						
Boa Vista, 22 de maio de 2020.						

Miguel F. de Carvalho Jr.
Gerente de Compras e Serviços-FMS
Decreto nº 0086/P de 16/01/17

C. G. M
Analisado
Ass

Fundo Municipal de Saúde
FLS:
PROC. 7540/20
Rubrica

MUNICÍPIO DE BOA VISTA/ PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
GERÊNCIA DE COMPRAS
"Nossa Missão é cuidar da saúde das pessoas"

Fundo Municipal de Saúde
FLS: 26
PROC. 7540/20
Rubrica

DESPACHO

Boa Vista/RR, 22 de maio de 2020.

Processo: 7540/2020

Objeto: Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ILMO. SR. CLÁUDIO GALVÃO DOS SANTOS

Encaminhamos o processo acima mencionado, para Vossa apreciação e análise.

Salientamos que o valor total estimado para contratação do objeto é de R$ 28.470,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais), conforme apresentado nos autos do processo.

Respeitosamente;

Miguel F. de Carvalho Neto
Gerente de Compras e Serviços-FMS
Decreto nº 0086/P de 16/01/17

C. G. M
Analisado
Ass

Fundo Municipal de Saúde/FMS/SMSA
PROTOCOLO - FMS
Certifico que recebi este documento no dia
Em: 25/05/20 ás 11:00 hs

Kleber da Silva Pinheiro
Dir. Executivo do Fundo Municipal de Saúde
Decreto nº 0086/P de 16/01/2017

De acordo
Ao FMS
P/ Conhecimento
25/05/2020

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde-SMSA
Decreto nº 0011/P de 02/01/2017

Município de Boa Vista/Prefeitura Municipal
Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde

RECURSO SUS

ITEM	PROCESSO	DESTINAÇÃO	VALOR PREVISTO	VALOR EXECUTADO	SALDO	SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA - SAD											
						JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
53	6652/2020 6582/2020 6600/2020 6583/2020 6584/2020 6870/2020 6871/2020 6907/2020 868/2020 7073/2020 8401/2020	Enfrentamento da Emergência COVID-19	8.148.583,94	5.079.770,00	3.068.813,94				777/2020 778/2020 781/2020 780/2020 859/2020 838/2020 839/2020 868/2020	900/2020 918/2020							

Kleber da Silva Pinheiro
Dir. Executivo do Fundo Municipal de Saúde
Decreto nº 0086/P de 16/01/2017

C. G. M
Analisado
Ass

Proc. 3540/2020

28
Fls. 7540/2020

ESCLARECIMENTO

Processo: 7540/2020/Vol. I
Objeto: Aquisição de material de proteção individual – óculos, para atendimento anual e pandemia ao novo coronavírus (COVID-19) das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

Considerando que o procedimento será realizado através de Registro de Preços;

Considerando que o valor estimativo corresponde a **R$ 28.470,00** (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais);

Considerando que a Programação Orçamentária (fls. 27) encontra-se com saldo financeiro na fonte de Recurso SUS;

Informamos que atenderemos os limites estabelecidos na Programação Orçamentária, sendo apresentado Dotação Orçamentária para cobrir a necessidade.

Boa Vista-RR, 25 de maio de 2020.

Kleber da Silva Pinheiro
Diretor Exec. do Fundo Municipal de Saúde

C. G. M
Analisado
Ass

29
7540/2020
Comissão

A Auditoria,

Processo: 7540/2020/Vol. I
Objeto: Aquisição de material de proteção individual – óculos, para atendimento anual e pandemia ao novo coronavírus (COVID-19) das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

Para análise dos procedimentos.

Boa Vista - RR, 25 de maio de 2020.

Kleber da Silva Pinheiro
Diretor Exec. do Fundo Municipal de Saúde

Recebido - Auditoria
Data: 25/05/2020
Hora: 16:40
Decreto Nº 102/P-2009 Mat. 27378

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AUDITORIA SUS
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas."

ANÁLISE PRÉVIA

1. **PROCESSO Nº:** 7540/2020 - SMSA – Vol. 01
2. **INTERESSADO:** Superintendência de Assistência Farmacêutica - SAF
3. **OBJETO:** Possível eventual aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e da pandemia ao novo CORONAVÍRUS (COVID-19) das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.
4. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Possível Registro de Preços;
5. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
   - 5.1. Por tratar-se de um possível Registro de Preços, conforme §2º Art. 7º do Decreto 7.892, não é necessário indicar a dotação orçamentária, contudo, consta a fl. 27 Planilha de Execução Orçamentária, constando a previsão da referida despesa;
6. **VALOR ESTIMADO**: **R$ 28.470,00** (Vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais), conforme cotação de preços a fl. 26;
7. **COMENTÁRIOS:**
   - 7.1. Refere-se o presente processo à eventual aquisição do objeto mencionado no item 3, em sua fase inicial conforme os documentos abaixo relacionados:
   - 7.2. Memo nº 13.837/2020/SAF/SMSA/PMBV, e seus anexos as fls. 01/04, solicitando abertura do presente processo, com descrição, quantitativo, Justificativa e documentos técnicos a serem apresentados como condição de participação da licitação, para aquisição do objeto pleiteado;
   - 7.3. O Termo de Referência e seus respectivos anexos, às fls. 05/19, *elaborado pelo setor competente,* no qual, posteriormente foi enviado para cotação de preços, conforme despacho a fl. 20;
   - 7.4. Ressaltamos a Folha de Informação, inserida pela Gerência de Compras e Serviços/FMS/SMSA a fl. 21, na qual informa que a Gerencia segue os parâmetros da Instrução Normativa nº 03 de 20/04/2017:
   - 7.5. Constam, folhas de Informação sobre a instrução da pesquisa de preços, bem como, a pesquisa realizada, conforme demonstra as fls. 23 e 24, sendo ainda, juntado aos autos, o CD-RW com todos os arquivos pertinentes a instrução do processo, conforme menciona a fl. 22;
   - 7.6. Consta Mapa de preços a fl. 20, demonstrando os valores e as fontes de pesquisas;
   - 7.7. O Despacho a fl. 26 apresenta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa, no valor mencionado no item 6;
   - 7.8. Ressaltamos aos Esclarecimentos apresentados pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, a fl. 28:
   - 7.9. Cabe salientar que, a presente análise deu-se baseada nos documentos acostados aos autos, de responsabilidade dos setores envolvidos, das fls. 01 a 29;
   - 7.10. ***Todas as condições para a futura* aquisição do objeto *estão descritas no Termo de Referência e seus Anexos, no qual foi elaborado levando em considerações as informações repassadas pelo setor requisitante.***

C. G. M
Analisado
Ass

Auditoria SUS
Fl. nº; 30
Proc.;7540/2020 Vol. 01
Ass.;

8. **DESTINATÁRIO:** Ao **NÚCLEO DE CONTROLE/NC,** para registros e envio ao **Comitê Gestor**, visando a sua apreciação e aprovação, assim como, posterior encaminhamento dos autos a **CPL** para prosseguimento.

Boa Vista-RR, 25 de maio de 2020.

Gilmar Stanley Reis de Souza
Técnico Municipal - Auditoria SUS

Lêda Maria Bezerra Bastos
Responsável Técnica da Auditoria SUS

NC/SMSA
Fls. 31
Proc. 07540/2020

DESPACHO

PROCESSO:7540/2020 /VOL.01.

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA.

Ao

Comitê Gestor - CG,

Encaminhamos os autos, para análise e deliberação desse Comitê. A despesa em tela é referente ao **iten 53** na Fonte de Recurso**: SUS** na planilha às folhas **27**.

Após aprovação, o processo deve ser encaminhado à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para trâmites licitatórios. Conforme despacho da Auditoria/SUS-SMSA, às fls. **30.**

Boa Vista – RR, 26 de maio de 2020.

Atenciosamente,

COMITÊ GESTOR/ENTRADA
DATA: 26 / 05 / 2020
HORA: 10 h 00 min

Cláudio Galvão dos Santos
Secretario Municipal de Saúde

C. G. M
Analisado
Ass

COMITÊ GESTOR
Fls. 32
Proc. 7540/2020
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMITÊ GESTOR

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

Processo nº. 7540 / 2020 - SMSA

À CPL.

Após análise qualitativa do presente processo recebido em 26 / 05 /2020 e verificada compatibilidade com o planejamento da gestão, o Comitê Gestor resolve dar prosseguimento considerando não haver óbice ao feito.

Paulo Roberto Bragato
Membro do Comitê Gestor

Wilker Vieira da Costa
Membro do Comitê Gestor

Marcela Medeiros
Membro do Comitê Gestor

Márcio Vinícius Almeida
Membro do Comitê Gestor

RECEBIDO
EM 27 / 05 / 2020
ÀS 11 / 32 Horas
Assinatura

Artur Cavalcante Filho
Presidente do Comitê Gestor

C. G. M
Analisado
Ass

Boa Vista/RR 26 /05 /2020.

Ano XXVI **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA** Nº 5048

MARCIO BATISTA HERCULANO:84558113234

Criado pelo decreto nº 2171, de 12 de abril de 1993.

Terça-feira 14 de Janeiro de 2020

CPL IPMBV Of. 33 Proc. 025407/2019 Rubr.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 002/E, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 62, inciso II, da Lei Orgânica do Município 11 de julho de 1992, combinado com o parágrafo 4°, do ... 51, da Lei nº 8.666/93,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os Membros Titulares e Suplentes, da Comissão Permanente de Licitação - CPL, conforme abaixo, pelo período de 01(um) ano.

Presidente
Artur José Lima Cavalcante Filho

Vice-Presidente
Fábio Willian Tertuliano de Barros

Membros Titulares
Aipana de Almeida Nobre
Néria Gardênia Pontes Benício
Membros Suplentes
Leonara Batista Corrêa
Joana Dárc Rabelo

CÓPIA FIEL COM O ORIGINAL 27 / 05 / 2019 Nilton Feitosa de Souza Coordenação de Triagem-CPL Matrícula:953454

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 09 de janeiro de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 177/2019 - Registro de Preços
Processo nº 028515/2019 – SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 177/2019, Processo nº 028515/2019 – SMSA, que tem como objeto Eventual contratação de empresa para fornecimento de nutrição parenteral, que será utilizado no tratamento de pacientes atendidos no Hospital da Criança Santo Antônio – HCSA, para suprir a necessidade anual – exercício 2020, cuja a adjudicação do item 1 ao 25 foram a favor da empresa NUTRICEUTICA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ nº 09.501.971/0001-90, pelo valor total dos itens de R$ 1.710.998,00 (um milhão, setecentos e dez mil e novecentos e noventa e oito reais).

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde – SMSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 096/2019 – Registro de Preços
Processo nº 025607/2019 – SMPE

Homologo o Pregão Presencial nº 096/2019, Processo nº 025607/2019 – SMPE, que tem como objeto a Eventual aquisição de livros infantis e conjunto infantil sextavado de mesas e cadeiras, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SMPE), cuja a adjudicação do Lote I foi a favor da empresa EUNICE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 11.311.279/0001-40, pelo valor de R$ 31.360,00 (trinta e um mil e trezentos e sessenta reais), e os Lotes II e III a favor da empresa E. A. DE LACERDA EIRELI, CNPJ nº 30.102.483/0001-04, sendo o Lote II pelo valor de R$ 134.058,73 (cento e trinta e quatro mil e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos) e Lote III pelo valor de R$ 42.999,97 (quarenta e dois mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), perfazendo o valor total de R$ 208.418,70 (duzentos e oito mil e quatrocentos e dezoito reais e setenta centavos).

Andréia Neres Ferreira
Secretária Municipal Adjunta de Projetos Especiais – SMPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO

Pregão Eletrônico nº 001/2020 - Registro de Preços
Processo nº 023241/2019-SEMGES

O Município de Boa Vista - RR, através da Pregoeira designada através do Decreto n.º 031/E/2019, publicado no DOM nº 4835, de 06/03/2019, torna público que o Pregão Eletrônico em epígrafe foi SUSPENSO SINE DIE por solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Social - SEMGES, posteriormente será realizado um novo instrumento convocatório a ser publicado em data oportuna.

Néria Gardênia Pontes Benicio
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

C. G. M Analisado Ass

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 177/2019
Processo nº 028515/2019 – SMSA

O Secretário Municipal de Saúde – Adjunto, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 028515/2019– SMSA, tendo como objeto Eventual contratação de empresa para fornecimento de nutrição parenteral, que será utilizado no tratamento de pacientes atendidos no Hospital da Criança Santo Antônio - HCSA, para suprir a necessidade anual – exercício 2020, cuja a adjudicação do item 1 ao 25 foram a favor da empresa NUTRICEUTICA COMERCIO DE PRODUTOS

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0510/P, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada interinamente a senhora Maria Suellen Barreto da Silva, para responder pelo cargo em comissão de Nível de Direção Superior, Símbolo DS-2, de Vice-Presidente, da Comissão Permanente de Licitação, cumulativamente com o cargo de Assessor, Símbolo AP-2, da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 14 de abril de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

Nilton Feitosa de Souza
Coordenação de Triagem - CPL
Matrícula: 953454

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0511/P, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o senhor Charlles Michel Assunção e Silva, para exercer o cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, Símbolo AP-2, de Assessor Especial, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

Art. 2º Este Decreto tem efeito retroativo a 01 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 14 de abril de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0512/P, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o senhor Fabiano Freire Clemente, para exercer o cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, Símbolo AP-2, de Assessor Especial, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 14 de abril de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0513/P, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o senhor Gustavo Dourado Neiva, para exercer o cargo em comissão de Nível de Assessoramento, Símbolo AS-14, de Assessor Especial Saúde 2, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto tem efeito retroativo a 01 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 14 de abril de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0514/P, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o senhor Moisés Carvalho Rodrigues, para exercer o cargo em comissão de Nível de Assessoramento, Símbolo AS-4, de Assessor 4, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto tem efeito retroativo a 01 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 14 de abril de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

GABINETE EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
CHEFIA DO GABINETE EXECUTIVO

PORTARIA 14/2020 - CH. GABEXEC

A Chefe do Gabinete Executivo do Município de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º – Suspender o período de fruição de 30 (trinta) dias de férias, do servidor do Gabinete Executivo-GABEXEC, referente ao exercício 2019/2020, remarcando conforme abaixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO MARCADO	NOVO PERÍODO
25.757	EDENILTON DA SILVA	01 a 30/04/2020	01 a 30/09/2020

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Boa Vista-RR, 31 de março de 2020.

Edileusa Gomes Lóz
Chefe do Gabinete Executivo

C.G.M
Analisado
Ass

PREFEITURA BOA VISTA

PMBV 39 3540/2020

À CPL – PRESIDÊNCIA,

Senhor Presidente,

Após análise do **Processo nº 007540/2020 – SMSA**, em observância ao Termo de Referência S/Nº, fls. 05 à 18, e todas as suas disposições, atendendo ao que dispõe as exigências da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 113-E/2014, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sugerimos que seja adotada a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**.

Encaminhamos os autos para conhecimento e demais providências.

Boa Vista – RR, 27 de maio de 2020.

Nilton Feitosa de Souza

Nilton Feitosa de Souza
Coordenação de Triagem de Processos – CTP

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F. 36
P. 007540
R.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

DESPACHO

Ao PE/PP-CPL,

Seguem os autos para prosseguimento, no que tange a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS.

Boa Vista – RR, 27 de maio de 2020.

Artur José Lima Cavalcante Filho
Presidente da CPL

C. G. M
Analisado
SB
Ass

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
Tel. 095-3621-1756 – FAX 095-3621-6053
CEP: 69.305-130 – Boa Vista - RR

Documento assinado eletronicamente por ARTUR JOSÉ LIMA CAVALCANTE FILHO em 27/05/2020 ás 16:05
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: 797BACE

Ano XXVI **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE** Nº 5079

BOA VISTA

MARCIO BATISTA
HERCULANO:84558113234

Criado pelo decreto nº 2171, de 12 de abril de 1993.

Segunda-feira
02 de Março
de 2020

Comissão Permanente de Licitação
Fls. 37
Proc. 027540
Rubrica
CPL

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 028/E, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, Inciso X da Lei Orgânica do Município de 1 de julho de 1992, combinado com o art. 3º, inciso IV, da Lei nº. 10.520, de 17.07.2002 e art.10º do Decreto nº. 5.450, de 31.05.2005, de acordo com o art. 7º, inciso II, do Decreto nº. 3.555, de 08.08.2000 e o Decreto Municipal nº. 009/E, de 25.01.2006,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os Pregoeiros e suas respectivas Equipes de Apoio, para atuar em todos os processos de Pregão, da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, nas Modalidades Eletrônico e Presencial, pelo período de 01 (um) ano.

PREGOEIRA

• Néria Gardênia Pontes Benício

EQUIPE DE APOIO

• Joana Dárc Rabelo - Pregoeira Substituta
• Maria Solange Alencar de Almeida - Apoio
• Leonara Batista Corrêa - Apoio

PREGOEIRA

• Joana Dárc Rabelo

EQUIPE DE APOIO

• Néria Gardênia Pontes Benício - Pregoeira Substituta
• Maria Suellen Barreto da Silva - Apoio
• Aipana de Almeida Nobre - Apoio

PREGOEIRA

• Rosana de Oliveira Borges Vieira

EQUIPE DE APOIO

• José Wicleber Leal Castro - Pregoeiro Substituto
• Joana Dárc Rabelo - Apoio
• Silas Ribeiro de Sousa - Apoio

PREGOEIRO

• José Wicleber Leal Castro

EQUIPE DE APOIO

• Rosana de Oliveira Borges Vieira - Pregoeira Substituta
• Néria Gardênia Pontes Benício - Apoio
• Catarina Araújo Magalhães Ramos - Apoio

PREGOEIRO

• André Nóbrega Ferreira Lima

EQUIPE DE APOIO

• Olga de Lira Carneiro - Pregoeira Substituta
• Néria Gardênia Pontes Benício - Apoio
• Joana Dárc Rabelo - Apoio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 02 de março de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0296/P, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso I, do art. 34, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada a senhora Larissa Borba de Almeida Fonseca, do cargo em comissão de Nível de Atuação Operacional, Símbolo AO-3, de Agente Público Municipal 1, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 27 de fevereiro de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE EXECUTIVO

DECRETO Nº 0297/P, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

A Prefeita de Boa Vista, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, "p", da Lei Orgânica do Município, de 11 de julho de 1992, de acordo com o inciso I, do art. 34, da Lei Complementar nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado o senhor João Claudio Silveira Diniz, do cargo em comissão de Nível de Assessoramento, Símbolo AS-4, de Assessor 4, da Secretaria Municipal de Saúde.

C. G. M
Arquivado
Ass

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, em 27 de fevereiro de 2020.

Teresa Surita
Prefeita de Boa Vista

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA.

Início do acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:
____/____/2020 às ____:____ horas

Limite do Acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:
____/____/2020 às ____:____ horas

Data do Pregão e horário da Disputa de Preços:
____/____/2020 às ____:____ horas

Solicitação dos Pedidos de Esclarecimentos:
Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação.
E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

Referência de Tempo:
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

C. G. M
Analisado
Ass

Informações sobre Impugnação
(95) 3621-1755

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA BOA VISTA

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a abertura do **Processo nº 007540/2020,** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 000/2020 – REGISTRO DE PREÇOS**, tipo menor preço por **ITEM**, a ser realizado as **00:00 horas** (Horário de Brasília), no dia ___/___/**2020**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto n.º 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal nº 009/E, Decreto Municipal nº 113/E de 21/11/2014, Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP, CONFORME DISPOSTO NO ART. 48,I, DA LEI 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, TENDO EM VISTA QUE O VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO É INFERIOR A R$ 80.000,00, LIMITE ESTABELECIDO NA REFERIDA LEI

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
1.2 – Os trabalhos serão coordenados pelo (a) Pregoeiro(a) do MUNICÍPIO, **Rosana de Oliveira Borges Vieira,** com o apoio da Equipe, ambos designados pelo Decreto n.º 028 – E/2020, publicado no DOM nº 5079, de 02/03/2020, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

2 – OBJETO

Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, conforme especificado no anexo I deste edital.

3 – ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

C. G. M Analisado Ass

4.1 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio **www.comprasnet.gov.br** ou quando solicitado através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com.
4.1.1 - As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no sítio **www.comprasnet.gov.br**, e as publicações nos Diários Oficiais da União (DOU), do Município de Boa Vista (DOM) e no Jornal Folha de Boa Vista

(https://www.folhabv.com.br), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao(a) Pregoeiro(a), até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico pregao.pmbv@gmail.com.

4.3 – No Menu impugnações/esclarecimentos/avisos serão disponibilizadas os questionamentos, respostas, além de outras informações que o (a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados no certame devem consultar o sítio com frequência.

4.4 – O (a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.5 – Em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer CIDADÃO ou LICITANTE poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo ser enviada(s) através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com, no horário das 8:00h as 18:00h, conforme disposto no artigo 1°, inciso II, da Portaria nº 003/2020 – GAB/CPL de 24 de março de 2020, publicada no DOM nº 5096 de 24 de março de 2020. Os e-mails remetidos em horários diferentes do mencionado serão recepcionados com a data do próximo dia útil. A inobservância do prazo legal citado decairá o direito de impugnar os termos do edital.

4.6 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

4.7 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento tratar-se especificamente de temas alheios a competência do (a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso ***Sine-Die***, até que os questionamentos sejam sanados.

4.8 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.9 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitem 4.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação Microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **www.comprasnet.gov.br** ;

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.2.1 – suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, III e IV da lei 8.666/93;

5.2.1.1 – impedida de licitar e contratar com o Município de Boa Vista-RR, nos termos do artigo 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002;

5.2.2 – Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcios, conforme justificativa acostada no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital;

5.2.3 – com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.

C. G. M
Analisado
Ass

5.2.4 – impedidas nos Termos do art. 9º da lei 8.666/93.
5.2.5 – Que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
5.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
5.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
5.4.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
5.4.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
5.4.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
5.4.2 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
5.4.3 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
5.4.4 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. A CPL verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.(http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis e http://www.cnj.jus.br);
5.4.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
5.4.6 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
5.4.7 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5.4.8 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
5.5 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

C. G. M Analisado Ass

6.1 - Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.
6.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no

SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no referido sistema.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 - No que concerne a participação de microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, as referidas deverão acrescentar à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de pequeno porte", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão no objeto da sociedade (art. 72, da Lei Complementar nº. 123/06).

6.3.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, em atendimento ao disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.3.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da DOCUMENTAÇÃO, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.3 – A não-regularização da DOCUMENTAÇÃO, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4- Somente as Licitantes que apresentaram a proposta de preços e os documentos de habilitação em consonância com o Título 7, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.5 - As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

6.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

6.6.2 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7 – Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.

6.7.1 – A etapa de envio de lances durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.7.1.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.1.2 – Não havendo novos lances, conforme supracitado, a sessão será encerrada automaticamente.

6.7.1.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º, do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,01 (um centavo de real).

C. G. M
Analisado
Ass

6.9 – Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

6.10 - A LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES, AO

ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.

6.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12.1 – Quando a desconexão do sistema para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do artigo 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.14.1 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.

6.15 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.16 – Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro(a) encaminhará no sistema a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.17 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18 - A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.19.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

6.20 - O preço total que seja superior ao estimado para a contratação, constante do Termo de Referência no Anexo I, não será aceito e adjudicado.

6.21 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.22 – O (a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante melhor classificado para enviar documentos complementares à proposta e à habilitação, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas a contar da solicitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta e da inabilitação.

C. G. M Analisado Ass

6.23 - Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

6.24 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

7 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

7.1- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, as Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.
7.2- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no *site* **www.comprasnet.gov.br.**
7.3- O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
7.4- O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
7.5- A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

8 – PROPOSTA DE PREÇO

8.1- A proposta de preços e os lances formulados, contemplando o preço global ofertado para cada **ITEM**, bem como os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.
8.2 – Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o preço global da proposta para cada **ITEM**;
8.3 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **ITEM**.
8.4 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.
8.5 – O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
8.5.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
8.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).
8.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.
8.7 - A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
8.7.1 – A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada conforme supracitado, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observados os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

C. G. M Analisado Ass

8.8 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
8.8.1 - O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
8.9- A proposta de preços deverá obedecer às seguintes condições:
a)Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.
b) Deverá ser apresentada conforme Anexo V – Modelo de Planilha/Proposta de Preço em uma via ou em modelo próprio, com identificação da empresa proponente, dados bancários, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.
c) Ser apresentada com a mesma marca da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação.
d) A proposta de preço deverá ter validade de 60 (sessenta) dias. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será válida por 60 (sessenta) dias.
8.10 – O envio da Proposta de Preço pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital; o proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
8.11 – O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.
8.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta de preço.
8.13 - **O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
9.1.2 – Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o comprador e nem firam os direitos dos demais Licitantes.
9.2 – Será desclassificada a proposta que:
a) não se refira à integralidade ITEM;
b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme disposto nos termos do § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93.
c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no instrumento convocatório.
d) do arrematante que esteja superior ao valor estimado de cada **ITEM**;
9.3 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

C. G. M
Analisado
Ass

9.4 – O(a) Pregoeiro(a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, junto a proposta de preços, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, sob pena de INABILITAÇÃO.
10.2 – Para habilitação dos licitantes, serão exigidas as seguintes documentações:

10.2.1 – Habilitação Jurídica:
a) Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa;
b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;
d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:
a) Prova de regularidade do Licitante com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
b) Certidão conjunta de regularidade da fazenda e dívida ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014;
c) Prova de regularidade com o FGTS (conforme Lei 8.036/90);
d) Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

10.2.3 – Qualificação Técnica:
a) Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

10.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:
a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.
b) Cópia, retirada do Livro Diário, do Balanço Patrimonial constando o Termo de Abertura e Encerramento e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;
b.1) A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação.
b.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem apresentarem **Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado.**
b.3) A comprovação de boa situação financeira da licitante será avaliada com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) definidos na IN 02/2010 SLTI/MPOG, em consonância com o disposto no art. 31, § 1º e § 5º da Lei nº 8666/93, conforme aplicação das fórmulas:

C. G. M
Analisado
Ass

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.2.5 – **Serão inabilitados** os proponentes que apresentarem resultado menor do que 01 (um), em qualquer um dos índices obtidos na avaliação da situação financeira, de acordo com o disposto no item 10.2.4, alínea "b" e seus subitens;

10.2.6 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ – dentro da validade;

10.2.7 – Declaração expressa do responsável de que a empresa proponente não se encontra inadimplente, nem é objeto de qualquer restrição ou notas desabonadoras junto ao cadastro de fornecedores deste Município;

10.2.8 – Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação;

10.2.9 - Declaração de disponibilidade de alvará de funcionamento válido, a fim de que seja resguardada a efetiva execução do objeto licitado. *OBS.: A declaração poderá ser substituída pela apresentação da cópia (devidamente autenticada nos termos do item 10.5) do alvará de funcionamento da sede da licitante.*

10.2.10 – Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade da licitante a prestação das informações no momento da apresentação da proposta de preços, Item 8 do Edital.

10.3 – ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTE EDITAL, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.4 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviadas nos termos do disposto no item 6.1.

10.4.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

E. G. M Analisado Ass

10.5 – Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias devidamente autenticadas, exceto nos casos dispostos no item 6 do referido Edital, em observância às regras contidas na Portaria nº 003/2020 – GAB/CPL de 24 de março de 2020, publicada no DOM nº 5096 de 24 de março de 2020.

10.6 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante,

com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, **exceto** quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;

c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz,** observando-se o disposto na alínea **"a"** deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

10.7 – A documentação exigida neste Edital, para Habilitação e Proposta de Preços, não poderá conter rasuras, ressalvas, emendas, borrões e entrelinhas.

10.8 – Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação, exceto:

a) Atestado de Capacidade Técnica que obedece o disposto no § 5º art. 30 da Lei Federal nº 8666/93;

b) Certidão Simplificada, cuja validade será considerada com base na sua última alteração, a contar da data da emissão até a data da apresentação dos documentos; e

c) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, cujo o prazo de validade será conforme o descrito no item 10.2.4, alínea "a" deste Título.

10.9 – O não envio de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente.

11 – DOS RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 - Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados

C. G. M
Analisado
Ass

para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
11.6 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
11.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor. Caso não ocorra a interposição de recursos caberá o (a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
12.2 – Após adjudicação, os autos serão encaminhados à Controladoria Geral do Município – CGM para análise dos procedimentos licitatórios. Aprovada a regularidade/legalidade os autos serão encaminhados para homologação da autoridade competente.

13 – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.
13.2 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

14 – PAGAMENTO

14.1 – Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:
Programa de Trabalho nº:
Natureza de Despesa:
Fonte de Recursos:
Valor Estimado: **R$ 28.470,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais).**
14.2 – **Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação serão efetuados conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.**
14.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

15– DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

15.1 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor (es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, **salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.**

C. G. M Analisado Ass

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Quanto as sanções administrativas, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
17.1.1 - Anexo I – Termo de Referência;
17.1.2 -Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços
17.1.3 - Anexo III – Minuta Contratual
17.1.4 - Anexo IV – Informações para Formalização do Contrato;
17.1.5 - Anexo V – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.
17.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
17.3 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
17.4 – O Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.
17.4.1 – Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista, localizado à Rua General Penha Brasil, nº. 1011, Bairro São Francisco, Palácio 9 de julho, CEP 69.305- 130, observando as normas de higienização e prevenção determinadas pelas autoridades sanitárias, em atenção às regras contidas na Portaria nº 003/2020 – GAB/CPL de 24 de março de 2020, publicada no DOM nº 5096 de 24 de março de 2020, e no Decreto Municipal n.º 044/E de 31 de março de 2020, publicado no DOM nº 5102 de 01 de abril de 2020.
17.4.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.
17.4.3 – Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a respectiva somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
17.5 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na CPL para conhecimento dos participantes da licitação.
17.7 – Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem

C. G. M Analisado Ass

que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.8 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

17.10 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista – RR, 28 de Maio de 2020.

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

C. G. M
Analisado
Ass

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01 APRESENTAÇÃO

1.1 Atendendo ao disposto sobre procedimentos licitatórios, definido pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentado nacionalmente pelas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e pelo Decreto Federal nº 10024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, bem como em atenção ao Decreto Municipal nº 113-E, de 19 de novembro de 2014, publicado no DOM do dia 19 de novembro de 2014, que regulamentou o Sistema de Registro – SRP previsto no § 3º do art.15, e art. 118 da Lei Federal nº 8.666/93, e ao Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assim como demais legislações complementares aplicadas a matéria, elaboramos o presente Termo de Referência para eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

02 DO OBJETO

2.1 Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

03 DA JUSTIFICATIVA DO PROCESSO

3.1 Justifica-se a aquisição de Material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos** para suprir a necessidade anual – exercício 2020, das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, para pleno atendimento aos munícipes, usuários do atendimento básico e especializado.

3.2 Ademais, considerando as medidas de controle e prevenção do novo Coronavírus (Covid-19), os sistemas de saúde municipal precisam estar preparados para o pronto atendimento aos munícipes possivelmente infectados, e os que por ventura venham a se infectar, bem como, precisam estar preparados para dar continuidade na prestação do serviço supramencionado sem interromper a assistência à população, sendo imprescindível que a equipe de saúde esteja devidamente protegida afim de não propagar ainda mais o vírus em comento, o que poderia acarretar em danos sérios e irreparáveis à vida de toda a população.

3.3 Ainda cumpre ressaltar, que além de atender a necessidade anual (exercício 2020) da Secretaria Municipal de Saúde, o presente processo visa também suprir possíveis necessidades voltadas a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento a pandemia - COVID-19, caso venha ocorrer o aumento das demandas e o esgotamento dos quantitativos do Material Médico - Óculos, adquiridos por meio do **Processo nº 6652/2020**, o qual foi aberto exclusivamente para atendimento emergencial da Pandemia, por dispensa de licitação nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8666/93 e da Lei Federal nº 13.979/2020.

3.4 Desta feita, considerando a necessidade anual da Secretaria Municipal de Saúde-SMSA e todos os fundamentos supramencionados, bem como em atenção a elaboração do Plano de Contingenciamento para o Enfrentamento do Novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Boa Vista – Roraima; a Portaria nº 356/2020/MS ***"Que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019"***; A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19); A promulgação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2020 que ***"reconhece o Estado de Calamidade Pública em razão da pandemia do Coronavírus no Brasil"***; A publicação da Portaria nº 454 de 20/03/2020 do

C. G. M Analisado Ass

Ministério da Saúde, que "***reconheceu a transmissão comunitária do coronavírus em todo território nacional***"; E ainda, em atendimento aos Decretos Municipal: nº 033/E de 16 de março de 2020 "***que dispõe sobre as medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19)***", nº **038/E de 22 de março de 2020**, ***"que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no âmbito do Município de Boa Vista e define novas medidas de enfrentamento e prevenção ao Novo Coronavírus (COVID – 19)"***, nº 40/E de 26 de março de 2020 – flexibilização – ***"que altera o Decreto nº 038/E de 22 de março de 2020"***; e o nº 41/E de 31 de março de 2020, ***"que prorrogam os prazos estabelecidos pelos Decretos nº 033/2020/E e nº 035/2020/E"***: resta justificada a importância e necessidade da abertura do presente processo, para eventual aquisição do material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos.**

3.5 Por fim, ainda é imperioso destacar que tal ato possui o condão de garantir a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, competitividade do certame e da seleção da proposta mais vantajosa para Administração, bem como de atender com maior brevidade possível, em vista da obtenção do Registro de Preços, as demandas que surgirem para enfrentamento da emergência de saúde pública, em razão do novo coronavírus **(COVID-19).**

04 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS

4.1 A descrição e quantidade a ser adquiridas são as descritas conforme Anexo I, deste Termo de Referência.

4.2 Na ocorrência de alguma divergência na descrição do Material de Proteção Individual – Óculos, fornecido pelo código CATMAT cadastrado no sistema Comprasnet, o descritivo a ser seguido é o constante no anexo I deste Termo de Referência.

05 DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1. Vedada à participação na licitação de empresa em regime de consórcio, considerando que a ausência de consórcio não acarretará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, mormente em relação à qualificação técnica e econômica financeira, o que não ocorre no objeto do referido Termo de Referência. Assim, nos termos do artigo 33, da Lei n. 8666/93, o Município de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Saúde infere que a vedação de participação de empresa constituída em consórcio, na licitação objeto do Termo de Referência em tela, é a que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

06 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

6.1 A habilitação dos interessados ocorrerá mediante a apresentação das documentações abaixo descritas, de acordo com as determinações da Lei 8.666/93, em seu Art. 27, Incisos I à V:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação Econômico-Financeira;

d) Qualificação técnica:

d.1 Alvará Sanitário, licença sanitária ou licença de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, Conforme **RDC n°16/2014;**

d.2 Certificado de Registro de Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme **RDC n° 185/2001** ou cópia da publicação no D.O.U, ou isenção quando for o caso. Se o registro do produto estiver vencido, será admitida a apresentação da solicitação de sua

C. G. M Analisado Ass

revalidação em cópia autenticada, obedecidas as regulamentações expedidas pela ANVISA para a respectiva validade.

07 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 O prazo para entrega dos Materiais de Proteção Individual – Óculos serão de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela SAF, **conforme a necessidade desta Secretaria;**

7.2 A contratação será formalizada pela SMSA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666 de 1993;

7.3 O objeto deste certame será entregue pela empresa vencedora, na Superintendência de Assistência Farmacêutica – SAF, da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, situada na Avenida Capitão Júlio bezerra, Nº 1.150 - Bairro: Aparecida, Boa Vista – RR sem nenhum tipo de ônus ao município, no horário de funcionamento (8h30m às 11h30m e das 14h30m as 17h30m); sem nenhum tipo de ônus ao município;

7.3.1 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

7.4 O Objeto será recebido e aceito, da seguinte forma:

7.4.1 Provisoriamente: deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias, compreendendo, as seguintes verificações:

a) Quantitativo dos materiais de Proteção Individual – Óculos entregues;

b) Apresentação de documento **(Nota Fiscal/DANFE)** com identificação do fornecedor.

7.4.2 Definitivamente: deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, compreendendo as seguintes verificações:

a)Os materiais de Proteção Individual – Óculos entregues de acordo com as especificações exigidas no Edital e na proposta da CONTRATADA;

b)Qualidade dos materiais de Proteção Individual – Óculos;

c)Conformidade da documentação (Nota Fiscal/DANFE) e proposta apresentada pelo **Fornecedor.**

7.5 As despesas da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos fretes e carretos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade sobre a entrega;

7.6 O objeto deste será recebido em local especificado, conforme item 7.3;

7.7 Caso satisfatórios **os Fiscais do Contrato**, lavrar-se-á um Termo de Recebimento, que deverá obedecer as exigências da Portaria nº 253/2016-SMSA, DOM Nº 4142 de 14 de abril de 2016, a qual atestará a nota de transporte ou equivalente, ficando a conferência e atesto das Notas Fiscais/DANFEs a serem realizadas na presença dos Fiscais do Contrato, sendo estes, responsáveis pelo acompanhamento da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos e fiscalização do contrato;

7.8 Caso sejam insatisfatórias as verificações, **os Fiscais do Contrato,** lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações contidas neste Termo. Nesta hipótese, o (s) materiais de Proteção Individual – Óculos, será (ão) rejeitad**o(s)**, devendo ser substituído(s) no prazo máximo de **30 (trinta)** dias;

7.9 Caso a substituição não ocorra nos prazos previstos neste Termo de Referência, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, ficando sujeita à aplicação das sanções constantes neste Termo;

7.10 Os custos da substituição dos materiais de Proteção Individual – Óculos rejeitados correrão exclusivamente à conta da Contratada;

C. G. M
Analisado
Ass

7.11 Aceitação Definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos materiais de Proteção Individual, fornecidas, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos;
7.12 As notas fiscais /DANFEs devem conter o número de empenho de referência de acordo com a proposta;
7.13 Os materiais de Proteção Individual – Óculos deverão ser entregues acondicionados, em embalagem resistente o suficiente para proteger por contra da poeira, umidade e garantir a integridade física durante o manuseio, transporte e estocagem a fim de evitar arranhões, deformações, quebras e outros tipos de avarias;
7.14 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que estiverem em desconformidade com as descrições conforme anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, inservíveis, violados ou velhos, ficando a contratada obrigada a proceder com a substituição, de acordo com o item 7.8 deste termo, sob pena de multa;
7.15 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

08 DA GARANTIA

8.1 Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da vida útil do produto, devendo os mesmos apresentar data de fabricação e data de validade, colocadas pelo fabricante, não sendo admitidas quaisquer rasuras ou emendas;
8.2 No caso de apresentarem abaixo do padrão estabelecido e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;
8.3 O ônus de correção do baixo padrão estabelecido ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;
8.4 Os materiais deverão ser entregues acondicionados em invólucros adequados e higiênicos, sendo obrigatória à utilização de embalagem original do fabricante, com a indicação da sua marca e procedência;
8.5 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que apresentarem prazo de validade vencido, e que tiverem em desconformidade com as descrições conforme o anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, violados ou velhos, ficando a firma fornecedora obrigada a proceder à troca imediata, sob pena de multa.

09 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Realizar a entrega, conforme especificado no anexo I.
9.2 Caberá à empresa contratada entregar o objeto, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dessa entrega, devendo os materiais de Proteção Individual – Óculos atender rigorosamente as especificações e prazos constantes neste Termo de Referencia;
9.3 Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta entrega;
9.4 Independente da aceitação, o adjudicatário garantirá a boa qualidade dos materiais para o uso, obrigando-se a repor, na hipótese de apresentar defeito, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, por outro com qualidade igual ou superior;
9.5 O fornecimento do objeto em desconformidade com o especificado neste anexo acarretará a imediata correção, caso não seja possível, será rejeitado, com aplicação das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

C. G. M Analisado Ass

9.6 Comunicar aos respectivos fiscais, eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados e não transferir, total ou parcialmente, o objeto licitado;
9.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte desta Secretaria, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
9.8 Responder por quaisquer danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
9.9 Manter durante a execução do objeto todas as exigências deste Termo de Referência e legislação pertinente.

10 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 Obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar a entrega do objeto dentro das normas deste Termo de Referência;
10.2 Disponibilizar espaço apropriado para guarda/armazenamento dos Materiais de Proteção Individual – Óculos, consoante determinação do art. 15, § 7°, III da Lei 8.666/93.
10.3 Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
10.4 Providenciar a publicação da presente contratação na imprensa oficial;
10.5 Fiscalizar e inspecionar a entrega dos Materiisl de Proteção Individual – Óculos e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem as exigências técnicas especificadas;
10.6 Fornecer a qualquer momento e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;
10.7 Solicitar a reparação do objeto contratado que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e Orientação técnica da CGM 05/2016, Diário Oficial do Município de Boa Vista – n° 4106 de 22 de Fevereiro de 2016;
11.2 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº. 8.666/93).

12 DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 A empresa convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, ficará impedida de licitar com o Município de Boa Vista caso incida em:
a) Deixar de entregar documentos;
b) Apresentar documentação falsa;
c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
d) Não mantiver a proposta;
e) Cometer fraude fiscal.

C. G. M
Analisado
Ass

12.2 Será garantindo o direito prévio de intimação para permitir o contraditório e a ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, sem prejuízo das multas previstas em Edital e as demais consideradas legais;
12.3 O descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos quanto à entrega dos objetos constantes do processo licitatório, garantida a prévia defesa, ensejará na rescisão do contrato e/ou cancelando a Nota de Empenho, nos termos dos artigos 77 e 78, sem prejuízo do eventual exercício dos direitos previstos no artigo 80 e da aplicação das penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/93;
12.4 A multa moratória, prevista no artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 será calculada pelo percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;
12.5 A multa a que se refere o inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 será calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;
12.6 No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a SMSA as sanções administrativas aplicadas a CONTRATADA serão:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Vista;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
12.7 Pelo atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor total referente ao item objeto da inadimplência, que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da nota de empenho.
a) A multa prevista no subitem anterior será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto do inadimplemento, o que não impedirá a critério da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
b) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas como também a inexecução total do contrato;
c) Não mantiver a proposta.
12.8 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e podem ser acumuladas;
12.9 Da aplicação das penalidades definidas neste item caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
12.10 O valor das multas será descontado dos créditos da CONTRATADA, desde já expressamente autorizado.
12.11 Pelo descumprimento de cláusulas contratuais, a SMSA poderá ainda aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, de acordo com os graus atribuídos, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1: Grau de Infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Multa de 0,3% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
02	Multa de 0,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
03	Multa de 1,2% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
04	Multa de 2,4% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
05	Multa de 4,8% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
06	Multa de 9,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência

Tabela 2: Tipos de Infração

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pela SMSA ou na execução de outras obrigações contratuais, por ocorrência;	1

C. G. M Analisado Ass

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
02	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência;	1
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela SMSA, desde que pertinentes às suas atividades, por ocorrência;	2
04	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela SMSA, por item e por ocorrência;	2
05	Deixar de prestar esclarecimentos à Contratante, por ocorrência;	2
06	Deixar de comunicar, por escrito, à Instituição, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por **fato ocorrido;**	3
07	Deixar de designar preposto, por ocorrência;	4
08	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente;	4
09	Interromper a realização dos serviços, por ocorrência de paralisação;	5
10	Reter equipamento sem autorização da SMSA	5
11	Deixar de cumprir prazos contratuais, sem a devida justificativa, por ocorrência;	5
12	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências Letais;	6
13	Descumprir as determinações da IN 01, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI, que dispõe critérios de sustentabilidade ambiental para os serviços contratados.	6
14	Deixar de fornecer EPI' s (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	6

13 DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto do presente Termo de Referência à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE), em anexo as Ordens de Fornecimento, em 02 (duas) vias devidamente atestadas pela SMSA/PMBV e das respectivas certidões;

13.2 Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130.

13.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

13.4 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

13.5 Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

13.6 A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

13.7 Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta;

C. G. M Analisado Ass

13.8 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusi6ve quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

13.9 A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

14 DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31 de dezembro, conforme disposto no art. 57 CAPUT, da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

14.2 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, durante esse período a SMSA não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15 DOS CUSTOS

15.1 O valor estimado para aquisição do objeto do presente Termo constará do valor obtido após realização de pesquisa de preços a ser realizada: painel de preços, disponível no endereço eletrônico http:// paineldepreco.planejamento.gov.br, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com os fornecedores desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. (IN nº 3, de 20/04/2017);

15.2 No valor unitário do objeto deverão estar agregados todos os custos relativos à contratação do mesmo.

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Nos termos do artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e artigo 15, do Decreto Municipal nº 113/E "na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

17 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à SMSA, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 113/E, até o limite adicional de 100% dos quantitativos registrados para utilização da SMSA.

18 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

18.2 Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

18.3 Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

18.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

18.5 Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

18.6 Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

C. G. M Analisado Ass

19 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
19.1.1 Pela Administração, quando:
a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta no Edital da licitação;
b) A detentora não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
g) A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial do Município-DOM, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação;
19.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

20 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1 Aplicam-se no que couber, as disposições constantes da Lei n° 8.078/90 – Código Defesa Consumidor, quanto à garantia do produto e obrigações do CONTRATANTE;
20.2 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente instrumento;
20.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesse termo exclui-se o dia do início e inclui-se o dia dos vencimentos, observado que só se iniciam e vencem prazos em dia da Unidade Gestora, decorrentes deste instrumento;
20.4 Os casos omissos e as dúvidas que surjam quando da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos constantes do Termo de Referência serão resolvidos pela Contratante e exclusivamente no FORO da cidade de Boa Vista/RR.

21 ANEXOS

21.1 ANEXO I – Descrição dos materiais de Proteção Individual – Óculos.

Boa Vista-RR, 06 de maio de 2020.

Elaborado:

Cleudimara M. de Souza
Núcleo de Processos

De acordo:

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente de Assistência Farmacêutica – SAF

Autorizo:

Cláudio Galvão Santos

C. G. M
Analisado
Ass

Secretário Municipal de Saúde - SMSA

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QDT
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	unidade	**3000**

ANEXO II

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	Und	3000	9,49	28.470,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO R$						**28.470,00**

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PMBV/SMSA-PREGÃO Nº____/2020
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa ....., estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 007540/2020**, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 000/2020,** para Registro de Preços, homologado em ..... por despacho exarado às fls. ..... do referido Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA(S):

EMPRESA(S) REGISTRADA(S)	ITEM(S)	VALOR TOTAL DO(S) ITEM(S)
	1	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA,** de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico** supracitado, os quais integram a presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

2.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujos são integrantes desta Ata.

C. G. M
Analisado
Ass

CLÁUSULA TERCEIRA – CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA/ DO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

3.1.1 - Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

3.1.2 - Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.1.3 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

3.1.4 - Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

3.1.5 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

3.2 - A **FORNECEDORA REGISTRADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto desta Ata, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.3 - A **FORNECEDORA REGISTRADA** obriga-se a prestar o serviço objeto desta Ata, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

4.1 – O valor total do presente Registro de Preços é de R$ _____ e o preço acertado é o constante na proposta da **FORNECEDORA REGISTRADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes envolvidas, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.1.1 - É vedado efetuar acréscimo dos quantitativos fixados pela ARP inclusive o acréscimo no que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disposto no § 1º, do art. 11, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e no §3º, do art. 25, do Decreto Municipal nº 113/E.

4.2 – Quanto a revisão e alteração dos preços registrados deverá ser obedecido o que segue:

4.2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata negociar junto aos **FORNECEDORES**.

4.2.2 – Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Administração ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços **estão divergentes daqueles praticados no mercado**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

a) Convocar a **FORNECEDORA REGISTRADA**, por meio de correspondência oficial, visando à negociação para adequação dos preços ao praticado no mercado.

a.1) O comparecimento da **FORNECEDORA REGISTRADA** deverá ser no prazo máximo de 5(cinco) dias, a contar do recebimento da notificação;

b) Frustrada a negociação, a **FORNECEDORA REGISTRADA** será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação;

d) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração, baseada na planilha de composição de custos apresentada no ato da reformulação da proposta ao último lance verbal.

C. G. M
Analisado
Ass

4.2.3 – Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados**, **e a FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, **não puder cumprir** o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

a) Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação, não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá revogar a Ata de Registro de Preços.

4.2.4 – A cada pedido de revisão de preço deverá a **FORNECEDORA REGISTRADA** comprovar a variação ocorrente.

4.2.5 – A critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, poderá ser exigida da **FORNECEDORA REGISTRADA** a lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterá, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

4.2.6 – Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou não da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

4.2.7 – O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento do pregão, devidamente apurado, e os propostos pela **FORNECEDORA REGISTRADA** será mantido durante toda a vigência do registro.

4.2.7.1 – O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

4.2.8 – É vedado à **FORNECEDORA REGISTRADA** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do edital.

4.2.9 – a revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

4.2.10 – Na hipótese da **FORNECEDORA REGISTRADA** não efetuar a adequação dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seu critério poderá cancelar parcialmente ou totalmente a ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – A presente Ata de Registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses,** a partir de sua assinatura, nos termos do § 3º, III, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e, ainda, do caput do art. 12 do Decreto Federal nº 7892/2013 e caput, do art. 25 do Decreto Municipal nº 113/E.

5.2 - A ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3 – A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada sem prejuízo da apreciação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, nos casos de:

a) Inadimplemento, irregularidade ou lentidão no cumprimento das obrigações assumidas;

C. G. M
Analisado
Ass

b) Ocorrência de declaração de falência ou instrução de insolvência civil promitente.

6.2 Em qualquer dos casos, aplica-se o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 no tocante ao reconhecimento dos direitos da Administração.

6.3 – A **FORNECEDORA** terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público.

6.4 – A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6.5 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas acima, assegurados e contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES EXTRAORDINÁRIAS (CARONAS)

7.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de Preços, deverão manifestar, seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.2 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº 7892/2013 e art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.2.1 - O Termo de Adesão do órgão carona deve ser dirigido ao órgão gerenciador, com indicação de seu interesse e da quantidade estimada para conhecimento daquele órgão.

7.2.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante ou carona deverá efetivar a aquisição total ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.2.3 - A responsabilidade do órgão não participante ou carona é restrito às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

7.2.4 - O órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão não participante ou carona.

7.2.5 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ao órgão gerenciador.

7.3 – Caberá à **FORNECEDORA** beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ARP** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos participantes que aderirem, consoante disposto no § 7º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.5 – As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, em atenção ao § 8º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

C. G. M
Analisado
Ass

7.6 - Órgãos municipais não participantes em Atas do próprio município ou de órgãos estaduais e federais da Administração Pública, quando forem aderir a ARP deverão instruir o processo conforme as regras estabelecidas no art. 11, alíneas "a" a "h", do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – O **ÓRGÃO GERENCIADOR** publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preços, com indicação do número da licitação, do objeto, de forma sucinta, e do endereço do portal eletrônico da Internet onde poderão ser obtidas as informações detalhadas de todos os elementos da ata, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.2 - Nos casos em que houver a necessidade de publicação no Diário Oficial da União – DOU, o referido extrato deverá ser encaminhado à CPL, consoante §1º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.3 - Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ata nos termos estabelecidos neste artigo, é necessária a publicação da mesma em jornal de grande circulação, consoante §2º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e da **FORNECEDORA REGISTRADA**, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

9.2 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892/ 2013 e consoante §5º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.5 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, conforme dispõe o art. 23, do Decreto Municipal nº 113/E.

9.6– O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam-se a presente Ata, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____de _____ de 2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. ..... CIC: .....
2. ..... CIC: .....

C. G. M
Analisado
Ass

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR, E A EMPRESA ..... PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº ..... , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da CONTRATADA), firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 007540/2020**, doravante referido por Processo, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 000/2020**, homologado em ..... por despacho exarado às fls. ..... do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1-Constitui objeto do presente contrato **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA,** de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e Termo de Referência, correspondente ao Item 1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

a) o edital pertinente ao Pregão Eletrônico nº 000/2020 e o anexo I (Termo de Referência);
b) proposta da **CONTRATADA**;
c) ata da sessão da licitação e ata de registro de preços;
d) demais documentos anexados ao Processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1– A **CONTRATADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **CONTRATANTE** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.2– Os prazos, condições para o fornecimento são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

C. G. M
Analisado
Ass

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

4.1 – O valor total do presente contrato é de R$ _____ (_____), e o preço é o constante da proposta da **CONTRATADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes contratantes, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.2 – O pagamento será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto do presente Termo de Referência à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE), em

anexo as Ordens de Fornecimento, em 02 (duas) vias devidamente atestadas pela SMSA/PMBV e das respectivas certidões;

4.3 - Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130.

4.4 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

4.5 - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

4.6 - Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

4.7 - A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

4.8 - Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta;

4.9 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusi6ve quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

4.10 - A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.11 - Quaisquer valores devidos pela **CONTRATANTE**, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =[(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 =número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS

5.1 – Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da vida útil do produto, devendo os mesmos apresentar data de fabricação e data de validade, colocadas pelo fabricante, não sendo admitidas quaisquer rasuras ou emendas;

5.2 No caso de apresentarem abaixo do padrão estabelecido e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

5.3 O ônus de correção do baixo padrão estabelecido ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;

5.4 Os materiais deverão ser entregues acondicionados em invólucros adequados e higiênicos, sendo obrigatória à utilização de embalagem original do fabricante, com a indicação da sua marca e procedência;

C. G. M
Analisado
Ass

5.5 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que apresentarem prazo de validade vencido, e que tiverem em desconformidade com as descrições conforme o anexo I, e

ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, violados ou velhos, ficando a firma fornecedora obrigada a proceder à troca imediata, sob pena de multa.
5.6 - Ao disposto neste Contrato aplicam-se também, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA
6.1 - O prazo de vigência do Contrato será até **31 de dezembro**, conforme disposto no art. 57 CAPUT, da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES
7.1 – Além das obrigações resultantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, aqui não transcritas, compete:
I – Ao **CONTRATANTE**:
1-As obrigações da **CONTRATANTE** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.
II –À CONTRATADA:
1. As obrigações da **CONTRATADA** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
8.1 – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da **Unidade Orçamentária: Funcional Programática: Categoria Econômica: Fontes de Recursos:** tendo sido emitida a **Nota de Empenho** nº ___, de ___/___/2020, no valor de R$ _____ (___).

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES
9.1 – O descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93, e/ou a aplicação pelo **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES
10.1 – A fiscalização da entrega do objeto contratado será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAIS, nos termos dispostos no art. 67 c/c art. 70, ambos da Lei 8.666/93.
10.2 – Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 57 da Lei 8666/93.
10.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
10.4 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

C. G. M
Analisado
Ass

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO
11.1 – A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Município de Boa Vista (DOM), nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, firma-se o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista - RR, ____de _____ de 2020.

CONTRATANTE: PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1. ..... CIC: .....

2. ..... CIC: .....

C. G. M
Analisado
Ass

ANEXO IV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO: **CIDADE:** **EST.:**

CEP: **TEL (XX)** **FAX (XX)**

E-MAIL:

NOME P/CONTATO:

2 - ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, n° do documento de identidade, n° do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO N.º 007540/2020-SMSA.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 000/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA

ITEM	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1		Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	Und	3000		
VALOR GLOBAL ESTIMADO R$						

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo do Fornecimento:	
Banco : Agência: C/C:	
Boa Vista-RR, / /2020	Ass. e Carimbo do Proponente :

C. G. M Analisado Ass

CPL/PMBV
Fls. 72
Proc. 007540
Rubrica

CPL/PMBV
Fls. 73
Proc. 007540
Rubrica

À CPL / PRESIDÊNCIA

Encaminhamos a **PGM** o processo **n° 007540/2020 – SMSA,** para análise e parecer, quanto à minuta de Edital, conforme determina a Lei.

Boa Vista, 29 de maio de 2020.

Atenciosamente,

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

Comissão Permanente de Licitação
F. 74
P. 007540
R.
CPL

DESPACHO

Á PGM

Seguem os autos para análise e parecer quanto à legalidade da minuta do edital e seus anexos, conforme determina o art. 38, Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

Boa Vista – RR, 29 de maio de 2020.

Artur José Lima Cavalcante Filho
Presidente da CPL

C. G. M
Analisado
Ass

DESPACHO

INTERESSADO: CPL

PROCESSO: 7540/2020/SMSA/VOL. I.

Senhor Presidente,

Encaminho o Processo de n° 7540/2020 com a solicitação atendida, contendo parecer jurídico com 03(três) laudas.

Boa Vista, 29 de maio de 2020.

Atenciosamente,

Flávio Grangeiro de Souza
Procurador Geral Adjunto
OAB/RR nº 327-B

C. G. M
Analisado
Ass

PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº 7540/2020/SMSA/VOL. I

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

ASSUNTO: Eventual aquisição de material de Proteção Individual - Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), nas Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

Versam os presentes autos sobre a possibilidade de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com Registro de Preços, para eventual aquisição de material de Proteção Individual - Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), nas Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

Verificam-se da análise do Processo às fls. 01/19 o expediente de abertura do respectivo, a justificativa, a planilha contendo a descrição e os quantitativos do objeto que se pretende contratar, e o Termo de Referência e seus anexos.

Às fls. 22/25 encontram-se as cotações, a planilha da média dos valores apurados e o arquivo digital – CD contendo: o Termo de Referência, as cotações de preços, o mapa comparativo de preços e a planilha.

À fl. 27 foi colacionada a planilha orçamentária da SMSA referente ao exercício de 2020.

Ainda, às fls. 33/34 e 37 veem-se juntadas aos autos as publicações concernentes à nomeação da Comissão Permanente de Licitação – CPL.

Às fls. 38/72 consta a minuta do edital de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, e seus anexos.

Por fim, vieram os autos para manifestação jurídica desta Procuradoria, acerca da legalidade da minuta do edital e seus anexos, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8666/93.

C. G. M
Analisado
Ass

É o sucinto relatório.

No que diz respeito à fundamentação, o procedimento licitatório deve atender aos quesitos do artigo 38 c/c artigo 43, ambos da Lei n° 8.666/93, atendidos tais preceitos, deve-se ater, também, no caso em tela, aos procedimentos impostos pela Lei n° 10.520/02 e pelos Decretos Federais n° 10.024/19 e n° 7.892/13 e, em âmbito municipal o Decreto n° 113-E, assim como pela Lei Complementar n° 123/06 e alterações, quando se tratar de licitação destinada exclusivamente ou preferencialmente às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

Quanto a minuta do Edital e seus anexos, dentre eles a Ata de Registro de Preços, encontram-se em consonância com o que preceitua o artigo 27 da Lei n° 8.666/93, no que diz respeito aos requisitos para a habilitação dos licitantes, e aos artigos 9° do Decreto n° 7.892/13 e 17 do Decreto n° 113/E, bem como ao que dispõe o artigo 40 da referida Lei de Licitações e Contratos Administrativos, posto que determina com exatidão as exigências mínimas que deve conter o edital de licitação.

Vislumbra-se, ainda, que o procedimento atende às disposições contidas na Lei n° 10.520/02 e na Lei Complementar n° 123/06, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014, bem como nos Decretos Federais de n° 10.024/19, n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 113-E, que institui a modalidade **Pregão Eletrônico, para Registro de Preços**.

Em relação as especificações do objeto que se pretende adquirir, cabe ressaltar que por se tratar de especificações técnicas, não cabe a esta Procuradoria manifestar-se acerca das definições apresentadas, sendo, portanto, de responsabilidade do gestor indicar o objeto de forma clara e objetiva, sem identificações de marca, modelo e de características exclusivas, salvo se for tecnicamente justificável, conforme disposto no art. 7°, §5°, da Lei n° 8666/93.

No que concerne às exigências de certificação técnica e registro em órgãos competentes, na fase de habilitação – qualificação técnica, insta salientar que tais exigências devem guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, bem como deve ficar expressamente demonstrado que o exercício de determinadas atividades ou a fabricação de determinados produtos dependem de cumprimento de regras técnicas – normas específicas, para que seja dado o devido cumprimento ao disposto no art. 30, IV, da Lei n° 8666/93.

C. G. M
Analisado
Ass

Diante do exposto, estando regulares as documentações acostadas aos presentes autos e com supedâneo nas Leis e Decretos supracitados, vem esta Procuradoria manifestar-se no sentido de que a **Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, e seus**

Anexos encontram-se em conformidade com as determinações legais que o caso requer, haja vista conterem todas as cláusulas necessárias à sua eficácia jurídica, nos termos da legislação pátria.

Vale ressaltar que o parecer jurídico proferido no processo administrativo apresenta natureza meramente opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final, o qual tem por escopo o interesse público.

Ademais, o presente Parecer Jurídico foi elaborado sob o ângulo estritamente jurídico, não analisando, portanto, a veracidade das informações apresentadas nos autos de caráter financeiro e aspectos quantitativos, bem como quanto ao critério de conveniência e oportunidade administrativa, tendo em vista que a análise de tais elementos não é de competência desta Procuradoria.

Por fim, é importante frisar que a pesquisa de mercado é de responsabilidade do gestor do processo, portanto, não cabe a esta especializada se manifestar quanto a veracidade das informações constantes nas cotações de preços, bem como quanto a compatibilidade das mesmas com o mercado, bem como quanto a compatibilidade das mesmas com o mercado, em consonância com o disposto no **Acórdão 594/2020 – Plenário/TCU**.

S.M.J.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Boa Vista, 29 de maio de 2020.

Flávio Grangeiro de Souza
Procurador Geral Adjunto
OAB/RR nº 327-B

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

79
007540

DESPACHO

Ao PE/PP- CPL,

Seguem os autos para prosseguimento, conforme parecer da PGM às fls. 76 a 78.

Boa Vista – RR, 29 de maio de 2020.

Artur José Lima Cavalcante Filho
Presidente da CPL

C. G. M
Analisado
Ass

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
Tel. 095-3621-1756 – FAX 095-3621-6053
CEP: 69.305-130 – Boa Vista - RR

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA.

Início do acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:
01/06/2020 às 09:00 horas

Limite do Acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:
15/06/2020 às 10:00 horas

Data do Pregão e horário da Disputa de Preços:
15/06/2020 às 10:00 horas

Solicitação dos Pedidos de Esclarecimentos:
Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação.
E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

Referência de Tempo:
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Informações sobre Impugnação
(95) 3621-1755

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a abertura do **Processo n° 007540/2020,** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 073/2020 – REGISTRO DE PREÇOS**, tipo menor preço por **ITEM**, a ser realizado as **10:00 horas** (Horário de Brasília), no dia **15/06/2020**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto n.º 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal n° 009/E, Decreto Municipal n° 113/E de 21/11/2014, Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP, CONFORME DISPOSTO NO ART. 48,I, DA LEI 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, TENDO EM VISTA QUE O VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO É INFERIOR A R$ 80.000,00, LIMITE ESTABELECIDO NA REFERIDA LEI

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
1.2 – Os trabalhos serão coordenados pelo (a) Pregoeiro(a) do MUNICÍPIO, **Rosana de Oliveira Borges Vieira**, com o apoio da Equipe, ambos designados pelo Decreto n.º 028 – E/2020, publicado no DOM nº 5079, de 02/03/2020, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

2 – OBJETO

Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, conforme especificado no anexo I deste edital.

3 – ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio **www.comprasnet.gov.br** ou quando solicitado através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com.
4.1.1 - As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no sítio **www.comprasnet.gov.br**, e as publicações nos Diários Oficiais da União (DOU), do Município de Boa Vista (DOM) e no Jornal Folha de Boa Vista.

C. G. M
Analisado
Ass

(https://www.folhabv.com.br), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao(a) Pregoeiro(a), até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico pregao.pmbv@gmail.com.
4.3 – No Menu impugnações/esclarecimentos/avisos serão disponibilizadas os questionamentos, respostas, além de outras informações que o (a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados no certame devem consultar o sítio com frequência.
4.4 – O (a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
4.5 – Em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer CIDADÃO ou LICITANTE poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo ser enviada(s) através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com, no horário das 8:00h as 18:00h, conforme disposto no artigo 1°, inciso II, da Portaria nº 003/2020 – GAB/CPL de 24 de março de 2020, publicada no DOM nº 5096 de 24 de março de 2020. Os e-mails remetidos em horários diferentes do mencionado serão recepcionados com a data do próximo dia útil. A inobservância do prazo legal citado decairá o direito de impugnar os termos do edital.
4.6 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.
4.7 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento tratar-se especificamente de temas alheios a competência do (a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso ***Sine-Die***, até que os questionamentos sejam sanados.
4.8 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
4.9 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitem 4.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação Microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem nos termos do art. 3° da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **www.comprasnet.gov.br** ;
5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:
5.2.1 – suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, III e IV da lei 8.666/93;
5.2.1.1 – impedida de licitar e contratar com o Município de Boa Vista-RR, nos termos do artigo 7°, caput, da Lei nº 10.520/2002;
5.2.2 – Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcios, conforme justificativa acostada no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital;
5.2.3 – com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.

C. G. M
Analisado
Ass

5.2.4 – impedidas nos Termos do art. 9º da lei 8.666/93.
5.2.5 – Que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
5.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
5.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
5.4.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
5.4.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
5.4.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
5.4.2 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
5.4.3 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
5.4.4 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. A CPL verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.(http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis e http://www.cnj.jus.br);
5.4.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
5.4.6 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
5.4.7 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5.4.8 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
5.5 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

6.1 - Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.
6.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no

C. G. M Analisado Ass

SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no referido sistema.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 - No que concerne a participação de microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, as referidas deverão acrescentar à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de pequeno porte", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão no objeto da sociedade (art. 72, da Lei Complementar nº. 123/06).

6.3.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, em atendimento ao disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.3.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da DOCUMENTAÇÃO, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.3 – A não-regularização da DOCUMENTAÇÃO, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4- Somente as Licitantes que apresentaram a proposta de preços e os documentos de habilitação em consonância com o Título 7, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.5 - As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

6.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

6.6.2 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7 – Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.

6.7.1 – A etapa de envio de lances durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.7.1.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.1.2 – Não havendo novos lances, conforme supracitado, a sessão será encerrada automaticamente.

6.7.1.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º, do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,01 (um centavo de real).

6.9 – Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

6.10 - A LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES, AO

C. G. M Analisado Ass

ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.

6.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12.1 – Quando a desconexão do sistema para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do artigo 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.14.1 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.

6.15 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.16 – Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro(a) encaminhará no sistema a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.17 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18 - A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.19.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

6.20 - O preço total que seja superior ao estimado para a contratação, constante do Termo de Referência no Anexo I, não será aceito e adjudicado.

6.21 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.22 – O (a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante melhor classificado para enviar documentos complementares à proposta e à habilitação, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas a contar da solicitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta e da inabilitação.

6.23 - Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

C. G. M Analisado Ass

6.24 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

7 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

7.1- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, as Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.
7.2- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no *site* **www.comprasnet.gov.br.**
7.3- O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
7.4- O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
7.5- A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

8 – PROPOSTA DE PREÇO

8.1- A proposta de preços e os lances formulados, contemplando o preço global ofertado para cada **ITEM**, bem como os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.
8.2 – Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o preço global da proposta para cada **ITEM**;
8.3 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **ITEM**.
8.4 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.
8.5 – O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
8.5.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
8.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).
8.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.
8.7 - A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
8.7.1 – A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada conforme supracitado, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observados os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

C. G. M
Analisado
Ass

8.8 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
8.8.1 - O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
8.9- A proposta de preços deverá obedecer às seguintes condições:
a)Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.
b) Deverá ser apresentada conforme Anexo V – Modelo de Planilha/Proposta de Preço em uma via ou em modelo próprio, com identificação da empresa proponente, dados bancários, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.
c) Ser apresentada com a mesma marca da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação.
d) A proposta de preço deverá ter validade de 60 (sessenta) dias. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será válida por 60 (sessenta) dias.
8.10 – O envio da Proposta de Preço pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital; o proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
8.11 – O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.
8.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta de preço.
8.13 - **O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
9.1.2 – Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o comprador e nem firam os direitos dos demais Licitantes.
9.2 – Será desclassificada a proposta que:
a) não se refira à integralidade ITEM;
b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme disposto nos termos do § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93.
c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no instrumento convocatório.
d) do arrematante que esteja superior ao valor estimado de cada **ITEM**;
9.3 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

C. G. M Analisado Ass

9.4 – O(a) Pregoeiro(a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, junto a proposta de preços, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, sob pena de INABILITAÇÃO.
10.2 – Para habilitação dos licitantes, serão exigidas as seguintes documentações:

10.2.1 – Habilitação Jurídica:
a) Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa;
b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;
d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:
a) Prova de regularidade do Licitante com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
b) Certidão conjunta de regularidade da fazenda e dívida ativa da União, nos termos da Portaria MF n° 358, de 05 de setembro de 2014;
c) Prova de regularidade com o FGTS (conforme Lei 8.036/90);
d) Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

10.2.3 – Qualificação Técnica:
a) Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

10.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:
a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.
b) Cópia, retirada do Livro Diário, do Balanço Patrimonial constando o Termo de Abertura e Encerramento e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;
b.1) A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação.
b.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem apresentarem **Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado.**
b.3) A comprovação de boa situação financeira da licitante será avaliada com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) definidos na IN 02/2010 SLTI/MPOG, em consonância com o disposto no art. 31, § 1º e § 5º da Lei nº 8666/93, conforme aplicação das fórmulas:

C. G. M Analisado Ass

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.2.5 – **Serão inabilitados** os proponentes que apresentarem resultado menor do que 01 (um), em qualquer um dos índices obtidos na avaliação da situação financeira, de acordo com o disposto no item 10.2.4, alínea "b" e seus subitens;

10.2.6 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ – dentro da validade;

10.2.7 – Declaração expressa do responsável de que a empresa proponente não se encontra inadimplente, nem é objeto de qualquer restrição ou notas desabonadoras junto ao cadastro de fornecedores deste Município;

10.2.8 – Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação;

10.2.9 - Declaração de disponibilidade de alvará de funcionamento válido, a fim de que seja resguardada a efetiva execução do objeto licitado. *OBS.: A declaração poderá ser substituída pela apresentação da cópia (devidamente autenticada nos termos do item 10.5) do alvará de funcionamento da sede da licitante.*

10.2.10 – Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade da licitante a prestação das informações no momento da apresentação da proposta de preços, Item 8 do Edital.

10.3 – ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTE EDITAL, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.4 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviadas nos termos do disposto no item 6.1.

10.4.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.5 – Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias devidamente autenticadas, exceto nos casos dispostos no item 6 do referido Edital, em observância às regras contidas na Portaria nº 003/2020 – GAB/CPL de 24 de março de 2020, publicada no DOM nº 5096 de 24 de março de 2020.

10.6 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante,

C. G. M
Analisado
Ass

com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, **exceto** quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;

c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz,** observando-se o disposto na alínea **"a"** deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

10.7 – A documentação exigida neste Edital, para Habilitação e Proposta de Preços, não poderá conter rasuras, ressalvas, emendas, borrões e entrelinhas.

10.8 – Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação, exceto:

a) Atestado de Capacidade Técnica que obedece o disposto no § 5º art. 30 da Lei Federal nº 8666/93;

b) Certidão Simplificada, cuja validade será considerada com base na sua última alteração, a contar da data da emissão até a data da apresentação dos documentos; e

c) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, cujo o prazo de validade será conforme o descrito no item 10.2.4, alínea "a" deste Título.

10.9 – O não envio de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente.

11 – DOS RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 - Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados

C. G. M Analisado Ass

para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
11.6 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
11.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor. Caso não ocorra a interposição de recursos caberá o (a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
12.2 – Após adjudicação, os autos serão encaminhados à Controladoria Geral do Município – CGM para análise dos procedimentos licitatórios. Aprovada a regularidade/legalidade os autos serão encaminhados para homologação da autoridade competente.

13 – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.
13.2 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

14 – PAGAMENTO

14.1 – Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:
Programa de Trabalho nº:
Natureza de Despesa:
Fonte de Recursos:
Valor Estimado: **R$ 28.470,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais).**
14.2 – **Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação serão efetuados conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital**.
14.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

15– DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

15.1 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor (es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, **salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.**

C. G. M
Analisado
Ass

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Quanto as sanções administrativas, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
17.1.1 - Anexo I – Termo de Referência;
17.1.2 -Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços
17.1.3 - Anexo III – Minuta Contratual
17.1.4 - Anexo IV – Informações para Formalização do Contrato;
17.1.5 - Anexo V – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.
17.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
17.3 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
17.4 – O Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.
17.4.1 – Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista, localizado à Rua General Penha Brasil, nº. 1011, Bairro São Francisco, Palácio 9 de julho, CEP 69.305- 130, observando as normas de higienização e prevenção determinadas pelas autoridades sanitárias, em atenção às regras contidas na Portaria nº 003/2020 – GAB/CPL de 24 de março de 2020, publicada no DOM nº 5096 de 24 de março de 2020, e no Decreto Municipal n.º 044/E de 31 de março de 2020, publicado no DOM nº 5102 de 01 de abril de 2020.
17.4.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.
17.4.3 – Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a respectiva somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
17.5 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na CPL para conhecimento dos participantes da licitação.
17.7 – Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem

C. G. M Analisado Ass

que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.8 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

17.10 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista – RR, 29 de Maio de 2020.

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

C. G. M
Analisado
Ass

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01 APRESENTAÇÃO

1.1 Atendendo ao disposto sobre procedimentos licitatórios, definido pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentado nacionalmente pelas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e pelo Decreto Federal nº 10024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, bem como em atenção ao Decreto Municipal nº 113-E, de 19 de novembro de 2014, publicado no DOM do dia 19 de novembro de 2014, que regulamentou o Sistema de Registro – SRP previsto no § 3º do art.15, e art. 118 da Lei Federal nº 8.666/93, e ao Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assim como demais legislações complementares aplicadas a matéria, elaboramos o presente Termo de Referência para eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

02 DO OBJETO

2.1 Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

03 DA JUSTIFICATIVA DO PROCESSO

3.1 Justifica-se a aquisição de Material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos** para suprir a necessidade anual – exercício 2020, das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, para pleno atendimento aos munícipes, usuários do atendimento básico e especializado.

3.2 Ademais, considerando as medidas de controle e prevenção do novo Coronavírus (Covid-19), os sistemas de saúde municipal precisam estar preparados para o pronto atendimento aos munícipes possivelmente infectados, e os que por ventura venham a se infectar, bem como, precisam estar preparados para dar continuidade na prestação do serviço supramencionado sem interromper a assistência à população, sendo imprescindível que a equipe de saúde esteja devidamente protegida afim de não propagar ainda mais o vírus em comento, o que poderia acarretar em danos sérios e irreparáveis à vida de toda a população.

3.3 Ainda cumpre ressaltar, que além de atender a necessidade anual (exercício 2020) da Secretaria Municipal de Saúde, o presente processo visa também suprir possíveis necessidades voltadas a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento a pandemia - COVID-19, caso venha ocorrer o aumento das demandas e o esgotamento dos quantitativos do Material Médico - Óculos, adquiridos por meio do **Processo nº 6652/2020**, o qual foi aberto exclusivamente para atendimento emergencial da Pandemia, por dispensa de licitação nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8666/93 e da Lei Federal nº 13.979/2020.

3.4 Desta feita, considerando a necessidade anual da Secretaria Municipal de Saúde-SMSA e todos os fundamentos supramencionados, bem como em atenção a elaboração do Plano de Contingenciamento para o Enfrentamento do Novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Boa Vista – Roraima; a Portaria nº 356/2020/MS ***"Que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019"***; A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19); A promulgação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2020 que "***reconhece o Estado de Calamidade Pública em razão da pandemia do Coronavírus no Brasil***"; A publicação da Portaria nº 454 de 20/03/2020 do

C. G. M
Analisado
Ass

Ministério da Saúde, que "***reconheceu a transmissão comunitária do coronavírus em todo território nacional***"; E ainda, em atendimento aos Decretos Municipal: nº 033/E de 16 de março de 2020 "***que dispõe sobre as medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19)***", nº **038/E de 22 de março de 2020**, ***"que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no âmbito do Município de Boa Vista e define novas medidas de enfrentamento e prevenção ao Novo Coronavírus (COVID – 19)"***, nº 40/E de 26 de março de 2020 – flexibilização – ***"que altera o Decreto nº 038/E de 22 de março de 2020"***; e o nº 41/E de 31 de março de 2020, ***"que prorrogam os prazos estabelecidos pelos Decretos nº 033/2020/E e nº 035/2020/E"***; resta justificada a importância e necessidade da abertura do presente processo, para eventual aquisição do material Médico Hospitalar na especialidade Material de **Proteção Individual – Óculos.**

3.5 Por fim, ainda é imperioso destacar que tal ato possui o condão de garantir a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, competitividade do certame e da seleção da proposta mais vantajosa para Administração, bem como de atender com maior brevidade possível, em vista da obtenção do Registro de Preços, as demandas que surgirem para enfrentamento da emergência de saúde pública, em razão do novo coronavírus **(COVID-19).**

04 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS

4.1 A descrição e quantidade a ser adquiridas são as descritas conforme Anexo I, deste Termo de Referência.

4.2 Na ocorrência de alguma divergência na descrição do Material de Proteção Individual – Óculos, fornecido pelo código CATMAT cadastrado no sistema Comprasnet, o descritivo a ser seguido é o constante no anexo I deste Termo de Referência.

05 DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1. Vedada à participação na licitação de empresa em regime de consórcio, considerando que a ausência de consórcio não acarretará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, mormente em relação à qualificação técnica e econômica financeira, o que não ocorre no objeto do referido Termo de Referência. Assim, nos termos do artigo 33, da Lei n. 8666/93, o Município de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Saúde infere que a vedação de participação de empresa constituída em consórcio, na licitação objeto do Termo de Referência em tela, é a que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

06 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

6.1 A habilitação dos interessados ocorrerá mediante a apresentação das documentações abaixo descritas, de acordo com as determinações da Lei 8.666/93, em seu Art. 27, Incisos I à V:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação Econômico-Financeira;

d) Qualificação técnica:

d.1 Alvará Sanitário, licença sanitária ou licença de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, Conforme **RDC n°16/2014;**

d.2 Certificado de Registro de Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, conforme **RDC n° 185/2001** ou cópia da publicação no D.O.U, ou isenção quando for o caso. Se o registro do produto estiver vencido, será admitida a apresentação da solicitação de sua

C. G. M Analisado Ass

revalidação em cópia autenticada, obedecidas as regulamentações expedidas pela ANVISA para a respectiva validade.

07 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 O prazo para entrega dos Materiais de Proteção Individual – Óculos serão de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela SAF, **conforme a necessidade desta Secretaria;**

7.2 A contratação será formalizada pela SMSA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666 de 1993;

7.3 O objeto deste certame será entregue pela empresa vencedora, na Superintendência de Assistência Farmacêutica – SAF, da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, situada na Avenida Capitão Júlio bezerra, Nº 1.150 - Bairro: Aparecida, Boa Vista – RR sem nenhum tipo de ônus ao município, no horário de funcionamento (8h30m às 11h30m e das 14h30m as 17h30m); sem nenhum tipo de ônus ao município;

7.3.1 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

7.4 O Objeto será recebido e aceito, da seguinte forma:

7.4.1 Provisoriamente: deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias, compreendendo, as seguintes verificações:

a) Quantitativo dos materiais de Proteção Individual – Óculos entregues;

b) Apresentação de documento (**Nota Fiscal/DANFE)** com identificação do fornecedor.

7.4.2 Definitivamente: deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, compreendendo as seguintes verificações:

a)Os materiais de Proteção Individual – Óculos entregues de acordo com as especificações exigidas no Edital e na proposta da CONTRATADA;

b)Qualidade dos materiais de Proteção Individual – Óculos;

c)Conformidade da documentação (Nota Fiscal/DANFE) e proposta apresentada pelo **Fornecedor.**

7.5 As despesas da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos fretes e carretos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade sobre a entrega;

7.6 O objeto deste será recebido em local especificado, conforme item 7.3;

7.7 Caso satisfatórios **os Fiscais do Contrato**, lavrar-se-á um Termo de Recebimento, que deverá obedecer as exigências da Portaria nº 253/2016-SMSA, DOM Nº 4142 de 14 de abril de 2016, a qual atestará a nota de transporte ou equivalente, ficando a conferência e atesto das Notas Fiscais/DANFEs a serem realizadas na presença dos Fiscais do Contrato, sendo estes, responsáveis pelo acompanhamento da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos e fiscalização do contrato;

7.8 Caso sejam insatisfatórias as verificações, **os Fiscais do Contrato,** lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações contidas neste Termo. Nesta hipótese, o (s) materiais de Proteção Individual – Óculos, será (ão) rejeitad**o(s)**, devendo ser substituído(s) no prazo máximo de **30 (trinta)** dias;

7.9 Caso a substituição não ocorra nos prazos previstos neste Termo de Referência, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, ficando sujeita à aplicação das sanções constantes neste Termo;

7.10 Os custos da substituição dos materiais de Proteção Individual – Óculos rejeitados correrão exclusivamente à conta da Contratada;

C. G. M Analisado Ass

7.11 Aceitação Definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos materiais de Proteção Individual, fornecidas, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos;
7.12 As notas fiscais /DANFEs devem conter o número de empenho de referência de acordo com a proposta;
7.13 Os materiais de Proteção Individual – Óculos deverão ser entregues acondicionados, em embalagem resistente o suficiente para proteger por contra da poeira, umidade e garantir a integridade física durante o manuseio, transporte e estocagem a fim de evitar arranhões, deformações, quebras e outros tipos de avarias;
7.14 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que estiverem em desconformidade com as descrições conforme anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, inservíveis, violados ou velhos, ficando a contratada obrigada a proceder com a substituição, de acordo com o item 7.8 deste termo, sob pena de multa;
7.15 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

08 DA GARANTIA

8.1 Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da vida útil do produto, devendo os mesmos apresentar data de fabricação e data de validade, colocadas pelo fabricante, não sendo admitidas quaisquer rasuras ou emendas;
8.2 No caso de apresentarem abaixo do padrão estabelecido e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;
8.3 O ônus de correção do baixo padrão estabelecido ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;
8.4 Os materiais deverão ser entregues acondicionados em invólucros adequados e higiênicos, sendo obrigatória à utilização de embalagem original do fabricante, com a indicação da sua marca e procedência;
8.5 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que apresentarem prazo de validade vencido, e que tiverem em desconformidade com as descrições conforme o anexo I, e ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, violados ou velhos, ficando a firma fornecedora obrigada a proceder à troca imediata, sob pena de multa.

09 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Realizar a entrega, conforme especificado no anexo I.
9.2 Caberá à empresa contratada entregar o objeto, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dessa entrega, devendo os materiais de Proteção Individual – Óculos atender rigorosamente as especificações e prazos constantes neste Termo de Referencia;
9.3 Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta entrega;
9.4 Independente da aceitação, o adjudicatário garantirá a boa qualidade dos materiais para o uso, obrigando-se a repor, na hipótese de apresentar defeito, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, por outro com qualidade igual ou superior;
9.5 O fornecimento do objeto em desconformidade com o especificado neste anexo acarretará a imediata correção, caso não seja possível, será rejeitado, com aplicação das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

C. G. M
Analisado
Ass

9.6 Comunicar aos respectivos fiscais, eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados e não transferir, total ou parcialmente, o objeto licitado;
9.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte desta Secretaria, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
9.8 Responder por quaisquer danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
9.9 Manter durante a execução do objeto todas as exigências deste Termo de Referência e legislação pertinente.

10 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 Obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar a entrega do objeto dentro das normas deste Termo de Referência;
10.2 Disponibilizar espaço apropriado para guarda/armazenamento dos Materiais de Proteção Individual – Óculos, consoante determinação do art. 15, § 7°, III da Lei 8.666/93.
10.3 Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
10.4 Providenciar a publicação da presente contratação na imprensa oficial;
10.5 Fiscalizar e inspecionar a entrega dos Materiisl de Proteção Individual – Óculos e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem as exigências técnicas especificadas;
10.6 Fornecer a qualquer momento e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;
10.7 Solicitar a reparação do objeto contratado que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 e 73 da Lei n° 8.666/93 e Orientação técnica da CGM 05/2016, Diário Oficial do Município de Boa Vista – n° 4106 de 22 de Fevereiro de 2016;
11.2 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei n°. 8.666/93).

12 DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 A empresa convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, ficará impedida de licitar com o Município de Boa Vista caso incida em:
a) Deixar de entregar documentos;
b) Apresentar documentação falsa;
c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
d) Não mantiver a proposta;
e) Cometer fraude fiscal.

C. G. M
Analisado
Ass

12.2 Será garantindo o direito prévio de intimação para permitir o contraditório e a ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, sem prejuízo das multas previstas em Edital e as demais consideradas legais;
12.3 O descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos quanto à entrega dos objetos constantes do processo licitatório, garantida a prévia defesa, ensejará na rescisão do contrato e/ou cancelando a Nota de Empenho, nos termos dos artigos 77 e 78, sem prejuízo do eventual exercício dos direitos previstos no artigo 80 e da aplicação das penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/93;
12.4 A multa moratória, prevista no artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 será calculada pelo percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;
12.5 A multa a que se refere o inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 será calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;
12.6 No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a SMSA as sanções administrativas aplicadas a CONTRATADA serão:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Vista;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
12.7 Pelo atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor total referente ao item objeto da inadimplência, que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da nota de empenho.
a) A multa prevista no subitem anterior será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto do inadimplemento, o que não impedirá a critério da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
b) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas como também a inexecução total do contrato;
c) Não mantiver a proposta.
12.8 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e podem ser acumuladas;
12.9 Da aplicação das penalidades definidas neste item caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
12.10 O valor das multas será descontado dos créditos da CONTRATADA, desde já expressamente autorizado.
12.11 Pelo descumprimento de cláusulas contratuais, a SMSA poderá ainda aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, de acordo com os graus atribuídos, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1: Grau de Infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Multa de 0,3% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
02	Multa de 0,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
03	Multa de 1,2% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
04	Multa de 2,4% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
05	Multa de 4,8% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência
06	Multa de 9,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência

Tabela 2: Tipos de Infração

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pela SMSA ou na execução de outras obrigações contratuais, por ocorrência;	1

C. G. M Analisado Ass

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
02	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência;	1
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela SMSA, desde que pertinentes às suas atividades, por ocorrência;	2
04	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela SMSA, por item e por ocorrência;	2
05	Deixar de prestar esclarecimentos à Contratante, por ocorrência;	2
06	Deixar de comunicar, por escrito, à Instituição, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por **fato ocorrido;**	3
07	Deixar de designar preposto, por ocorrência;	4
08	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente;	4
09	Interromper a realização dos serviços, por ocorrência de paralisação;	5
10	Reter equipamento sem autorização da SMSA	5
11	Deixar de cumprir prazos contratuais, sem a devida justificativa, por ocorrência;	5
12	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências Letais;	6
13	Descumprir as determinações da IN 01, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI, que dispõe critérios de sustentabilidade ambiental para os serviços contratados.	6
14	Deixar de fornecer EPI' s (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	6

13 DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto do presente Termo de Referência à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE), em anexo as Ordens de Fornecimento, em 02 (duas) vias devidamente atestadas pela SMSA/PMBV e das respectivas certidões;

13.2 Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130.

13.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

13.4 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

13.5 Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

13.6 A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

13.7 Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta;

13.8 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusi6ve quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

C. G. M
Analisado
Ass

13.9 A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

14 DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31 de dezembro, conforme disposto no art. 57 CAPUT, da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

14.2 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, durante esse período a SMSA não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15 DOS CUSTOS

15.1 O valor estimado para aquisição do objeto do presente Termo constará do valor obtido após realização de pesquisa de preços a ser realizada: painel de preços, disponível no endereço eletrônico http:// paineldepreco.planejamento.gov.br, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com os fornecedores desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. (IN nº 3, de 20/04/2017);

15.2 No valor unitário do objeto deverão estar agregados todos os custos relativos à contratação do mesmo.

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Nos termos do artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e artigo 15, do Decreto Municipal nº 113/E "na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

17 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à SMSA, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 113/E, até o limite adicional de 100% dos quantitativos registrados para utilização da SMSA.

18 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

18.2 Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

18.3 Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

18.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

18.5 Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

18.6 Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

C. G. M
Analisado
Ass

19 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
19.1.1 Pela Administração, quando:
a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta no Edital da licitação;
b) A detentora não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
g) A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial do Município-DOM, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação;
19.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

20 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1 Aplicam-se no que couber, as disposições constantes da Lei n° 8.078/90 – Código Defesa Consumidor, quanto à garantia do produto e obrigações do CONTRATANTE;
20.2 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente instrumento;
20.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesse termo exclui-se o dia do início e inclui-se o dia dos vencimentos, observado que só se iniciam e vencem prazos em dia da Unidade Gestora, decorrentes deste instrumento;
20.4 Os casos omissos e as dúvidas que surjam quando da entrega dos materiais de Proteção Individual – Óculos constantes do Termo de Referência serão resolvidos pela Contratante e exclusivamente no FORO da cidade de Boa Vista/RR.

21 ANEXOS

21.1 ANEXO I – Descrição dos materiais de Proteção Individual – Óculos.

Boa Vista-RR, 06 de maio de 2020.

Elaborado:

Cleudimara M. de Souza
Núcleo de Processos

De acordo:

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente de Assistência Farmacêutica – SAF

Autorizo:

Cláudio Galvão Santos

C. G. M
Analisado
Ass

Secretário Municipal de Saúde - SMSA

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QDT
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	unidade	**3000**

ANEXO II

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	63410	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	Und	3000	9,49	28.470,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO R$						**28.470,00**

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PMBV/SMSA-PREGÃO Nº____/2020
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa ....., estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 007540/2020**, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 073/2020,** para Registro de Preços, homologado em ..... por despacho exarado às fls. ..... do referido Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA(S):

EMPRESA(S) REGISTRADA(S)	ITEM(S)	VALOR TOTAL DO(S) ITEM(S)
	1	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA,** de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico** supracitado, os quais integram a presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

2.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujos são integrantes desta Ata.

C. G. M
Analisado
Ass

CLÁUSULA TERCEIRA – CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA/ DO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

3.1.1 - Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

3.1.2 - Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.1.3 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

3.1.4 - Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

3.1.5 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

3.2 - A **FORNECEDORA REGISTRADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto desta Ata, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.3 - A **FORNECEDORA REGISTRADA** obriga-se a prestar o serviço objeto desta Ata, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

4.1 – O valor total do presente Registro de Preços é de R$ _____ e o preço acertado é o constante na proposta da **FORNECEDORA REGISTRADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes envolvidas, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.1.1 - É vedado efetuar acréscimo dos quantitativos fixados pela ARP inclusive o acréscimo no que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disposto no § 1º, do art. 11, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e no §3º, do art. 25, do Decreto Municipal nº 113/E.

4.2 – Quanto a revisão e alteração dos preços registrados deverá ser obedecido o que segue:

4.2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata negociar junto aos **FORNECEDORES**.

4.2.2 – Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Administração ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços **estão divergentes daqueles praticados no mercado**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

a) Convocar a **FORNECEDORA REGISTRADA**, por meio de correspondência oficial, visando à negociação para adequação dos preços ao praticado no mercado.

a.1) O comparecimento da **FORNECEDORA REGISTRADA** deverá ser no prazo máximo de 5(cinco) dias, a contar do recebimento da notificação;

b) Frustrada a negociação, a **FORNECEDORA REGISTRADA** será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação;

d) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração, baseada na planilha de composição de custos apresentada no ato da reformulação da proposta ao último lance verbal.

C. G. M
Analisado
Ass

4.2.3 – Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados**, **e a FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, **não puder cumprir** o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

a) Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação, não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá revogar a Ata de Registro de Preços.

4.2.4 – A cada pedido de revisão de preço deverá a **FORNECEDORA REGISTRADA** comprovar a variação ocorrente.

4.2.5 – A critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, poderá ser exigida da **FORNECEDORA REGISTRADA** a lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterá, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

4.2.6 – Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou não da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

4.2.7 – O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento do pregão, devidamente apurado, e os propostos pela **FORNECEDORA REGISTRADA** será mantido durante toda a vigência do registro.

4.2.7.1 – O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

4.2.8 – É vedado à **FORNECEDORA REGISTRADA** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do edital.

4.2.9 – a revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

4.2.10 – Na hipótese da **FORNECEDORA REGISTRADA** não efetuar a adequação dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seu critério poderá cancelar parcialmente ou totalmente a ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – A presente Ata de Registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses,** a partir de sua assinatura, nos termos do § 3º, III, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e, ainda, do caput do art. 12 do Decreto Federal nº 7892/2013 e caput, do art. 25 do Decreto Municipal nº 113/E.

5.2 - A ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3 – A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada sem prejuízo da apreciação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, nos casos de:

a) Inadimplemento, irregularidade ou lentidão no cumprimento das obrigações assumidas;

C. G. M
Analisado
Ass

b) Ocorrência de declaração de falência ou instrução de insolvência civil promitente.

6.2 Em qualquer dos casos, aplica-se o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 no tocante ao reconhecimento dos direitos da Administração.

6.3 – A **FORNECEDORA** terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público.

6.4 – A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6.5 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas acima, assegurados e contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES EXTRAORDINÁRIAS (CARONAS)

7.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de Preços, deverão manifestar, seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.2 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº 7892/2013 e art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.2.1 - O Termo de Adesão do órgão carona deve ser dirigido ao órgão gerenciador, com indicação de seu interesse e da quantidade estimada para conhecimento daquele órgão.

7.2.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante ou carona deverá efetivar a aquisição total ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.2.3 - A responsabilidade do órgão não participante ou carona é restrito às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

7.2.4 - O órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão não participante ou carona.

7.2.5 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ao órgão gerenciador.

7.3 – Caberá à **FORNECEDORA** beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ARP** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos participantes que aderirem, consoante disposto no § 7º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.5 – As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, em atenção ao § 8º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

C. G. M
Analisado
Ass

7.6 - Órgãos municipais não participantes em Atas do próprio município ou de órgãos estaduais e federais da Administração Pública, quando forem aderir a ARP deverão instruir o processo conforme as regras estabelecidas no art. 11, alíneas "a" a "h", do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – O **ÓRGÃO GERENCIADOR** publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preços, com indicação do número da licitação, do objeto, de forma sucinta, e do endereço do portal eletrônico da Internet onde poderão ser obtidas as informações detalhadas de todos os elementos da ata, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.2 - Nos casos em que houver a necessidade de publicação no Diário Oficial da União – DOU, o referido extrato deverá ser encaminhado à CPL, consoante §1º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.3 - Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ata nos termos estabelecidos neste artigo, é necessária a publicação da mesma em jornal de grande circulação, consoante §2º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e da **FORNECEDORA REGISTRADA**, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

9.2 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892/ 2013 e consoante §5º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.5 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, conforme dispõe o art. 23, do Decreto Municipal nº 113/E.

9.6– O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam-se a presente Ata, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____de _____ de 2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. ..... CIC: .....
2. ..... CIC: .....

C. G. M
Analisado
Ass

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR, E A EMPRESA ..... PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº ..... , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da CONTRATADA), firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 007540/2020**, doravante referido por Processo, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 073/2020**, homologado em ..... por despacho exarado às fls. ..... do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1-Constitui objeto do presente contrato **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA,** de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e Termo de Referência, correspondente ao Item 1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

a) o edital pertinente ao Pregão Eletrônico nº 073/2020 e o anexo I (Termo de Referência);
b) proposta da **CONTRATADA**;
c) ata da sessão da licitação e ata de registro de preços;
d) demais documentos anexados ao Processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1– A **CONTRATADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **CONTRATANTE** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.2– Os prazos, condições para o fornecimento são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

4.1 – O valor total do presente contrato é de R$ _____ (_____), e o preço é o constante da proposta da **CONTRATADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes contratantes, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

C. G. M Analisado Ass

4.2 – O pagamento será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto do presente Termo de Referência à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE), em

anexo as Ordens de Fornecimento, em 02 (duas) vias devidamente atestadas pela SMSA/PMBV e das respectivas certidões;

4.3 - Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130.

4.4 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

4.5 - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

4.6 - Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

4.7 - A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

4.8 - Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta;

4.9 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusi6ve quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

4.10 - A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.11 - Quaisquer valores devidos pela **CONTRATANTE**, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =[(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 =número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS

5.1 – Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da vida útil do produto, devendo os mesmos apresentar data de fabricação e data de validade, colocadas pelo fabricante, não sendo admitidas quaisquer rasuras ou emendas;

5.2 No caso de apresentarem abaixo do padrão estabelecido e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

5.3 O ônus de correção do baixo padrão estabelecido ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;

5.4 Os materiais deverão ser entregues acondicionados em invólucros adequados e higiênicos, sendo obrigatória à utilização de embalagem original do fabricante, com a indicação da sua marca e procedência;

C. G. M Analisado Ass

5.5 Serão rejeitados os materiais de Proteção Individual – Óculos que apresentarem prazo de validade vencido, e que tiverem em desconformidade com as descrições conforme o anexo I, e

ainda os que estiverem fora das especificações, amassados, rasgados, violados ou velhos, ficando a firma fornecedora obrigada a proceder à troca imediata, sob pena de multa.
5.6 - Ao disposto neste Contrato aplicam-se também, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência do Contrato será até **31 de dezembro**, conforme disposto no art. 57 CAPUT, da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 – Além das obrigações resultantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, aqui não transcritas, compete:
I – Ao **CONTRATANTE**:
1-As obrigações da **CONTRATANTE** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.
II –À CONTRATADA:
1. As obrigações da **CONTRATADA** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da **Unidade Orçamentária: Funcional Programática: Categoria Econômica: Fontes de Recursos:** tendo sido emitida a **Nota de Empenho** nº ___, de ___/___/2020, no valor de R$ _____ (___).

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93, e/ou a aplicação pelo **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

10.1 – A fiscalização da entrega do objeto contratado será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAIS, nos termos dispostos no art. 67 c/c art. 70, ambos da Lei 8.666/93.
10.2 – Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 57 da Lei 8666/93.
10.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
10.4 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

C. G. M Analisado Ass

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Município de Boa Vista (DOM), nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, firma-se o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista - RR, ____de _____ de 2020.

CONTRATANTE: PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1. ..... CIC: .....

2. ..... CIC: .....

C. G. M
Analisado
Ass

ANEXO IV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO: **CIDADE:** **EST.:**

CEP: **TEL (XX)** **FAX (XX)**

E-MAIL:

NOME P/CONTATO:

2 - ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, n° do documento de identidade, n° do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO N.º 007540/2020-SMSA.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 073/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA

ITEM	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1		Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	Und	3000		
VALOR GLOBAL ESTIMADO R$						

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo do Fornecimento:	
Banco : Agência: C/C:	
Boa Vista-RR, / /2020	Ass. e Carimbo do Proponente :

C. G. M Analisado Ass

CPL/PMBV
Fls. 114
Proc. 007540
Rubrica

064/2020, Processo nº 008402/2020 - SMSA, destinado a Aquisição do Medicamento - Hidroxicloroquina 400MG, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavírus (COVID -19), a licitação procedeu FRACASSADA por terem sido desclassificadas todas as empresas participantes, marcando assim, uma nova realização com um novo nº de Pregão Eletrônico, que passa a assumir a numeração de Pregão Eletrônico nº 076/2020, conforme se segue:

Objeto: Aquisição do Medicamento - Hidroxicloroquina 400MG, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavirus (COVID -19).

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h (Horário de Brasília) no sítio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 05/06/2020 às 9h30 min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

JOSÉ WLCLEBER LEAL CASTRO
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 075/2020 Processo nº 008403/2020 - SMSA

O Municipio de Boa Vista - RR, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº 028/E - 2020, publicado no Diario Oficial do Município n° 5079, de 02/03/2020, torna publico que, apesar de ter dado ampla divulgação, no Pregão Eletrônico nº 065/2020, Processo nº 008403/2020 - SMSA, destinado a Aquisição do Medicamento - Cloroquina 150mg, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saude da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavírus (COVID -19), a licitação procedeu DESERTA pela ausência de empresa participante, marcando assim, uma nova realização com um novo nº de Pregão Eletrônico, que passa a assumir a numeração de Pregão Eletrônico nº 075/2020, conforme se segue:

Objeto: Aquisição do Medicamento - Cloroquina 150mg, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavírus (COVID -19).

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h (Horário de Brasília) no sitio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 05/06/2020 às 10h30 min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

JOANA DÁRC RABELO
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 073/2020-Registro de Preços
Processo nº 007540/2020 - SMSA
Objeto:Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual - Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA,
Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sítio www.comprasnet.gov.br.
Início da Disputa: 15/06/2020 às 10h (Horário de Brasília) no sítio supracitado.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br, ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

ROSANA DE OLIVEIRA BORGES VIEIRA
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 072/2020-Registro de Preços
Processo nº 007533/2020 - SMSA

Objeto: Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual - Protetor Facial, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sítio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 15/06/2020 às 9h 30min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br, ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

JOANA DÁRC RABELO
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 074/2020-Registro de Preços Processo nº 007544/2020 - SMSA

Objeto:Eventual Aquisição do Material de Proteção Individual - Máscara N95, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sitio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 16/06/2020 às 10h (Horário de Brasília) no sitio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sitio www.comprasnet.gov.br, ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 071/2020 Processo nº 004543/2020 - SMSA

O Município de Boa Vista - RR, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº 028/E - 2020, publicado no Diário Oficial do Municipio n° 5079, de 02/03/2020, torna público que, apesar de ter dado ampla divulgação, no Pregão Eletrônico nº 053/2020, Processo nº 004543/2020 - SMSA, destinado a Aquisição de material médico hospitalar sistema de aquecimento por convecção para atender aos usuários da Unidade de Terapia Intensiva, Unidade de Cuidados Prolongados e Centro Cirúrgico do Hospital da Criança Santo Antônio - HCSA, o item 1 procedeu FRACASSADO por ter sido desclassificada a única empresa participante e o item 2 procedeu DESERTO pela ausência de empresas participantes, marcando assim, uma nova realização com um novo nº de Pregão Eletrônico, que passa a assumir a numeração de Pregão Eletrônico nº 071/2020, conforme se segue:

Objeto: Aquisição de material médico hospitalar sistema de aquecimento por convecção para atender aos usuários da Unidade de Terapia Intensiva, Unidade de Cuidados Prolongados e Centro Cirúrgico do Hospital da Criança Santo Antônio - HCSA.

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 as 9h (Horario de Brasília) no sítio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 15/06/2020 às 9h30 min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

JOSÉ WLCLEBER LEAL CASTRO
Pregoeiro

AVISO

Edital de Tomada de Preço nº 001/2020
Processo n° 001318/2020-SMSA

O Município de Boa Vista-RR, através de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do § 3º, do art. 109 da Lei 8.666/93, comunica a quem possa interessar que a empresa CONSTRUTORA ROYAL LTDA interpôs recurso contra a decisão desta comissão que a desclassificou. Desta forma, informamos que o referido recurso encontra-se devidamente instruído e a disposição dos interessados para que, querendo, possam impugnar ou alegar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o que for de interesse.

Boa Vista RR, 29 de maio de 2020.
MARIA SUELLEN BARRETO DA SILVA
VICE-PRESIDENTE DA CPL-INTERINA

AVISO DE LICITACAO

Edital de Concorrência nº 007/2020
Processo nº 008136/2020 - SMO

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR, por meio da sua Comissão Permanente de Licitação CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a licitação acima identificada para recebimento dos documentos de habilitação, proposta técnica e proposta de preços, de acordo com as indicações seguintes: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MACRODRENAGEM NO IGARAPÉ PRICUMÃ, DIVIDIDO EM 02 (DOIS) LOTES. Modalidade: Concorrência. Tipo de Licitação: Menor Preço, Empreitada Por Preço Unitário. Data e horário para apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preço: 01/07/2020 às 10h:00min. Local de realização da sessão: a sessão ocorrerá na sala de reunião virtual de videoconferência (aplicativo "ZOOM") em atendimento ao decreto n º 044-E de 31 de março de 2020. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no portal http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes ou mediante solicitação pelo e-mail: tomadadepreco.cpl@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima ja mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessários aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Boa Vista RR, 29 de maio de 2020.
ARTUR JOSÉ LIMA CAVALCANTE FILHO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2020

ORIGEM: PROCESO N° 154/2020. - SMSA. - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 027/2020 - CPL.
Modalidade Dispensa de Licitação na forma de contratação Emergencial em observância às disposições da Lei Federal
Nº 13.979/2020, Decreto Municipal Nº 073/2020, Decreto Estadual Nº 28.635-E e Art. 24, inciso IV, c/c art. 26 da Lei Nº
8.666/1993 e alterações posteriores.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM/RR. - CNPJ: 04.056.214/0001-30
CONTRATADA: BONFIM COMERC. SERV. IMPORT. E EXPORT. LTDA - ME. - CNPJ: 20.280.688/0001-18
RESPONSAVEL: GUILHERME SANTIAGO DOS SANTOS SELBACH. - CPF: 025.004.452-83 - SÓCIO
ADMINISTRADOR.
DO OBJETO: A contratação para execução de serviços de confecção de material grafico de forma EMERGENCIAL para
atender as necessidades do enfrentamento do COVID-19 nas UBSs da rede municipal de saude através da Secretaria
Municipal de Saúde e Saneamento - SMSA da Prefeitura Municipal de Bonfim/RR, de acordo com os quantitativos e
especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos.
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SMSA. - Exercício: 2020.
Programa de Atividade: 10.302.1005.2124.0000. - Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.
Fonte de Recursos: Recursos de repasse para enfrentamento do COVID-19.
No valor total de: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).
VIGÊNCIA do CONTRATO: De 180 (Cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura.
DATA da ASSINATURA: 22/05/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/20

A Prefeitura Municipal de Pacaraima, sediada a Rua Monteiro Lobato, 5[illegible] - Centro - Pacaraima-RR, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que em referência a Publicação realizada no Diário Oficial da União, Seção 3, do dia 04/05/2020, pág. 83, Chamada Pública nº 001/2020 - AVISO DE RETIFICAÇÃO, ONDE SE LÊ - Entrega dos Envelopes: Entrega dos Envelopes: Data/horário de abertura: 26/06/20 LEIA - SE - Entrega dos Envelopes: Data/horário de abertura: 02/06/20, as 8h[illegible]. Permanecendo as demais informações inalteradas.

Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sítio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 15/06/2020 às 9h 30min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br, ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Joana Dárc Rabelo
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 075/2020
Processo nº 008403/2020 – SMSA

O Município de Boa Vista – RR, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº 028/E – 2020, publicado no Diário Oficial do Município nº 5079, de 02/03/2020, torna público que, apesar de ter dado ampla divulgação, no Pregão Eletrônico nº 065/2020, Processo nº 008403/2020 – SMSA, destinado a Aquisição do Medicamento – Cloroquina 150mg, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavírus (COVID -19), a licitação procedeu DESERTA pela ausência de empresa participante, marcando assim, uma nova realização com um novo nº de Pregão Eletrônico, que passa a assumir a numeração de Pregão Eletrônico nº 075/2020, conforme se segue:

Objeto: Aquisição do Medicamento – Cloroquina 150mg, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavírus (COVID -19).

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h (Horário de Brasília) no sítio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 05/06/2020 às 10h30 min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Joana Dárc Rabelo
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 073/2020-Registro de Preços
Processo nº 007540/2020 – SMSA

Objeto:Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Oculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavírus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA,

Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sítio www.comprasnet.gov.br.

Início da Disputa: 15/06/2020 às 10h (Horário de Brasília) no sítio supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br, ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Confere com Original
Em 01/06/2020
Rosana Vieira
Pregoeira - PMBV

PODER EXECUTIVO

Prefeita
Maria Teresa Saenz Surita Guimarães
Vice-Prefeito
Arthur Henrique Brandão Machado
Gabinete Executivo
Paulo Roberto Bragato - Interino
Procuradoria Geral do Município
Marcela Medeiros Queiroz Franco
Controladoria Geral do Município
Wilker Vieira da Costa
Comissão Permanente de Licitação
Artur José Lima Cavalcante Filho
Consultor Geral

SECRETARIAS MUNICIPAIS
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SMAG
Paulo Roberto Bragato
Secretaria Municipal da Educação e Cultura - SMEC
Maria Consuêlo Sales Silva
Secretaria Municipal da Saúde - SMSA
Cláudio Galvão dos Santos
Secretaria Municipal de Obras - SMO
Alessandra de Almeida Pimenta Pereira
Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES
Thayssa Pereira Cardoso - Interina
Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças - SEPF
Márcio Vinicius de Souza Almeida
Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI
Guilherme Carneiro Adjuto
Secretaria Municipal de Serviços Publicos e Meio Ambiente - SPMA
Daniel Pedro Rios Peixoto
Secretaria Municipal de Comunicação - SEMUC
Raimundo Weber Araújo Negreiros Júnior
Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito - SMST
Raimundo Barros de Oliveira
Secretaria Municipal de Convênios - SEMCONV
Cremildes Duarte Ramos
Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital - SMTI
Honei Wilson da Rocha Maceió
Secretaria Municipal de Projetos Especiais - SMPE
Thayssa Pereira Cardoso
Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - EMHUR
Angélica dos Santos Leite
Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista - FETEC
Daniel Soares Lima
Agência Reguladora Municipal -

C. G. M
Analisado
Ass

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA
Editado pelo Departamento do Diário Oficial do Município - GPDO/SMAG
ADMINISTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Palácio 9 de Julho - Rua General Penha Brasil, Nº 1011 - São Francisco - Boa Vista - Roraima
Telefone: (95) 3621-1848 - Telefax (95) 3623 - 2611 - Site: www.boavista.rr.gov.br
Marcio Batista Herculano - Diretor
Kaciana Rodrigues da Silva - Diagramadora
Fernanda Campos Nascimento - Diagramadora
Antonia Beatriz Lima da Silva - Diagramadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº. 021800/2019-SMEC
CONCORRÊNCIA Nº. 016/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DA REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CASAS MÃE, LOTE I, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA- RR.

AVISO DE REVOGAÇÃO

O Município de Boa Vista, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, torna público que o processo supracitado foi REVOGADO atendendo os requisitos legais previstos no art. 49, "Caput", da Lei nº. 8.666/93. A decisão na integra encontra-se acostada aos autos, à disposição dos interessados.

Boa Vista – RR, 29 de maio de 2020.

Karina Ligia de Menezes Lins
Secretária Municipal de Educação e Cultura - Adjunta

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 073/2020-Registro de Preços
Processo nº 007540/2020 – SMSA

Objeto:Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Óculos, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavirus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.
Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sitio www.comprasnet.gov.br.
Início da Disputa: 15/06/2020 às 10h (Horário de Brasília) no sítio supracitado.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sitio www.comprasnet.gov.br, ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 072/2020-Registro de Preços
Processo nº 007533/2020 – SMSA

Objeto: Eventual Aquisição de Material de Proteção Individual – Protetor Facial, para atendimento anual e Pandemia ao novo Coronavirus (COVID -19), das Unidades de Saúde de Secretaria Municipal de Saúde - SMSA
Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 às 9h no sitio www.comprasnet.gov.br.
Início da Disputa: 15/06/2020 as 9h 30min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sítio www.comprasnet.gov.br ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Joana Dárc Rabelo
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº 002917/2020 – EMHUR
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO, ADEQUAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E PARTICIPATIVO DE BOA VISTA, COM AS CONSEQUENTES ADEQUAÇÕES A LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

COMUNICADO

O Município de Boa Vista, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação vem informar que após análise do pedido de IMPUGNAÇÃO aos itens do edital da Tomada de Preço nº 005/2020, Processo 002917/2020 – EMHUR, postulado pela empresa AMAPAZ PROJETOS SUSTENTÁVEIS LTDA – EPP em 28/05/2020, e com fulcro no parecer da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - EMHUR, decidiu pela IMPROCEDÊNCIA da presente impugnação. Na oportunidade, comunicamos que ficam mantidas a data e horário para recebimento dos envelopes de credenciamento, documentos de habilitação e proposta de preços no dia 04/05/2020 às 10h00m, permanecendo inalteradas as condições estipuladas no respectivo Edital e seus Anexos. A decisão na integra encontram-se acostada aos autos à disposição dos interessados.

Boa Vista RR, 29 de maio de 2020.

Artur José Lima Cavalcante Filho
Presidente da CPL

fetec

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PRECO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020- FETEC

O Pregoeiro da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa vista – FETEC, situada na Av. Castelo Branco s/nº - CEP: 69.303-340, 1º Andar, São Vicente – Teatro Municipal de Boa Vista , nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.607.916/0001-28, nos Termos da Resolução 035/2006, Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 do Decreto 113-E de 19 de Novembro de 2014 torna publico os preços registrados no PREGÃO supracitado, oriundo do Processo nº 272/2019, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED E ILUMINAÇÃO COM EFEITOS PARA ATENDER OS EVENTOS REALIZADOS E APOIADOS PELA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA – FETEC, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no edital. Empresa: ARCNETI TELECOM E INFORMATICA EIRELI-ME, com CNPJ: 08.044.934/0001-37, vencedora dos ITENS 01, 02, 03, 04, 05 e 06. Sendo o ITEM 01 no valor R$ 141.900,00 (cento e quarenta e um mil e novecentos reais), ITEM 02 no valor de R$ 29.670,00 (vinte e nove mil e seiscentos e setenta reais), ITEM 03 no valor de R$ 185.900,00 (cento e oitenta e cinco mil e novecentos reais), ITEM 04 no valor de R$ 38.870,00 (trinta e oito mil e oitocentos e setenta reais), ITEM 05 no valor de R$ 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais) e ITEM 06 no valor de R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais). Perfazendo o VALOR TOTAL do certame de R$ 479.640,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos e quarenta reais).

Boa Vista – RR, 29 de Maio de 2020.

Diego Freitas da Silva
Pregoeiro da CPL/FETEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 075/2020
Processo nº 008403/2020 – SMSA

O Município de Boa Vista – RR, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº 028/E – 2020, publicado no Diário Oficial do Município nº 5078, de 02/03/2020, torna público que, apesar de ter dado ampla divulgação, no Pregão Eletrônico nº 065/2020, Processo nº 008403/2020 – SMSA, destinado a Aquisição do Medicamento – Cloroquina 150mg, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavirus (COVID -19), a licitação procedeu DESERTA, pela ausência de empresa participante, marcando assim, uma nova realização com um novo nº de Pregão Eletrônico, que passa a assumir a numeração de Pregão Eletrônico nº 075/2020, conforme se segue:
Objeto: Aquisição do Medicamento – Cloroquina 150mg, em caráter emergencial, para atender as necessidades atuais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, visando o enfrentamento da Pandemia decorrente ao novo Coronavirus (COVID -19).
Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2020 as 9h (Horário de Brasília) no sitio www.comprasnet.gov.br.
Início da Disputa: 05/06/2020 as 10h30 min (Horário de Brasília) no sítio supracitado.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no sitio www.comprasnet.gov.br ou mediante solicitação por e-mail: pregao.pmbv@gmail.com, juntamente com os dados cadastrais do (a) licitante, desde que seja no prazo acima já mencionado. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados pela CPL, nos dias e horários de expediente.

Joana Dárc Rabelo
Pregoeira



Boa vista- RR, 15 de Junho de 2020.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA.

Data do Pregão e horário da Disputa de Preços: 15/06/2020 às 10:00 horas

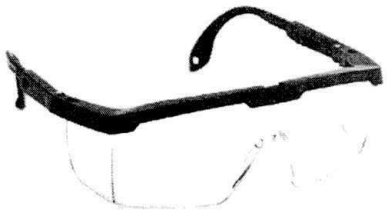
TEM	DESCRÇÃO	MARCA	UND	QTDE	VLR UNIT.R$	TOTAL R$
01	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	superEPI modelo rio de janeiro	UND	3.000	6,78	20.340,00
					VALOR GLOBAL ESTIMADO R$	20.340,00

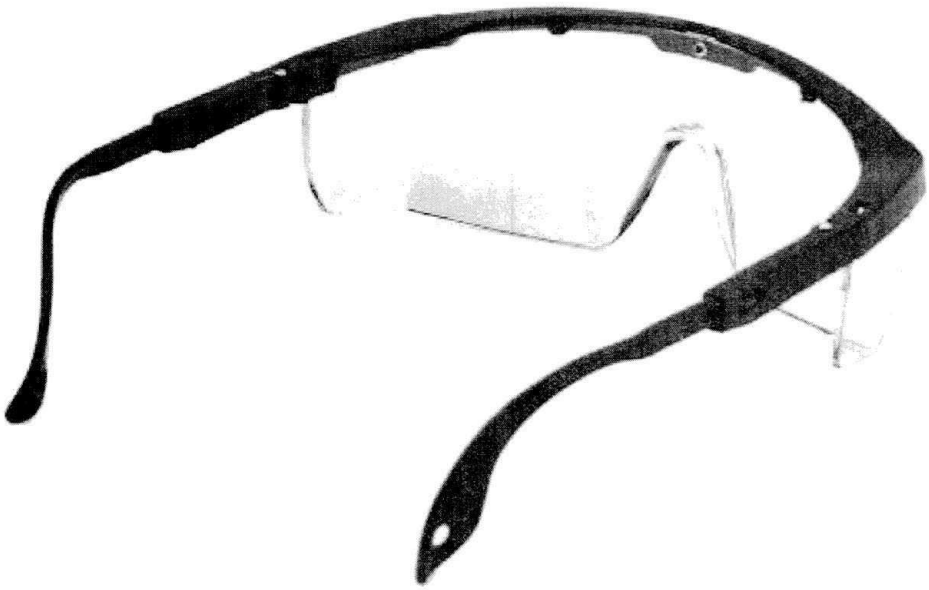
Local de Entrega: Na recepção do SAPS localizado na Av. Presidente Dutra nº764, Aparecida – Boa Vista – RR.
Prazo de Validade Proposta: 60 Dias.
Prazo para Fornecimento do Material: O prazo para entrega do **objeto será de até 45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados a
partir da data de assinatura do Instrumento Contratual;
Banco : DADOS BNCÁRIOS:BANCO DO BRASIL – AGENCIA 250-X, CONTA CORRENTE 257909-X

Raimundo Nonato da Silva Botelho
Sócio Administrador
RG.: 641.565-2 SSP/AM.

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F. 119
P. 9540
R.
CPL





. DESCRIÇÃO

Óculos Rio De Janeiro Poli-Fer Incolor Com Ajuste **CA 34082**

Marca: superEPI

Desrição:

Óculos Rio De Janeiro é utilizado praticamente em todas as necessidades de proteção visual dos colaboradores, trabalhadores que atuam em contato direto com materiais que podem acabar ferindo ou afetando a sua saúde de alguma forma no ambiente de trabalho, o que não é nada positivo aos olhos da

C. G. M
Analisado
Ass

empresa.

Características Gerais:

Óculos de segurança, constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizada para o encaixe de um visor de policarbonato Incolor, amarelo ou cinza (fume), com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui proteção superior nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com uma das extremidades fixada ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades e que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho.

Vantagens:

Óculos de segurança confeccionado em policarbonato
óptico, com armação de nylon e hastes com
comprimento regulável. Filtra 99,9% dos raios UVA/UVB

Aplicações:

Indústrias em geral, Hospitalar em geral, e diurno e noturno em geral.
Trabalhos a céu aberto

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Governo do Estado de Roraima

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

320
7540

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Roraima

Nome: R N DA S BOTELHO EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RR2201800002320

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	091			ATO CONSTITUTIVO - EIRELI
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

BOA VISTA
Local

12 Abril 2018
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável
Data

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável
Data

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ ocesso em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____
Data

_____ Vogal

_____ Vogal

_____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/002.726-3	RR2201800002320	11/04/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

ATO DE CONSTITUIÇÃO DE R N DA S BOTELHO EIRELI

RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESÁRIO, Solteiro, data de nascimento 12/03/1964, nº do CPF 202.668.042-68, documento de identidade 6415652, SSP, AM, com domicílio / residência a RUA MIGUEL LUPE MARTINS, número 259, APT 1, bairro / distrito SAO PEDRO, município BOA VISTA - RORAIMA, CEP 69.306-715 resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A empresa adotará o nome empresarial de R N DA S BOTELHO EIRELI.

Parágrafo Único: A empresa tem como nome fantasia RIO BRANCO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL.

Cláusula Segunda - O objeto será COM. ATAC. DE PRODUTOS ALIM. EM GERAL COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMATICA COM. ATAC. DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA COM. ATAC. DE COMP. ELETRONICOS E EQUIP. DE TELEFONIA E COMUNICACAO COM. ATAC. DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIP. NAO ESPEC. ANTE. PARTES E PECAS COM. VAREJ. ESPEC. DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELE. PARA USO DOMESTICO EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COM. VAREJ. ESPECIALIZADO DE ELET. E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COM. ATACADISTA DE MATERIAL ELETRICO CONFEC. SOB MEDIDA DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS CONFEC. DE ROUPAS PROFISSIONAIS EXCETO SOB MEDIDA CONFEC. SOB MEDIDA DE ROUPAS PROFISSIONAIS MAN. E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL REPRES. COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES COM. POR ATACADO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS COM. POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS MOVEIS E ARTIGOS DE USO DOMESTICO REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS VESTUARIO CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS BEBIDAS E FUMO REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COM. ATAC. DE CAFE EM GRAO COM. ATACADISTA DE SEMENTES FLORES PLANTAS E GRAMAS COM. ATAC. DE LEITE E LATICINIOS COM. ATAC. DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS COM. ATAC. DE FARINHAS AMIDOS E FECULAS COM. ATAC. DE FRUTAS VERDURAS RAIZES TUBERCULOS HORTALICAS E LEGUMES FRESCOS COM. ATAC. DE CARNES BOVINAS E SUINAS E DERIVADOS COM. ATAC. DE AVES ABATIDAS E DERIVADOS COM. ATAC. DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR COM. ATAC. DE AGUA MINERAL COM. ATAC. DE CAFE TORRADO MOIDO E SOLUVEL COM. ATAC. DE ACUCAR COM. ATAC. DE OLEOS E GORDURAS COM. ATAC. DE PAES BOLOS BISCOITOS E SIMILARES COM. ATAC. DE MASSAS ALIMENTICIAS COM. ATAC. DE CHOCOLATES CONFEITOS BALAS BOMBONS E SEMELHANTES COM. ATAC. DE TECIDOS COM. ATAC. DE ARTIGOS DE CAMA MESA E BANHO COM. ATAC. DE ARTIGOS DE ARMARINHO COM. ATAC. DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA COM. ATAC. DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO COM. ATAC. DE CALCADOS COM. ATAC. DE BOLSAS MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM COM. ATAC. DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO COM. ATAC. DE

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO CIRURGICO HOSPITALAR E DE LABORATORIOS COM. ATAC. DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA COM. ATAC. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS COM. ATAC. DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COM. ATAC. DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL COM. ATAC. DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA COM. ATAC. DE BICICLETAS TRICICLOS E OUTROS VEICULOS RECREATIVOS COM. ATAC. DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA COM. ATAC. DE ARTIGOS DE TAPECARIA PERSIANAS E CORTINAS COM. ATAC. DE PRODUTOS DE HIGIENE LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR COM. ATAC. DE PRODUTOS DE HIGIENE LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA COM. ATAC. DE MAQUINAS APARELHOS E EQUIP. PARA USO ODONTO MEDICO-HOSPITALAR PARTES E PECAS COM. ATAC. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO COMERCIAL PARTES E PECAS COM. ATAC. DE BOMBAS E COMPRESSORES PARTES E PECAS COM. ATAC. DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COM. ATAC. DE TINTAS VERNIZES E SIMILARES COM. ATAC. DE MARMORES E GRANITOS COM. ATAC. DE VIDROS ESPELHOS E VITRAIS COM. ATAC. DE LUBRIFICANTES COM. ATAC. DE EMBALAGENS SERVICO DE TRANSP. DE PASSAGEIROS LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR TRANSP. RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS SOB REGIME DE FRETAMENTO MUNICIPAL DEPOSITOS DE MERC. PARA TERCEIROS EXCETO ARMAZENS GERAIS E GUARDA MOVEIS ESTACIONAMENTO DE VEICULOS RESTAURANTES E SIMILARES BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS LANCHONETES CASAS DE CHA DE SUCOS E SIMILARES MANUT. DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS INSTAL. E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO DE VENTILACAO E REFRIGERACAO SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COM. POR ATACADO DE AUTOMOVEIS CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS E USADOS SERV. DE MANUTENCAO E REPARACAO ELETRICA DE VEICULOS AUTOMOTORES SERV. DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES SERV. DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES SERV. DE BORRACHARIA PARA VEICULOS AUTOMOTORES COM. POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES COM. POR ATACADO DE PNEUMATICOS E CAMARAS DE AR FORNEC. DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS SERV. DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES BUFE FORNEC. DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE PALCOS COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO EXCETO ANDAIMES LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS FOTOCOPIAS SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS CONGRESSOS EXPOSICOES E FESTAS REPARACAO E MANUT. DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS REPARACAO E MANUT. DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO LAVANDERIAS PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COM. VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS COM. VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO.

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

ATO DE CONSTITUIÇÃO DE R N DA S BOTELHO EIRELI

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na AVENIDA CARLOS PEREIRA DE MELO, número 3603, SALA 5, bairro / distrito SANTA TEREZA, município BOA VISTA - RR, CEP 69.314-142.

Cláusula Quarta - A empresa iniciará suas atividades em 01/05/2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital é R$ 100.000,00 (CEM MIL reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País.

Cláusula Sexta - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Cláusula Oitava - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

Cláusula Nona - O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

Cláusula Décima Primeira - Fica eleito o foro de BOA VISTA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

BOA VISTA, 10 de Abril de 2018.

RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
Titular/Administrador

C. G. M Analisado Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/002.726-3	RR2201800002320	11/04/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo(a). Sr(a). Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima

A Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, estabelecida na (o) AVENIDA CARLOS PEREIRA DE MELO, 3603, SALA 5, bairro SANTA TEREZA, BOA VISTA, RR CEP: 69.314-142, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

BOA VISTA - RR, 10 DE ABRIL DE 2018.

RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO : Titular/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: RR2201800002320 RR64730030

C. G. M Analisado Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

ENQUADRAMENTO

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/002.726-3	RR2201800002320	11/04/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

124
7540

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
742.827.352-87	ELISANGELA DA SILVA PEREIRA
020.708.082-89	NAHAS FIGUEIREDO ABDALA

Boa Vista. Sexta-feira, 13 de Abril de 2018

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Governo do Estado de Roraima
Junta Comercial do Estado de Roraima

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, de nire 1460001051-3 e protocolado sob o número 18/002.726-3 em 11/04/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 14600010513, em 13/04/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Elisângela Da Silva Pereira.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Nahas Figueiredo Abdala. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://projetointegrar.jucerr.rr.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

ENQUADRAMENTO

Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Boa Vista, Sexta-feira, 13 de Abril de 2018

Nahas Figueiredo Abdala: 02070808289

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 14600010513 em 13/04/2018 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 180027263 - 11/04/2018. Autenticação: 9EB8E08989E05377F8BDE8492895164C98C529D. Nahas Figueiredo Abdala - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 18/002.726-3 e o código de segurança eRXd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2018 por Nahas Figueiredo Abdala – Secretário-Geral.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
6415652 SSP AM



CPF
202.668.042-68

DATA NASCIMENTO
12/03/1964

FILIAÇÃO
MANOEL RUY CRUZ BOTELH
O
MARIA ANTONIA LEANDRO
DA SILVA

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
03271761458

VALIDADE
06/08/2024

1ª HABILITAÇÃO
11/09/1982

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MANAUS, AM

DATA EMISSÃO
09/08/2019

DIRETOR PRESIDENTE
ASSINATURA DO EMISSOR

84585550868
AM030624037

AMAZONAS

O TERRITÓRIO NACIONAL
1825078741

1825078741

125
1540

C.P.L.

C. G. M
Analisado
Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RIO BRANCO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
14.13-4-02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
42.[illegible]-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
42.[illegible]-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
45.11-1-03 - Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
45.41-2-01 - Comércio por atacado de motocicletas e motonetas
45.41-2-02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TERESA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

126
7940

C. G. M
Analisado
Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.15-0-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
46.16-8-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem
46.17-6-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
46.18-4-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
46.21-4-00 - Comércio atacadista de café em grão
46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios
46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
46.32-0-02 - Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas
46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
46.34-6-02 - Comércio atacadista de aves abatidas e derivados
46.34-6-03 - Comércio atacadista de pescados e frutos do mar
46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral
46.37-1-01 - Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel
46.37-1-02 - Comércio atacadista de açúcar
46.37-1-03 - Comércio atacadista de óleos e gorduras
46.37-1-04 - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
46.37-1-05 - Comércio atacadista de massas alimentícias
46.37-1-07 - Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46[illegible]-03 - Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos
46.[illegible]-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-05 - Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

Comissão Permanente de Licitação
F 127
P 7540
C P L

C. G. M
Analisado
Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças
46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico
46.79-6-01 - Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
46.79-6-03 - Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras
46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Comissão Permanente de Licitação
F 128
P 4540
R
CPL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
56.11-2-01 - Restaurantes e similares
56.11-2-04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento
56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
82.19-9-01 - Fotocópias
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95 [illegible]-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

C. G. M
Analisado
Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RIO BRANCO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
14.13-4-02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
42.[illegible]-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
42.[illegible]-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
45.11-1-03 - Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
45.41-2-01 - Comércio por atacado de motocicletas e motonetas
45.41-2-02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

F 129 P 7540 C.P.L.

C. G. M Analisado Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.15-0-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
46.16-8-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem
46.17-6-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
46.18-4-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
46.21-4-00 - Comércio atacadista de café em grão
46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios
46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
46.32-0-02 - Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas
46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
46.34-6-02 - Comércio atacadista de aves abatidas e derivados
46.34-6-03 - Comércio atacadista de pescados e frutos do mar
46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral
46.37-1-01 - Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel
46.37-1-02 - Comércio atacadista de açúcar
46.37-1-03 - Comércio atacadista de óleos e gorduras
46.37-1-04 - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
46.37-1-05 - Comércio atacadista de massas alimentícias
46.37-1-07 - Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

130
4540

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46 -03 - Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-05 - Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SIT O CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília).

C. G. M
Analisado
Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 MATRIZ		13/04/2018

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças
46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico
46.79-6-01 - Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
46.79-6-03 - Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras
46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.190.445/0001-42 **MATRIZ**		**13/04/2018**

NOME EMPRESARIAL
R N DA S BOTELHO EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
56.11-2-01 - Restaurantes e similares
56.11-2-04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento
56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
82.19-9-01 - Fotocópias
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95 -00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	**3603**	**SALA 5**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.314-142	**SANTA TEREZA**	**BOA VISTA**	**RR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9477-8281

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/04/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **13:37:53** (data e hora de Brasília). Página: **5/5**

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 137
CPL

Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento da Receita
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

CERTIDÃO POSITIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

CGF/CPF/CNPJ	**Nome / Razão Social**
30.190.445/0001-42	R N DA S BOTELHO EIRELI EPP

É certificado que foram identificados débitos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda estando na situação abaixo especificados, pelo que expedimos a presente certidão conforme disposto no Art. 155 § 5º da Lei 059 de 28 de dezembro de 1993 (Código Tributário Estadual), apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB n° 367/2011 publicada no D.O.E n° 1562 do dia 08/06/2011, com os efeitos de Certidão Negativa.

Ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

Data de emissão: 02/06/2020 **Validade:** 31/08/2020

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de resposabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaría de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: https://www.sefaz.rr.gov.br/

Código de Autenticação: 0215A6

As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Internet (Internet)
Agente Emissor

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGRÃO
Verificação Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Pregoeira/PMBV

C. G. M
Analisado
Ass

Prefeitura Municipal de Boa Vista
Rua Coronel Pinto, 188
Centro - BOA VISTA - RR CEP: 69301-150
CNPJ: 05.943.030/0001-55

F 133
P 1540
R
CPL

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Número: 004044/2020.E

Nome/Razão Social: **R N DA S BOTELHO EIRELI**
Nome Fantasia: **RIO BRANCO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL**
Inscrição Municipal: **966105.0** CPF/CNPJ: **30.190.445/0001-42**
Endereço: **AV CARLOS PEREIRA DE MELO, 3603 SALA 5**
SANTA TEREZA BOA VISTA - RR CEP: 69314-142

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO SOMENTE DÉBITOS PARCELADOS, RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

Observação:

****
****
****
****

Esta certidão foi emitida em **14/06/2020**.

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGRÃO
Verificado Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Pregoeira/PMBV

Certidão válida até: **14/07/2020**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **960000493318000005219503000404420200614O**

Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:
https://boavista.saatri.com.br, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

C. G. M
Analisado
Ass

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 14/06/2020 às 15:41:13

Receita Federal PGFN **CERTIDÃO**

Comissão Permanente de Licitação F 134 P 9540 R CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: R N DA S BOTELHO EIRELI
CNPJ: 30.190.445/0001-42

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:23:13 do dia 04/05/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/10/2020.
Código de controle da certidão: **2330.01AC.8D2A.259D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGRÃO
Verificado Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Pregoeira/PMBV

C. G. M
Analisado
Ass

Voltar | Imprimir

Comissão Permanente de Licitação
F 135
P 7540
CPL

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.190.445/0001-42
Razão Social: R N DA S BOTELHO EIRELI
Endereço: AV CARLOS PEREIRA DE MELO 3603 SALA 5 / SANTA TEREZA / BOA VISTA / RR / 69314-142

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/03/2020 a 13/07/2020

Certificação Número: 2020031602463914230243

Informação obtida em 02/06/2020 18:49:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGÃO
Verificação de Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura
Roseane Vieira
Pregoeira/PMBV

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 136
P 1540
R
CPL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R N DA S BOTELHO EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.190.445/0001-42
Certidão nº: 12834178/2020
Expedição: 02/06/2020, às 19:11:15
Validade: 28/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R N DA S BOTELHO EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.190.445/0001-42**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREFEITURA
Verificado Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Presidente - Portaria 2020

C. G. M
Analisado
Ass

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU
SECRETARIA DE FINANÇAS
Av. Eduardo Ribeiro, 1.161 – Centro = CEP. 69.400-901 – Tel./Fax: (092) 3361-2446
www.ale.am.gov.br/manacapuru – camaramanacapuru@outlook.com – CNPJ: 04.532.412/0001-23

Comissão Permanente de Licitação
F 137
P 1540
R
CPL

ATESTADO DE DESEMPENHO TÉCNICO E COMERCIAL

Atestamos para os devidos fins de direito que a empresa RN D S. BOTELHO EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 30.190.445/0001-42, estabelecida na cidade de Boa Vista Roraima, á Rua Carlos Pereira de Melo nº 3603 Sala 5, bairro de Santa Tereza, nos forneceu os moveis para uso em nosso plenário, conforme abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	DESINFETANTE, DETERGENTE, SOBONTE LIQUIDO, ALCOOL EM GEL.
2	LUVAS DE HIGIENE, MASCARA PARA PROTEÇÃO.

Informamos ainda que houve pontualidade na entrega dos produtos e os mesmos foram de ótima qualidade

Sendo que nada temos que a desabone.

Manacapuru-Am, 15 de de janeiro de 2019

Antonia Izane Amorim Cleto
Diretora Financeira
CPF: 336.100.022-04
Mat- 000.013-1A

04.532.412/0001-23
CAMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Av. Eduardo Ribeiro nº 1161
Centro
CEP: 69400-901
Manacapuru AM

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ALVARÁ 4.784/2020

Inscrição Municipal	C.N.P.J./C.P.F. M.F.	Inscrição I.P.T.U.	Data Inicio das Atividades:
966105.0	30.190.445/0001-42	01.12.372.0239.001.4	13/04/2018
Tipo Alvará:	**Data de Validade**	**Situação**	**Processo**
ANUAL	01/03/2021	ATIVA	RRP1900007928

Razão Social
R N DA S BOTELHO EIRELI

Nome Fantasia
RIO BRANCO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL

Logradouro:	Número:	Complemento:
AV CARLOS PEREIRA DE MELO	3603	SALA 5

Bairro:	Cidade:	Estado:
SANTA TEREZA	BOA VISTA	RR

Telefone:	Site:	E-mail:
9294778281		.

ategoria:	Área em m²:	Horário de Funcionamento:
COMÉRCIO	16,00	ATE AS 18:00 HORAS

Alteração Cadastral:	Data da Alteração Cadastral:	Horário Especial:
RENOVAÇÃO	01/03/2021	***

Atividade Principal

4639701 Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

Atividades Secundárias

Verifique a autenticidade deste alvará no site: https://boavista.saatri.com.br/economico

Boa Vista/RR, 13 de abril de 2020

MÁRCIO VINÍCIUS DE SOUZA ALMEIDA
Secretário Municipal de Economia Planejamento e Finanças

TERESA SURITA
Prefeita Municipal

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 139
P 7540
R
CPL

Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: R N DA S BOTELHO EIRELI
CPF/CNPJ: 30.190.445/0001-42

OBSERVAÇÕES:
1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a ...laridade ser conferida pelo interessado e destinatário;
3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa, informando o número de autenticidade abaixo.
6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois)anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 005408675180
Emitida gratuitamente pela internet em: 02/06/2020 as 19:39
Data da última atualização da base de dados: 02/06/2020 as 02:01
Válida até o dia: 02/07/2020

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGRÃO
Verificado Autenticidade
Em: 05 / 06 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Pregoeira/PMBV

C. G. M
Analisado
Ass

Termo de Abertura

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
R N DA S BOTELHO EIRELI					
NIRE:	1460001051-3	CNPJ:	30.190.445/0001-42	NIRE Anterior:	
Nome Anterior:					
Município:	BOA VISTA			UF:	RORAIMA
Inscrição		Inscrição Municipal:			
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:		13/04/2018			

Dados do Livro				
Finalidade:	DIARIO			
Número de ordem:	2	Quantidade de páginas:	21	
Data Encerramento do Exercício	31/12/2019	Data	30/04/2020	

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO	Titular Pessoa Física - EIRELI	
372.939.310-34	CENIRA MARIA FERST FERREIRA	Contador	000285/O-9

Junta Comercial do Estado de Roraima
Este Livro foi protocolado sob o nº 20/015.777-9 no dia 30/04/2020. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** JANEIRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/01	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES :
01/01	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/01	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/01	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/01	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
02/01	24350 LUCRO DO EXERCICIO	24241 LUCROS ACUMULADOS	TRANSF.OBRIG.CO
05/01	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 01/2019
18/01	11111 CAIXA GERAL	24111 CAPITAL SOCIAL	CAPITAL SOCIAL /
21/01	21405 SIMPLES A RECOLHER	11111 CAIXA GERAL	PAG.SIMPLES NA(12/2018
31/01	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE JANEIRO ---------->

****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Conselho Permanente de Licitação
F 141
1540
CPL

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** FEVEREIRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/02	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/02	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/02	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/02	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/02	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
05/02	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 02/2019
28/02	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE FEVEREIRO ---------->

C. G. M
Analisado
Ass

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** MARÇO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/03	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/03	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/03	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/03	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/03	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
05/03	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 03/2019
31/03	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE MARÇO ---------->

****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Conselho Farmacêutico do Estado
F 142
P 7540
CPL

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** ABRIL/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/04	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/04	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/04	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/04	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/04	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
05/04	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBO MÊS 04/2019

TOTAL DO MOVIMENTO DE ABRIL ---------->

C. G. M
Analisado
Ass

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** MAIO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/05	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/05	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/05	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/05	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/05	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
05/05	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 05/2019
28/05	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NE 33421 COPOBRA INDUSTRIAL DE EI
28/05	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NE 33399 COPOBRA INDUSTR[illegible] DE EI
29/05	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
29/05	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
31/05	32651 TAXAS E EMOLUMENTOS	11111 CAIXA GERAL	PGTO TAC/INSCR 966105.0
31/05	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO HONORARIOS
31/05	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
31/05	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF F. M. DOS SANTO
31/05	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE MAIO
---------->

****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Comissão Permanente de Licitação
F 143
P 9540
R
CPL

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** JUNHO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/06	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/06	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/06	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/06	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/06	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
04/06	24600 FORNECEDORES DIVERSOS (003917)	11111 CAIXA GERAL	PGTO DUPL. NS: (
05/06	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 06/2019
05/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
07/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
10/06	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX
10/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
10/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
18/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
18/06	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	24600 FORNECEDORES DIVERSOS (003917)	COMPRAS CFE NF 33593 COPOBRA INDUSTRIAL DE EI
19/06	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX
19/06	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX
19/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
21/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
21/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
21/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
21/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
21/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
21/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
24/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
25/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
25/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
25/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
25/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
25/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
25/06	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA
27/06	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
30/06	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG [illegible] AS

C.G.M
Analisado
Ass

TOTAL DO MOVIMENTO DE JUNHO
---------->

****
****
****

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/07	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
01/07	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/07	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/07	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/07	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/07	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
03/07	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
03/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
03/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
03/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
04/07	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE R.S PREFEITURA MUN VISTA
04/07	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
04/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
04/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
04/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
04/07	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
05/07	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 07/2019
05/07	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
10/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
16/07	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S. A DE LACERDA EII
26/07	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
26/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
26/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
26/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
26/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITC E EX'
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
29/07	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
29/07	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
30/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
30/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
30/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR.
31/07	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
31/07	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
31/07	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
31/07	41227 (-) SIMPLES	21405 SIMPLES A RECOLHER	VLR. A SER RECOI
31/07	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS



DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** AGOSTO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/08	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/08	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/08	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/08	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
05/08	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBO MÊS 08/2019
05/08	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
06/08	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
06/08	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
06/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
06/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
06/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
06/08	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
06/08	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
07/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/08	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
08/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
08/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
08/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
09/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
12/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/08	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
26/08	11231 CLIENTES DIVERSOS	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
31/08	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
31/08	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
31/08	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE AGOSTO ---------->

****



Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/09	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/09	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/09	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/09	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
02/09	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
05/09	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 09/2019
05/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
10/09	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
10/09	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
13/09	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
13/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
13/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
17/09	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S. DA S BOTELHO EI
17/09	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
17/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
17/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES C XTR
17/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
17/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
17/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
17/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
17/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
17/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
17/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
18/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
18/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
18/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
18/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/09	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
20/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
23/09	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA

Comissão Permanente de Licitação
Fls. 145
Proc. 7545

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** SETEMBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
			DE TRANSPORTE ---------->
23/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
23/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
23/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
23/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
23/09	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA E
25/09	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
30/09	41221 (-) DEVOLUCAO DE VENDAS	11231 CLIENTES DIVERSOS	DEVOL. MERC. NF-E: 24/24 MUNICIPAL DE BO
30/09	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE SETEMBRO ---------->

C.G.M
Analisado
Ass

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** OUTUBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/10	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES (
01/10	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/10	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
03/10	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
04/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
04/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
04/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
04/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
04/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
04/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
04/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES C XTR
05/10	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 10/2019
07/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
07/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
10/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
10/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
10/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
10/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
10/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
10/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
10/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
10/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
14/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
15/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
15/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
15/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES C XTR
15/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
15/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
16/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I

Comissão Permanente de Licitação
146
1540

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** OUTUBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
		DE TRANSPORTE ---------->	
18/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
18/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
18/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
21/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
24/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
31/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
31/10	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
31/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
31/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
31/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
31/10	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
31/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
31/10	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
31/10	41227 (-) SIMPLES	21405 SIMPLES A RECOLHER	VLR. A SER RECOI
31/10	32247 HONORARIOS CONTABEIS	11111 CAIXA GERAL	PG.HONORARIO AS

TOTAL DO MOVIMENTO DE OUTUBRO ---------->

C.G.M
Analisado
Ass

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** NOVEMBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/11	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
01/11	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES :
01/11	32451 ENERGIA ELETRICA	11111 CAIXA GERAL	PAG. ENERGIA ME
01/11	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE M
01/11	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE T
01/11	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
01/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
05/11	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 11/2019
05/11	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
05/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES C XTR
05/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
05/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
05/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
05/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
05/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
05/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
05/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
06/11	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
06/11	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
06/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
06/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
12/11	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
13/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
13/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
14/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
14/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
19/11	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITC E EX'
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
19/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
20/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
20/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
21/11	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
22/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
22/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
22/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
22/11	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
25/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
25/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
25/11	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
26/11	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA

Comissão Permanente de Licitação
F 147
P 7540
ASSINATURA

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** NOVEMBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO

DE TRANSPORTE ---------->

TOTAL DO MOVIMENTO DE NOVEMBRO ---------->

C. C. M
Analisado
Ass

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** DEZEMBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 91003 ATACADAO
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 27641 SEMP TC ELETR SA
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 102144 FILIPEF ELETRONICOS
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 693976 HAYONIK ELETRONICOS
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 69396 H JIK ELETRONICOS
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 34419 R N DA S E
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 97870 ATACADAO
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 292002 L M SGUA LTDA
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 97371 ATACADAO
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 99951 ATACADAO
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE N MONTE RORAIMA ATACADO DE PROD
01/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 430402 ARMARINH
01/12	32452 AGUA E ESGOTO	11111 CAIXA GERAL	PGTO. AGUA MES 1
01/12	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TEL NE M
01/12	32409 TELEFONE	11111 CAIXA GERAL	PGTO TELEFONE V
02/12	11121 BANCO DO BRASIL	11111 CAIXA GERAL	DEPOSITO CFE EX'
02/12	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
02/12	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
03/12	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
03/12	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
03/12	11111 CAIXA GERAL	11121 BANCO DO BRASIL	SAQUES CFE EXTR
03/12	32484 DESPESAS BANCARIAS	11121 BANCO DO BRASIL	VLR REF TARIFA I
04/12	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
05/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 104339 ATACADAC
05/12	11111 CAIXA GERAL	41202 VENDAS MERCADORIAS	VDA CFE L.R.S PREFEITURA MUN VISTA
05/12	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	11111 CAIXA GERAL	PGTO CFE RECIBC MÊS 12/2019
11/12	31211 MERCADORIAS PARA REVENDA	11111 CAIXA GERAL	COMPRAS CFE NF 104874 ATACADAC
12/12	11111 CAIXA GERAL	41302 VENDAS DE SERVICOS A VISTA	REC. N.FISCAIS
20/12	11111 CAIXA GERAL	41302 VENDAS DE SERVICOS A VISTA	REC. N.FISCAIS
20/12	11111 CAIXA GERAL	41302 VENDAS DE SERVICOS A VISTA	REC. N.FISCAIS
26/12	11111 CAIXA GERAL	41302 VENDAS DE SERVICOS A VISTA	REC. N.FISCAIS



DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** DEZEMBRO/2019

Empresa: 0163-R N DA S BOTELHO EIRELI

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO
		DE TRANSPORTE ---------->	
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	32452 AGUA E ESCOTO	Transf do Saldo
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	32209 ALUGUEL DE IMOVEIS	Transf do Saldo
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	32451 ENERGIA ELETRICA	Transf do Saldo
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	32409 TELEFONE	Transf do Saldo
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	32651 TAXAS E EMOLUMENTOS	Transf do Saldo
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	32484 DESPESAS BANCARIAS	Transf do Saldo
31/12	39902 APURACAO DO RESULTADO	24350 LUCRO DO EXERCICIO	Resultado do ex

TOTAL DO MOVIMENTO DE DEZEMBRO ---------->



Balanço Patrimonial (Valores em Reais)

Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI (0163)

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

End.: Avenida Carlos Pereira de Melo 3603-SALA 5-Santa Tereza - CEP: 69314-142

Município: Boa Vista **UF:** RR

Período: Janeiro a Dezembro de 2019 **Data do encerramento:** 31/12/2019

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	
DISPONIVEL	
CAIXA	
CAIXA GERAL	98
BANCOS C/MOVIMENTO	
BANCO DO BRASIL	
OUTROS CREDITOS	
DUPLICATAS A RECEBER	
CLIENTES DIVERSOS	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	
T O T A L D O A T I V O	



Balanço Patrimonial (Valores em Reais)

Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI (0163)

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

End.: Avenida Carlos Pereira de Melo 3603-SALA 5-Santa Tereza - CEP: 69314-142

Município: Boa Vista **UF:** RR

Período: Janeiro a Dezembro de 2019 **Data do encerramento:** 31/12/2019

PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	
PASSIVO EXIGIVEL A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
COPOBRAS DA AMAZONIA	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
SIMPLES A RECOLHER	
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	
PATRIMONIO LIQUIDO	
CAPITAL REALIZADO	
CAPITAL SUBSCRITO	
CAPITAL SOCIAL	48(
RESERVAS	
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	
LUCROS ACUMULADOS	12
LUCRO DO EXERCICIO	37
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	
T O T A L D O P A S S I V O	

CENIRA MARIA FERST FERREIRA
CONTADOR CRC: RR-000285/O-9
CPF: 372.939.310-34 RG: 84951

R N DA S BOTELHO EIRELI
RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
TITULAR CPF: 202.668.042-68 RG: 6415652



DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (Valores em Reais)

Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI (0163)

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

End.: Avenida Carlos Pereira de Melo 3603-SALA 5-Santa Tereza - CEP: 69314-142

Município: Boa Vista **UF:** RR

Período: Janeiro a Dezembro de 2019 **Data do encerramento:** 31/12/2019

RECEITA BRUTA OPERACIONAL
VENDAS DE MERCADORIAS
VENDAS DE SERVICOS
T O T A L ==========>

DEDUCOES DE VENDAS
VENDAS DEVOLVIDAS DE COMERCIO
(-) SIMPLES COMERCIO
T O T A L ==========>

RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL
RECEITA LIQUIDA COMERCIAL
RECEITA LIQUIDA SERVICOS
T O T A L ==========>

CUSTOS DAS VENDAS
DAS MERCADORIAS/PRODUTOS VENDIDA(OS)
T O T A L ==========>

LUCRO BRUTO OPERACIONAL
LUCRO BRUTO COMERCIAL
LUCRO BRUTO DE SERVICOS
T O T A L ==========>

DESPESAS ADMINISTRATIVAS
DESPESAS TRIBUTARIAS
DESPESAS FINANCEIRAS
T O T A L ==========>

O P E R A C I O N A L

DESPESAS NAO OPERACIONAIS
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO

LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO

LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO

CENIRA MARIA FERST FERREIRA
CONTADOR CRC: RR-000285/O-9
CPF: 372.939.310-34 RG: 84951

R N DA S BOTELHO EIRELI
RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
TITULAR CPF: 202.668.042-68 RG: 6415652

Termo de Encerramento

Comissão Permanente de Licitação
F 150
P 154
R
CPL

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
R N DA S BOTELHO EIRELI					
NIRE:	1460001051-3	CNPJ:	30.190.445/0001-42	NIRE Anterior:	
Nome Anterior:					
Município:	BOA VISTA			UF:	RORAIMA
Inscrição		Inscrição Municipal:			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de	2	Data assinatura:	30/04/2020
Quantidade de páginas:	21		
Período de escrituração			
Início:	01/01/2019	Fim:	31/12/2019
Período de retificação:			
Início:		Fim:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO	Titular Pessoa Física - EIRELI	
372.939.310-34	CENIRA MARIA FERST FERREIRA	Contador	000285/O-9

C. G. M
Analisado
Ass

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Comissão Permanente de Licitação
F. 151
P. 7560
R.
CPL

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
14600010513	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Roraima

Nome: R N DA S BOTELHO EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
RRE2000041399

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	310			OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO

BOA VISTA
Local

4 Maio 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ esso em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____
Data

_____ Vogal
_____ Vogal
_____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 515469 em 04/05/2020 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 200159488 - 04/05/2020. Autenticação: 10B9D61AF08920C1D484D120E8D154804E678F67. Mariana Ferreira Poltronieri - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/015.948-8 e o código de segurança dO1V Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2020 por Mariana Ferreira Poltronieri Presidente.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/015.948-8	RRE2000041399	04/05/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
372.939.310-34	CENIRA MARIA FERST FERREIRA
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 515469 em 04/05/2020 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 200159488 - 04/05/2020. Autenticação: 10B9D61AF08920C1D484D120E8D154804E678F67. Mariana Ferreira Poltronieri - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/015.948-8 e o código de segurança dO1V Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2020 por Mariana Ferreira Poltronieri Presidente.

Comissão Permanente de Licitação
F 152
P 7540
R
CPL

Balanço Patrimonial (Valores em Reais)

Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI (0163)

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

End.: Avenida Carlos Pereira de Melo 3603-SALA 5-Santa Tereza - CEP: 69314-142

Município: Boa Vista **UF:** RR

Período: Janeiro a Dezembro de 2019 **Data do encerramento:** 31/12/2019

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	
DISPONIVEL	
CAIXA	
CAIXA GERAL	98
BANCOS C/MOVIMENTO	
BANCO DO BRASIL	
OUTROS CREDITOS	
DUPLICATAS A RECEBER	
CLIENTES DIVERSOS	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	
T O T A L D O A T I V O	

C. G. M
Analisado
Ass

Balanço Patrimonial (Valores em Reais)

Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI (0163)

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

End.: Avenida Carlos Pereira de Melo 3603-SALA 5-Santa Tereza - CEP: 69314-142

Município: Boa Vista **UF:** RR

Período: Janeiro a Dezembro de 2019 **Data do encerramento:** 31/12/2019

PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	
PASSIVO EXIGIVEL A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
COPOBRAS DA AMAZONIA	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
SIMPLES A RECOLHER	
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	
PATRIMONIO LIQUIDO	
CAPITAL REALIZADO	
CAPITAL SUBSCRITO	
CAPITAL SOCIAL	48(
RESERVAS	
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	
LUCROS ACUMULADOS	12:
LUCRO DO EXERCICIO	37:
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	
T O T A L D O P A S S I V O	

CENIRA MARIA FERST FERREIRA
CONTADOR CRC: RR-000285/O-9
CPF: 372.939.310-34 RG: 84951

R N DA S BOTELHO EIRELI
RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
TITULAR CPF: 202.668.042-68 RG: 6415652

Comissão Permanente de Licitação
F 153
P 1540
CPL

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (Valores em Reais)

Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI (0163)

CNPJ/CPF: 30.190.445/0001-42

End.: Avenida Carlos Pereira de Melo 3603-SALA 5-Santa Tereza - CEP: 69314-142

Município: Boa Vista **UF:** RR

Período: Janeiro a Dezembro de 2019 **Data do encerramento:** 31/12/2019

RECEITA BRUTA OPERACIONAL
VENDAS DE MERCADORIAS
VENDAS DE SERVICOS
T O T A L ==========>

DEDUCOES DE VENDAS
VENDAS DEVOLVIDAS DE COMERCIO
(-) SIMPLES COMERCIO
T O T A L ==========>

RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL
RECEITA LIQUIDA COMERCIAL
RECEITA LIQUIDA SERVICOS
T O T A L ==========>

CUSTOS DAS VENDAS
DAS MERCADORIAS/PRODUTOS VENDIDA(OS)
T O T A L ==========>

LUCRO BRUTO OPERACIONAL
LUCRO BRUTO COMERCIAL
LUCRO BRUTO DE SERVICOS
T O T A L ==========>

DESPESAS ADMINISTRATIVAS
DESPESAS TRIBUTARIAS
DESPESAS FINANCEIRAS
T O T A L ==========>

O P E R A C I O N A L

DESPESAS NAO OPERACIONAIS
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO

LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO

LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO

CENIRA MARIA FERST FERREIRA
CONTADOR CRC: RR-000285/O-9
CPF: 372.939.310-34 RG: 84951

R N DA S BOTELHO EIRELI
RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
TITULAR CPF: 202.668.042-68 RG: 6415652

C. G. M
Analisado
Ass

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/015.948-8	RRE2000041399	04/05/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
372.939.310-34	CENIRA MARIA FERST FERREIRA
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 515469 em 04/05/2020 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 200159488 - 04/05/2020. Autenticação: 10B9D61AF08920C1D484D120E8D154804E678F67. Mariana Ferreira Poltronieri - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/015.948-8 e o código de segurança dO1V Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2020 por Mariana Ferreira Poltronieri Presidente.

Comissão Permanente de Licitação
F 154
P 4540
R
CPL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO, BRASILEIRA, SOLTEIRO, EMPRESARIO, DATA DE NASCIMENTO 12/03/1964, RG Nº 6415652 SSP-AM, CPF 202.668.042-68, RUA MIGUEL LUPE MARTINS, Nº 259, BAIRRO SAO PEDRO, CEP 69306-715, BOA VISTA - RR, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Boa Vista, 04 de maio de 2020.

RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
Assinado digitalmente por certificação A3

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 515469 em 04/05/2020 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 200159488 - 04/05/2020. Autenticação: 10B9D61AF08920C1D484D120E8D154804E678F67. Mariana Ferreira Poltronieri - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/015.948-8 e o código de segurança dO1V Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2020 por Mariana Ferreira Poltronieri Presidente.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, de NIRE 1460001051-3 e protocolado sob o número 20/015.948-8 em 04/05/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 515469, em 04/05/2020. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador IGOR PINHO DA SILVA.

Certifica o registro, o Secretário Geral, Marcos de Meira Lins Filho. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://projetointegrar.jucerr.rr.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
372.939.310-34	CENIRA MARIA FERST FERREIRA
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
372.939.310-34	CENIRA MARIA FERST FERREIRA
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

Boa Vista. segunda-feira, 04 de maio de 2020

Documento assinado eletrônicamente por IGOR PINHO DA SILVA, Servidor(a) Público(a), em 04/05/2020, às 09:39 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucerr informando o número do protocolo 20/015.948-8.

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 515469 em 04/05/2020 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 200159488 - 04/05/2020. Autenticação: 10B9D61AF08920C1D484D120E8D154804E678F67. Mariana Ferreira Poltronieri - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/015.948-8 e o código de segurança dO1V Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2020 por Mariana Ferreira Poltronieri Presidente.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Comissão Permanente de Licitação
F 165
P 7540
R
CPL

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
359.226.188-65	MARIANA FERREIRA POLTRONIERI

Boa Vista. segunda-feira, 04 de maio de 2020

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 515469 em 04/05/2020 da Empresa R N DA S BOTELHO EIRELI, Nire 14600010513 e protocolo 200159488 - 04/05/2020. Autenticação: 10B9D61AF08920C1D484D120E8D154804E678F67. Mariana Ferreira Poltronieri - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/015.948-8 e o código de segurança dO1V Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2020 por Mariana Ferreira Poltronieri Presidente.

Comissão Permanente de Licitação
F. 156
P. 1540
R.
CPL

R N DA S BOTELHO EIRELI
CNPJ: 30.190.445/0001-42
AV. CARLOS PEREIRA DE MELO, 3603 – SALA 5– SANTA TEREZA - BOA VISTA/RR

Índices de Liquidez referente ao Balanço encerrado em 31/12/2019

Índice de Liquidez Corrente

ILC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

ILC= 981.332,31/ 4.426,65

ILC = 221,68

Índice de Solvência Geral

ISG = Ativo Total / PC + ELP

ISG = 981.332,31/ 4.426,65

ISG = 221,68

Índice de Liquidez Geral

ILG = Ativo Circulante + ARLP / PC + ELP

ILG= 981.332/ 4.426,65

ILG = 221,68

PC=Passivo Circulante
ELP= Exigível a Longo Prazo
PC= Passivo Circulante
ARLP= Realizável a Longo Prazo

Boa Vista-RR, 05 de Maio de 2020.

Cenira Maria Ferst Ferreira
Contadora CRC/RR 000285/09
CPF 372.939.310-34

Cenira Maria Ferst Ferreira
CPF 372.939.310-34
CRC 285/P-3/RR

C. G. M
Analisado
Ass

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Roraima
Junta Comercial do Estado de Roraima

Comissão Permanente de Licitação
F 157
P 1560
R
CPL

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: R. N. DA S. BOTELHO EIRELI

Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
1460001051-3	30.190.445/0001-42	13/04/2018	01/05/2018

Endereço Completo:

AVENIDA CARLOS PEREIRA DE MELO 3603 SALA 5 - BAIRRO SANTA TEREZA CEP 69314-142 - BOA VISTA/RR

Objeto Social:

COM. ATAC. DE PRODUTOS ALIM. EM GERAL COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMATICA COM. ATAC. DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA COM. ATAC. DE COMP. ELETRONICOS E EQUIP. DE TELEFONIA E COMUNICACAO COM. ATAC. DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIP. NAO ESPEC. ANTE. PARTES E PECAS COM. VAREJ. ESPEC. DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELE. PARA USO DOMESTICO EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COM. VAREJ. ESPECIALIZADO DE ELET. E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COM. ATACADISTA DE MATERIAL ELETRICO CONFEC. SOB MEDIDA DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS CONFEC. DE ROUPAS PROFISSIONAIS EXCETO SOB MEDIDA CONFEC. SOB MEDIDA DE ROUPAS PROFISSIONAIS MAN. E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL REPRES. COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES COM. POR ATACADO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS COM. POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS MOVEIS E ARTIGOS DE USO DOMESTICO REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS VESTUARIO CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS BEBIDAS E FUMO REPRES. COM. E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COM. ATAC. DE CAFE EM GRAO COM. ATACADISTA DE SEMENTES FLORES PLANTAS E GRAMAS COM. ATAC. DE LEITE E LATICINIOS COM. ATAC. DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS COM. ATAC. DE FARINHAS AMIDOS E FECULAS COM. ATAC. DE FRUTAS VERDURAS RAIZES TUBERCULOS HORTALICAS E LEGUMES FRESCOS COM. ATAC. DE CARNES BOVINAS E SUINAS E DERIVADOS COM. ATAC. DE AVES ABATIDAS E DERIVADOS COM. ATAC. DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR COM. ATAC. DE AGUA MINERAL COM. ATAC. DE CAFE TORRADO MOIDO E SOLUVEL COM. ATAC. DE ACUCAR COM. ATAC. DE OLEOS E GORDURAS COM. ATAC. DE PAES BOLOS BISCOITOS E SIMILARES COM. ATAC. DE MASSAS ALIMENTICIAS COM. ATAC. DE CHOCOLATES CONFEITOS BALAS BOMBONS E SEMELHANTES COM. ATAC. DE TECIDOS COM. ATAC. DE ARTIGOS DE CAMA MESA E BANHO COM. ATAC. DE ARTIGOS DE ARMARINHO COM. ATAC. DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA COM. ATAC. DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO COM. ATAC. DE CALCADOS COM. ATAC. DE BOLSAS MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM COM. ATAC. DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO COM. ATAC. DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO CIRURGICO HOSPITALAR E DE LABORATORIOS COM. ATAC. DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA COM. ATAC. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS COM. ATAC. DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COM. ATAC. DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL COM. ATAC. DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA COM. ATAC. DE BICICLETAS TRICICLOS E OUTROS VEICULOS RECREATIVOS COM. ATAC. DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA COM. ATAC. DE ARTIGOS DE TAPECARIA PERSIANAS E CORTINAS COM. ATAC. DE PRODUTOS DE HIGIENE LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR COM. ATAC. DE PRODUTOS DE HIGIENE LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA COM. ATAC. DE MAQUINAS APARELHOS E EQUIP. PARA USO ODONTO MEDICO-HOSPITALAR PARTES E PECAS COM. ATAC. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO COMERCIAL PARTES E PECAS COM. ATAC. DE BOMBAS E COMPRESSORES PARTES E PECAS COM. ATAC. DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COM. ATAC. DE TINTAS VERNIZES E SIMILARES COM. ATAC. DE MARMORES E GRANITOS COM. ATAC. DE VIDROS ESPELHOS E VITRAIS COM. ATAC. DE LUBRIFICANTES COM. ATAC. DE EMBALAGENS SERVICO DE TRANSP. DE PASSAGEIROS LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR TRANSP. RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS SOB REGIME DE FRETAMENTO MUNICIPAL DEPOSITOS DE MERC. PARA TERCEIROS EXCETO ARMAZENS GERAIS E GUARDA MOVEIS ESTACIONAMENTO DE VEICULOS RESTAURANTES E SIMILARES BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS LANCHONETES CASAS DE CHA DE SUCOS E SIMILARES MANUT. DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS INSTAL. E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO DE VENTILACAO E REFRIGERACAO SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COM. POR ATACADO DE AUTOMOVEIS CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS E USADOS SERV. DE MANUTENCAO E REPARACAO ELETRICA DE VEICULOS AUTOMOTORES SERV. DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES SERV. DE

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCERR (http://www.jucerr.rr.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C200000011556 e visualize a certidão)

20/015.998-4

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGRÃO
Verificado Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura
Roseme
Pregoeira

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado de Roraima

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Roraima
Junta Comercial do Estado de Roraima

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: R. N. DA S. BOTELHO EIRELI

Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)

LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES SERV. DE BORRACHARIA PARA VEICULOS AUTOMOTORES COM. POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES COM. POR ATACADO DE PNEUMATICOS E CAMARAS DE AR FORNEC. DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS SERV. DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES BUFE FORNEC. DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE PALCOS COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO EXCETO ANDAIMES LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS FOTOCOPIAS SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS CONGRESSOS EXPOSICOES E FESTAS REPARACAO E MANUT. DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS REPARACAO E MANUT. DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO LAVANDERIAS PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COM. VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS COM. VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO

Capital Social: R$ 480.000,00 QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS Capital Integralizado: R$ 480.000,00 QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO

Titular/Administrador

CPF/NIRE	Nome	Térm. Mandato	Função
202.668.042-68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO	xxxxxxx	TITULAR / ADMINISTRADOR

Status: xxxxxxx Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 04/05/2020 Número: 515469

Ato 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

NADA MAIS#

Boa Vista, 05 de Maio de 2020 08:42

MARIANA FERREIRA POLTRONIERI
PRESIDENTE

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCERR (http://www.jucerr.rr.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C200000011556 e visualize a certidão)

20/015.998-4

Junta Comercial do Estado de Roraima

Comissão Permanente de Licitação
F 158
P 1540
R
CPL

Boa vista- RR, 15 de Junho de 2020.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

DECLARAÇÃO DE ALVARÁ

A Empresa R N D A S B O T E L H O E I R E L I , com o CNPJ: 30.190.445/0001-42, através do seu representante legal o Sr RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO, portador da Carteira de Identidade nº6415652SSP/AM. Com CPF nº 202.668.042-68, DECLARA; disponibilidade de alvará de funcionamento válido, a fim de que seja resguardada a efetiva execução do objeto licitado.

Raimundo Nonato da Silva Botelho
Sócio Administrador
RG.: 641.565-2 SSP/AM.

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 159
P 7540
R
CPL

Boa vista- RR, 15 de Junho de 2020.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS- PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

DECLARAÇÃO FATOS IMPEDITIVOS

A Empresa R N D A S B O T E L H O E I R E L I , c o m o CNPJ: 30.190.445/0001-42, através do seu representante legal o Sr RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO , portador da Carteira de Identidade nº6415652SSP/AM. Com CPF nº 202.668.042-68., DECLARA, que atende as exigências do Art. 4º Inciso VII da Lei 10.520/2002, que, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação.

Raimundo Nonato da Silva Botelho
Sócio Administrador
RG.: 641.565-2 SSP/AM.

C. G. M
Analisado
Ass

Rio Branco Comercio e Mercadorias em Geral

Boa vista- RR, 15 de Junho de 2020.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa R N D A S B O T E L H O E I R E L I , c o m o CNPJ: 30.190.445/0001-42, através do seu representante legal o Sr RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO , portador da Carteira de Identidade nº6415652SSP/AM. Com CPF nº 202.668.042-68, DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletronico nº 073/2020- SMSA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº. 123/2006. DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____
Raimundo Nonato da Silva Botelho
Sócio Administrador
RG.: 641.565-2 SSP/AM.

Av. Carlos Pereira de Melo Nº 3603–Sala 05–Bairro Santa Tereza–Cep.: 69.314-142–Boa Vista RR
CNPJ 30.190.445/0001-42 – 240343603 – Email: botelho_21@hotmail.com

Comissão Permanente de Licitação
F 160
P 7540
R
CPL

Boa vista- RR, 15 de Junho de 2020.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

DECLARAÇÃO

A Empresa RNDAS BOTELHO EIRELI, com o CNPJ: 30.190.445/0001-42, através do seu representante legal o Sr RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO, portador da Carteira de Identidade nº6415652SSP/AM. Com CPF nº 202.668.042-68, DECLARA;

1) não se encontra inadimplente, nem é objeto de qualquer restrição ou notas desabonadoras junto ao cadastro de fornecedores deste Município.
2) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação.
3) não possui em seu quadro de pessoal empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei 9.854/99 e Art. 7º XXXIII da CF).
4) os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação.

Raimundo Nonato da Silva Botelho
Sócio Administrador
RG.: 641.565-2 SSP/AM.

C. G. M
Analisado
Ass

Av. Carlos Pereira de Melo Nº 3603–Sala 05–Bairro Santa Tereza–Cep.: 69.314-142–Boa Vista RR
CNPJ 30.190.445/0001-42 – 240343603 – Email: botelho_21@hotmail.com

Boa vista- RR, 15 de Junho de 2020.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA

INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: R N D A S B O T E L H O E I R E L I
CNPJ: 30.190.445/0001-42
ENDEREÇO: Av Carlos Pereira de Melo 3603, Sala 05
BAIRRO: Santa Tereza
CIDADE: Boa Vista
EST.: Roraima
TEL: (95) 98115-1836/ (92)99477-8281
E-MAIL: BOTELHO_21@HOTMAI.COM
NOME P/CONTATO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO
2 - ASSINATURA DO CONTRATO
NOME: RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO, portador da Carteira de Identidade nº6415652SSP/AM. Com CPF nº 202.668.042-68 , Rua Miguel Lupe Martins 259 , São Pedro , CEP:69.306-715 ,Boa Vista –RR .
Na qualidade de Administrador

_____
Raimundo Nonato da Silva Botelho
Sócio Administrador
RG.: 641.565-2 SSP/AM.

LEGISWEB
INFORMAÇÃO RÁPIDA E CONFIÁVEL

Comissão Permanente de Licitação
F 161
P 4540
R
C P L

DECRETO Nº 38-E DE 22/03/2020

Publicado no DOM - Boa Vista em 22 mar 2020

Declara situação de emergência em saúde pública no âmbito do município de Boa Vista e define novas medidas de enfrentamento e prevenção ao coronavírus (covid-19).



A Prefeita do Município de Boa Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Boa Vista, de 11 de julho de 1992,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em ...rência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

...siderando a promulgação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2020 que reconhece Estado de calamidade pública em razão da pandemia do coronavírus no Brasil;

Considerando a publicação da Portaria nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020 do Ministério da Saúde que reconheceu, nesta sexta-feira (20), a transmissão comunitária do coronavírus (Covid-19) em todo o território nacional;

Considerando a situação migratória e a situação de precariedade da Saúde Pública do Estado de Roraima;

Considerando ainda a confirmação em 21 de março de 2020 de dois casos de pessoas infectadas no Município de Boa Vista;

Decreta:

Art. 1º Fica decretada situação de emergência no Município de Boa Vista, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, de importância internacional.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, fica estabelecida a seguinte medida:

I - Nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados exclusivamente ao enfrentamento da emergência.

(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 40-E DE 26/03/2020):

Art. 3º Ficam proibidas no âmbito do Município de Boa Vista, pelo período que perdurar a situação de emergência e a contar da publicação deste Decreto, em consonância com o disposto na Lei Federal 13.979, de 06 de fevereiro de 2020:

I - Todas as atividades do comércio em geral, ficando permitidos apenas os serviços de delivery, sem nenhum contato presencial do cliente, desde que adotem medidas preventivas para proteção e segurança contra transmissão a seus funcionários;

II - Todas as atividades dos Mercados e Centros Comerciais Municipais, tais como: Mercado São Francisco, Caxambú e etc;

...Todas as atividades em shopping centers, inclusive em seus estacionamentos;

...Todas as atividades em cinemas, clubes de recreação, buffet, academias de ginástica, sorveterias, boates, teatros, casas de espetáculos, casas de shows, centros culturais, circos, salões de beleza, barbearias e clínicas de estética;

V - Estádios de futebol, ginásios e quadras poliesportivas e/ou qualquer local esportivo que tenham aglomeração de pessoas;

VI - Proibida a permanência de pessoas em locais públicos, tais como parques, praças, ruas, calçadas e afins;

VII - Clínicas veterinárias, salvo para atendimentos de urgência e internações;

VIII - de combustíveis, ficando suspensas as atividades que não são relacionadas ao abastecimento de veículos e as lojas de conveniência localizadas em suas áreas poderão funcionar atendendo ao disposto na alínea "d" do inciso IX deste artigo.

IX - Os comércios abaixo relacionados, poderão funcionar mediante delivery e/ou por sistema de pague e leve (drive thru) e desde que adotem medidas preventivas para proteção e segurança contra transmissão a seus funcionários e clientes, não permitindo a aglomeração de pessoas em seu interior ou exterior, mantendo a distância mínima entre as pessoas de no mínimo 2 metros:

a) Lojas de Materiais de Construção;

b) Auto Peças;

c) Estabelecimentos que forneçam alimentos, tais como: padarias, assadões e congêneres, não permitido o consumo interno nem o serviço em mesas na parte interna ou externa do estabelecimento;

d) Lojas de conveniências, não permitido o consumo interno nem o serviço em mesas na parte interna ou externa do estabelecimento;

X - As atividades de prestadores de serviços, exceto:

a) serviços contábeis, podendo realizar apenas atividades inadiáveis, tais como as relacionadas à folha de pagamento ou para cumprimento de obrigações relacionadas a atividades que não tenham sido suspensas;

(Revogado pelo Decreto Nº 50-E DE 19/04/2020):

b) dos cartórios, mantidos apenas para atendimento de serviços emergenciais obrigatórios;

(Revogado pelo Decreto Nº 50-E DE 19/04/2020):

C. G. M
Analisado
Ass

c) escritorios de advocacia, apenas para atendimento das causas que são recebidas no plantão do Poder Judiciário;

d) oficinas mecânicas desde que impeçam a aglomeração de pessoas observando a distância mínima de 2 metros entre os funcionários e clientes, observando as orientações de higiene e não permitindo a aglomeração de pessoas dentro e fora do estabelecimento.

§ 1º Os bares, restaurantes e lanchonetes apenas poderão funcionar através de seus serviços de delivery e/ou mediante sistema de pague e leve (drive thru) e desde que adotem medidas preventivas para proteção e segurança contra transmissão a seus funcionários e clientes, não permitindo a aglomeração de pessoas em seu interior ou exterior, mantendo a distância mínima entre as pessoas de no mínimo 2 metros;

§ 2º Ficam excetuadas das medidas de restrições determinadas por este Decreto, o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, nos termos da MP 926 de 20 de março de 2020 e Decreto Presidencial n 10.282, de 20 de março de 2020.

Art. 4º Os serviços industriais ficam mantidos apenas para aqueles considerados essenciais, nos termos da MP 926 de 20 de março de 2020 e Decreto Presidencial nº 10.282, de 20 de março de 2020.

Art. 5º Fica determinada a redução em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação dos ônibus e micro-ônibus e, quando possível com janelas destravadas e abertas de modo que haja plena circulação de ar.

(Revogado pelo Decreto Nº 50-E DE 19/04/2020):

Parágrafo único. Os táxis e táxis-lotações só poderão circular com apenas um passageiro e com as janelas abertas.

Art. 6º Fica proibido o uso do passe livre de estudantes e idosos, pelo prazo que perdurar a situação de emergência.

Art. 7º As atividades de produtos essenciais tais como alimentos e remédios para humanos e animais, poderão continuar a funcionar desde que não permitam aglomeração de pessoas em sua área interna e externa, mantendo sempre uma distância mínima de 2 metros entre as pessoas.

Art. 8º Os agentes públicos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município de Boa Vista, exercerão suas atividades em regime de teletrabalho, sobreaviso e revezamento, pelo período que perdurar a situação de emergência definida neste Decreto, excetuando-se aqueles que atuem nos setores de saúde, segurança, defesa civil, trânsito e demais serviços essenciais e que participem dos órgãos que compõem o combate à disseminação do Coronavírus (COVID-19).

a) o disposto neste artigo não será aplicado aos servidores lotados em unidades que prestem serviços essenciais, especialmente os necessários ao combate à pandemia.

b) as exceções à instituição de regime de teletrabalho serão definidas mediante decisão do titular do órgão da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Art. 9º Ficam suspensos todos os prazos de processos administrativos, exceto de licitações, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, que estejam em trâ no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Município de Boa Vista, bem como o acesso aos autos de processos físicos.

Art. 10. Os processos administrativos, licitações, documentos e demais atividades consideradas necessárias para o combate à pandemia ao Coronavírus, deverão ter prioridade máxima na tramitação e resolução.

Art. 11. Os supermercados, atacados, farmácias e demais fornecedores de produtos, devem limitar o acesso aos produtos por cliente, a fim de que se evite a escassez de produtos no Município.

Art. 12. Ficam prorrogados os alvarás de funcionamento e localização dos estabelecimentos, as Certidões Negativas e Positivas com Efeito de Negativas Municipais, as Licenças para construção, Licenças Ambientais e Sanitárias, cujos vencimentos ocorram durante o período da emergência definida neste Decreto.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo apenas será aplicado para fins de mera prorrogação de prazo e o pagamento dos tributos e taxas devidos para os atos de renovação e/ou prorrogação serão cobrados posteriormente em data a ser definida pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças - SEPF.

Art. 13. O não cumprimento das medidas estabelecidas pelo presente Decreto será caracterizado como infração à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções aplicáveis e, no que couber, cassação de licença de funcionamento.

§ 1º A fiscalização sobre o cumprimento do presente Decreto será exercida pela Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito e pelos demais órgãos municipais, dependendo da competência de cada um.

§ 2º Os estabelecimentos e pessoas que estiverem descumprindo o determinado pelo presente Decreto deverão ser advertidos à adequação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de incorrer nas demais sanções legais.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos através de novo ato da Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário a este Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista, 22 de março de 2020.

Teresa Surita

Prefeita de Boa Vista

Comissão Permanente de Licitação
F 162
P 1540
CPL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/06/2019 | Edição: 112 | Seção: 1 | Página: 30

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo I
Digital/Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integrac

COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGIST
EMPRESAS E NEGÓCIOS

RESOLUÇÃO Nº 51, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Versa sobre a definição de baixo ris
Provisória nº 881, de 30 de abril de 2

O COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICA
LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, consoante delibera
extraordinária realizada por meio eletrônico, concluída em 7 de junho de 2019, c
art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no parágraf
11.598, de 3 de dezembro de 2007, e nos incisos I e VII do art. 2º do Decreto r
2009, resolve:

Art. 1º Esta Resolução visa a definir o conceito de baixo risco para fir
de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de ativid
estabelecido no art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2

Parágrafo único. A dispensa de atos públicos de liberação da atividad
pessoas naturais e jurídicas do dever de se observar as demais obrigações esta

Art. 2º Para fins de padronização de redação, passam a ser denomina

I - baixo risco ou "baixo risco A": a classificação de atividades para os
da Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, cujo efeito específico
necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econôm
operação e funcionamento do estabelecimento;

II - médio risco ou "baixo risco B": a classificação de atividades c
considerado alto e que não se enquadrem no conceito de baixo risco ou "baix
artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro, a emis
similares de caráter provisório para início da operação do estabelecimento, c
caput, da Lei Complementar nº 123, de 14 de novembro de 2006, e no art. 6º, c
dezembro de 2007; e

CGSIM
Analisado

Art. 3º Para os fins do art. 3º, § 2º, inciso II, da Medida Provisória nº 8
são consideradas de baixo risco ou "baixo risco A", para o efeito especifico
necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica, a
qualifiquem, simultaneamente, como de:

I - baixo risco ou "baixo risco A" em prevenção contra incêndio e pâ
art. 4º;

II - baixo risco ou "baixo risco A" referente à segurança sanitária, a
ambiente do trabalho, e econômica, na forma do caput do art. 5º.

§ 1º Se a atividade a que se refere o caput for exercida em z
qualificada como de baixo risco ou "baixo risco A" quando:

I - executada em área sobre a qual o seu exercício é plen
determinações do zoneamento urbano aplicável, incluindo a legislação municip
da LC nº 123, de 2006, quando instaladas em área ou edificação desprovic
imobiliária e edilícia, inclusive habite-se; ou

II - exploradas em estabelecimento inócuo ou virtual, assim entendid

a) exercido na residência do empresário, titular ou sócio, na hipóte
gere grande circulação de pessoas; ou

b) em que a atividade exercida for tipicamente digital, de modo que
físico para a sua operação.

§ 2º Consideram-se também de baixo risco ou "baixo risco A", para
demais atividades econômicas que, independentemente de sua natureza, forem
próprios órgãos responsáveis pela emissão do respectivo ato público de liberaç

Art. 4º Para fins de prevenção contra incêndio e pânico, qualif .m-
"baixo risco A" aquelas atividades realizadas:

I - na residência do empreendedor, sem recepção de pessoas; ou

II - em edificações diversas da residência, se a ocupação da atividad
(duzentos metros quadrados) e for realizada:

a) em edificação que não tenha mais de 03 (três) pavimentos;

b) em locais de reunião de público com lotação até 100 (cem) pessoa

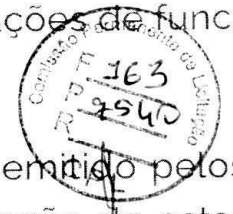
c) em local sem subsolo com uso distinto de estacionamento;

d) sem possuir líquido inflamável ou combustível acima de 1000 L (m

e) sem possuir gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cent

Art. 5º Para fins de segurança sanitária e ambiental, qualificam-se co
risco A" as atividades constantes do Anexo I desta Resolução.

IV - atividade econômica de médio risco ou "baixo risco B": atividade
início da operação do estabelecimento sem a necessidade da realização de vi
e das entidades responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funci



.....

IX - Alvará de Funcionamento Provisório: documento emitido pelos
de médio risco ou "baixo risco B" que permitirá o início de operação do estab
após o ato de registro empresarial, sem a necessidade de vistorias prévia
entidades licenciadores, mediante assinatura de Termo de Ciência e Res
aquelas que dispensam o referido licenciamento por serem consideradas cor
risco A" em Resolução própria;

.....

XII - licenciamento: o procedimento administrativo em que o órgão
preenchimento de requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, pre
demais requisitos previstos na legislação para autorizar o funcionamento d
EIRELI, de sociedade empresária ou de sociedade simples, excepcionado o
concessão de uso de espaço público. O licenciamento é posterior à emissão
registro empresarial e inscrições tributárias. Nos casos de atividades de médi
licenciamento dar-se-á após o início de funcionamento da empresa;

....." (NR)

"Art. 7º Definidas as atividades de alto risco na forma do artigo 5º, cor
ou "baixo risco b" as demais atividades constantes da tabela de Classificaç
Econômicas - CNAE que não forem definidas como de baixo risco ou "baixo risc
" (NR)

"Art. 8º As solicitações de Alvará de Funcionamento Provisório
classificadas como de médio risco ou "baixo risco B" receberão tratamento di
forma do art. 7º da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do art. 6º da Lei nº 11
disposto nos incisos IV, IX, X e XI, do art. 2º desta Resolução.

§ 1º O Alvará de Funcionamento Provisório para as atividades classifi
ou "baixo risco B" poderá, conforme definido no integrador estadual, ser obtido
necessidade de comparecimento presencial, mediante o simples fornecimento
da comprovação prévia do cumprimento de exigências por declarações do titul



....." (NR)

"Art. 9º A regularidade do imóvel perante os órgãos de licenciamen
contra incêndios deverá ser exigida do respectivo proprietário e, no caso de at
"baixo risco B", sua ausência não impedirá o licenciamento e, por conseguinte, d
Provisório ou Definitivo." (NR)

"Art. 2°.....

.....

II - médio risco ou "baixo risco B": aquelas que não se enquadrem nc
não sejam definidas por Resolução própria como de baixo risco ou "baixo risco A

....." (NR)

"Art. 4° .....

Parágrafo único. Em caso de atividades econômicas de baixo risco
risco ou "baixo risco B" o processo poderá ser inteiramente executado no instr
dispensando a apresentação de projeto técnico de prevenção contra incêndios

"Art. 5° O licenciamento de atividades econômicas de médio risco o
realizado por meio do fornecimento de informações e declarações pelo empr
permitir o reconhecimento formal do cumprimento dos requisitos de prevençã
em que se recomenda, ainda, a dispensa da vistoria prévia ao início do exe. .cio

....." (NR)

"Art. 10. Os empreendedores que informarem, inclusive eletron
Bombeiros Militares, que a edificação onde está localizado o estabeleciment
prevenção contra incêndios e pânico, para uso ou ocupação que não implique
de medidas preventivas, poderão receber o mesmo tratamento dispensado às
médio risco ou "baixo risco B"." (NR)

Art. 10. A Resolução n° 48, de 11 de outubro de 2018, passa a
alterações:

"Art. 16. O MEI manifestará sua concordância com o conteúdo
Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença de Funcionamento Provisó
de 180 (cento e oitenta) dias a partir do ato de inscrição ou alteração, em
permitirá o exercício de suas atividades, exceto nos casos de atividades c
observada a dispensa de alvarás para as situações de baixo risco ou "baixo riscc

....." (NR)

"Art. 21. As vistorias necessárias à emissão de licenças e de autor
deverão ser realizadas após o início de operação da atividade do MEI, q
considerada de médio risco ou "baixo risco B"." (NR)

"Art. 46. .....

Parágrafo único. Nos casos referidos no caput deste artigo, o Mun
concederá Alvará de Funcionamento, conforme o risco da atividade econômic
dispensa nos casos de baixo risco ou "baixo risco A".

" (NR)

III	6391-7/00	Agências de notícias (Código CNAE:6391700)
IV	7311-4/00	Agências de publicidade (Código CNAE:7311400)
V	7911-2/00	Agências de viagens (Código CNAE:7911200)
VI	9609-2/02	Agências matrimoniais (Código CNAE:9609202)
VII	5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais (Código CNAE:5590601)
VIII	7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos (Código CNAE:772
IX	7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (Código CN
X	7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e Similares (Código CNAE:772
XI	6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios (Código CNAE:6810202)
XII	7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório (Código
XIII	7729-2/03	Aluguel de material médico (Código CNAE:7729203)
XIV	7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e musicais (Código CNAE:7729202)
XV	7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios (Código CN
XVI	7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especifi (Código CNAE:7729299)
XVII	6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça (Código CNAE:6911702)
XVIII	5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo (Código CNAE:523200(
XIX	8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde (Código CNAE:866070
XX	9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e e: CNAE:9002701)
XXI	9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Códig
XXII	8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais (Código CNA
XXIII	6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária (Cód
XXIV	7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto cons (Código CNAE:7020400)
XXV	6920-6/01	Atividades de contabilidade (Código CNAE:6920601)

F 164
4240
CPL
C. G. M
Analisado
Ass

XXXV	7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submar CNAE:7420001)
XXXVI	8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição (Código CNAE:865000
XXXVII	8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise (Código CNAE:865000
XXXVIII	8220-2/00	Atividades de teleatendimento (Código CNAE:8220200)
XXXIX	8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional (Código CNAE:8650005)
XL	7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura n anteriormente (Código CNAE:7119799)
XLI	7500-1/00	Atividades veterinárias (Código CNAE:7500100), desde que o atividade não incluirá a comercialização e/ou uso de medicar equipamentos de diagnóstico por imagem.
XLII	6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial (Código CNAE:6621502)
XLIII	5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bel CNAE:5611202)
XLIV	9602-5/01	Cabeleireiros, manicure e pedicure (Código CNAE:9602501)
XLV	9529-1/02	Chaveiros (Código CNAE:9529102)
XLVI	4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos CNAE:4530703)
XLVII	4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e CNAE:4541205)
XLVIII	4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículo CNAE:4530704)
XLIX	4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar (Có go (
L	4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral (Código CNAE:4635401)
LI	4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho (Código CNAE:4
LII	4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho (Códi
LIII	4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (C
LIV	4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e corti CNAE:4649405)
LV	4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exc segurança (Código CNAE:4642701)
LVI	4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem (Có

LXVII	4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures (Código
LXVIII	4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predomir agropecuários (Código CNAE:4692300)
LXIX	4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predomir alimentícios (Código CNAE:4691500)
LXX	4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (Códig
LXXI	4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e Similares (Cód
LXXII	4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto (Código CN
LXXIII	4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão (Código
LXXIV	4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos (Código
LXXV	4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissic trabalho (Código CNAE:4642702)
LXXVI	4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática (Códigc
LXXVII	4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos (Código CNAE:4641901)
LXXVIII	4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas (Cód
LXXIX	4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos p (Código CNAE:4789004)
LXXX	4785-7/01	Comércio varejista de antigüidades (Código CNAE:4785701)
LXXXI	4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho (Código CNAE:475
LXXXII	4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping (Cód
LXXXIII	4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho (Códigc
LXXXIV	4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria (Código CNAE:475
LXXXV	4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação (Código CNAE:47
LXXXVI	4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria (Código CNAE:4783
LXXXVII	4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica (Código CNAE:477410
LXXXVIII	4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria (Código CNAE:4761
LXXXIX	4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria (Código CNAE:4783

146
7540
C. G. M
Analisado
Ass

XCIX	4782-2/01	Comércio varejista de calçados (Código CNAE:4782201)
C	4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues (Código CNAE:4722
CI	4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas (Código CNAE:
CII	4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreati (Código CNAE:4763605)
CIII	4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório (Código C
CIV	4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas (Código CNAE:
CV	4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas (Código CNAE:476100
CVI	4761-0/01	Comércio varejista de livros (Código CNAE:4761001)
CVII	4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral ,ódi
CVIII	4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos (Código CNAE:474
CIX	4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico (Código CNAE:474230
CX	4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários (Código CN
CXI	4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominâr alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns (Código
CXII	4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência (
CXIII	4754-7/01	Comércio varejista de móveis (Código CNAE:4754701)
CXIV	4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte (Código CNAE:4789003
CXV	4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não es (Código CNAE:4759899)
CXVI	4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados (Código CNAE:47
CXVII	4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento (Código CNA
CXVIII	4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais (Código CNAE:
CXIX	4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou espe alimentícios não especificados anteriormente (Código CNAE:4
CXX	4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (Cód
CXXI	4755-	Comércio varejista de tecidos (Código CNAE:4755501)

CXXXI	1411-8/01	Confecção de roupas íntimas (Código CNAE:1411801)
CXXXII	1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida (Codig
CXXXIII	1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas CNAE:1412602)
CXXXIV	1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais (Código CNAI
CXXXV	7319-0/04	Consultoria em publicidade (Código CNAE:7319004)
CXXXVI	6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação (Código CNAE:6204
CXXXVII	6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis (Códig
CXXXVIII	6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis (Código CNAE:6821802)
CXXXIX	8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos (Código CNAE:8599605)
CXL	2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalho vidro e cristal (Código CNAE:2399101)
CXLI	6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encome CNAE:6201501)
CXLII	6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computa CNAE:6202300)
CXLIII	6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computa (Código CNAE:6203100), desde que não haverá o desenvolvi realizam ou influenciam diretamente no diagnóstico, monitora (tratamento) para a saúde.
CXLIV	7410-2/02	Design de interiores (Código CNAE:7410202)
CXLV	7410-2/03	Design de produto (Código CNAE:7410203)
CXLVI	5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos (Código
CXLVII	5812-3/01	Edição de jornais diários (Código CNAE:5812301)
CXLVIII	5812-3/02	Edição de jornais não diários (Código CNAE:5812302)
CXLIX	5811-5/00	Edição de livros (Código CNAE:5811500)
CL	5813-1/00	Edição de revistas (Código CNAE:5813100)
CLI	8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Cód
CLII	8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança (Código CNAE:859290

166

C. G. M
Analisado
Ass

CLXII	1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico (Código C
CLXIII	2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro (Código CNAE:2319200), desd exercício da atividade econômica não é um produto industria de espelhação. e não haverá produção de peças de fibra de v
CLXIV	1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias meias (Código CNAE:1422300)
CLXV	3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos (Código CNAE:3250707), desde fabricação de produto para saúde.
CLXVI	1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de CNAE:1521100), desde que a área construída do empreendim 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados).
CLXVII	1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas (Código CNAE:1092900), exercício da atividade econômica não será diferente de produ
CLXVIII	1531-9/01	Fabricação de calçados de couro (Código CNAE:1531901), des do empreendimento não ultrapassa 2.500m² (dois mil e quinh
CLXIX	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras (Código CNAE:329 haverá no exercício a fabricação de escova dental.
CLXX	1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos desde que o resultado do exercício da atividade econômica r especiaria ou condimento desidratado produzido artesanalm
CLXXI	1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes (Códig que o resultado do exercício da atividade econômica não sera artesanal.
CLXXII	1099-6/04	Fabricação de gelo comum (Código CNAE:1099604), desde q será para consumo humano e não entrará em contato com al
CLXXIII	1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias (Código CNAE:1094500), c exercício da atividade econômica não será diferente de produ
CLXXIV	1421-5/00	Fabricação de meias (Código CNAE:1421500)
CLXXV	1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados ante CNAE:1359600)
CLXXVI	1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predom própria (Código CNAE:1091102)
CLXXVII	1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates desde que o resultado do exercício da atividade econômica r produto artesanal.
CLXXVIII	1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos (Código C a área construída do empreendimento não ultrapassa 2.500m metros quadrados).
CLXXIX	3299-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas (Código CNAE:329 haverá no exercício da atividade a fabricação de velas, sebo e como cosmético ou saneante.
CLXXX	1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas (Código
CLXXXI	1411-8/02	Facção de roupas íntimas (Código CNAE:1411802)

CXCI	3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos (CNAE:3312104)
CXCII	3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pn (Código CNAE:3314702)
CXCIII	3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular Não-eletrônicos para escritório (Código CNAE:3314709)
CXCIV	3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrig uso industrial e comercial (Código CNAE:3314707)
CXCV	3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes Não-elétric
CXCVI	3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipan térmicas (Código CNAE:3314706)
CXCVII	3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta (Código (
CXCVIII	4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas (Cóc
CXCIX	3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas (Código CNA
CC	3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais (Código CN
CCI	7319-0/03	Marketing direto (Código CNAE:7319003)
CCII	7912-1/00	Operadores turísticos (Código CNAE:7912100)
CCIII	7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não esp (Código CNAE:7490199)
CCIV	4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio es não especificados anteriormente (Código CNAE:4618499)
CCV	1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos te (Código CNAE:1340599)
CCVI	4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda (Códig
CCVII	5590-6/03	Pensões (alojamento) (Código CNAE:5590603)
CCVIII	6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros (Código CNAE:6621501)
CCIX	7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências física CNAE:7210000)
CCX	7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências soci CNAE:7220700)
CCXI	7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública (Código CNAE:7
CCXII	6511-1/02	Planos de auxílio-funeral (Código CNAE:6511102)
CCXIII	6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de inform CNAE:6319400)

C. G. M
Analisado
Ass

CCXXIII	7319-0/02	Promoção de vendas (Código CNAE:7319002)
CCXXIV	4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática (C
CCXXV	3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio (Códig
CCXXVI	3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos (Código CNAE:3832700
CCXXVII	9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário (Código CNAE:9529105)
CCXXVIII	9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos Não-mot CNAE:9529104)
CCXXIX	9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem (Código
CCXXX	9529-1/06	Reparação de jóias (Código CNAE:9529106)
CCXXXI	9529-1/03	Reparação de relógios (Código CNAE:9529103)
CCXXXII	9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipame CNAE:9511800)
CCXXXIII	9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicaçã
CCXXXIV	9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônic doméstico (Código CNAE:9521500)
CCXXXV	9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamento não especificados anteriormente (Código CNAE:9529199)
CCXXXVI	4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de comb produtos siderúrgicos e químicos (Código CNAE:4612500)
CCXXXVII	4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletr artigos de uso doméstico (Código CNAE:4615000)
CCXXXVIII	4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instru odonto-médico-hospitalares (Código CNAE:4618402)
CCXXXIX	4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jorna publicações (Código CNAE:4618403)
CCXL	4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de made construção e ferragens (Código CNAE:4613300)
CCXLI	4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máqu embarcações e aeronaves (Código CNAE:4614100)
CCXLII	4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de maté animais vivos (Código CNAE:4611700)
CCXLIII	4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medi produtos de perfumaria (Código CNAE:4618401)
CCXLIV	4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de merc especializado (Código CNAE:4619200)
CCXLV	4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de moto peças e acessórios (Código CNAE:4542101)

CCLV	8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (C
CCLVI	1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e CNAE:1822999)
CCLVII	8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda (Código CNA
CCLVIII	7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agríc CNAE:7490103)
CCLIX	4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos aut CNAE:4520004)
CCLX	7111-1/00	Serviços de arquitetura (Código CNAE:7111100)
CCLXI	4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores (Código
CCLXII	4520-0/08	Serviços de capotaria (Código CNAE:4520008)
CCLXIII	7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia (Código CNA
CCLXIV	7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e e CNAE:7119703)
CCLXV	5912-0/01	Serviços de dublagem (Código CNAE:5912001)
CCLXVI	1822-9/01	Serviços de encadernação e plastificação (Código CNAE:18
CCLXVII	7112-0/00	Serviços de engenharia (Código CNAE:7112000)
CCLXVIII	8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção (Códi
CCLXIX	4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessó automotores (Código CNAE:4520007)
CCLXX	4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos CNAE:4520002)
CCLXXI	4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos CNAE:4520005)
CCLXXII	4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos a CNAE:4520003)
CCLXXIII	4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos CNAE:4520001)
CCLXXIV	7420-0/05	Serviços de microfilmagem (Código CNAE:7420005)
CCLXXV	5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual (Có
CCLXXVI	3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material (Cc
CCLXXVII	8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições CNAE:8230001)

C.G.M. Analisado

CCLXXXVII	6201-5/02	Web design (Código CNAE:6201502)

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Comissão Permanente de Licitação
F 169
P 4540
CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas"

LICENÇA SANITÁRIA Nº 1578 /2019

PROC. ADM.	7638/2019	VALIDADE	30/04/2020

A **Prefeitura Municipal de Boa Vista, RR,** com a intendência da Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, utilizando-se da competência de que trata o art. 313, da Lei 482/1999, resolver outorgar licença sanitária em favor de:

NOME/RAZÃO SOCIAL	R N DA S BOTELHO EIRELI
NOME FANTASIA	RIO BRANCO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL

LOCALIZAÇÃO

AV CARLOS PEREIRA DE MELO. 3603 SALA 5 SANTA TEREZA - BOA VISTA - RR

CNPJ/CPF	PROPRIETÁRIO
30.190.445/0001-42	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BOTELHO

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ATIVIDADE PRINCIPAL

CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
4639701	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

CNAE	DESCRIÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S) ECONÔMICA(S)

OBSERVAÇÕES

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGRÃO
Verificado Autenticidade
Em: 19 / 06 / 2020

Boa Vista/RR, 21 de maio de 2019

Antonio Fernando de Matos
Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Claudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

1. Esta LICENÇA SANITÁRIA é pessoal e instransferível a terceiros;
2. O proprietário do empreedimento deve conservá-la em lugar próprio e de fácil visualização ao público e exibida à autoridade municipal sempre que solicitada (art 352);
3. O licenciamento conferido limita-se tão somente às atividades econômicas e aos demais dados nela descritos;
4. A exploração de atividade não licenciada, alterações não autorizadas, ou divergências entre o declarado e o verificado, constituem infração à norma sanitária;
5. A solicitação foi deferida nos autos do processo administrativo identificado;
6. No período de 1º de janeiro a 30 de abril do ano seguinte à emissão desta licença, deve-se providenciar a renovação da licença sanitária.
7. No caso do não cumprimento de qualquer item acima a licença perderá automaticamente sua eficácia, podendo o responsável ser penalizado conforme legislação pertinente.

C. G. M.
Analisado
Ass

Este documento foi emitido através do endereço eletrônico https://boavista.saatri.com.br/Empresa/Alvara

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PREFEITURA BOA VISTA

170
7540
CPL

À CPL / PRESIDÊNCIA,

Encaminhamos para **SMSA** o processo nº **007540/2020 – SMSA**. Pregão Eletrônico nº **073/2020**, que seja avaliada a **proposta de preços** quanto o **Parecer da Qualificação Técnica,** da empresa remanescente, conforme as exigências no Anexo I Termo de Referência nos itens Título **6** item **6.1 alínea (d.2).**

ITEM	Empresa	Páginas	Situação
1	R N DA S BOTELHO EIRELI	118/169	Arrematante

O processo deverá retornar a esta CPL/PE a fim de darmos continuidade ao procedimento licitatório.

Boa Vista – RR, 30 de junho de 2020

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

Jz 107/2020

C. G. M
Analisado
Ass

Documento assinado eletronicamente por ROSANA DE OLIVEIRA BORGES VIEIRA em 30/06/2020 ás 10:00
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: 04A1EF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PREFEITURA BOA VISTA

171
007540
CPL

Ofício nº. 18636/2020 – GAB/CPL

Boa Vista – RR, 1º de julho de 2020.

Ao Senhor
Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde - SMSA

Referência: Proc. 007540/2020 - SMSA

Senhor Secretário,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o Processo 007540/2020 – SMSA Vol. I, para análise e parecer quanto a proposta de preços e qualificação técnica apresentada pela empresa remanescente **R N DA S BOTELHO EIRELI**, conforme informações da pregoeira à fl. 170. Após providências, retornar os autos a esta Comissão, para darmos continuidade aos procedimentos licitatórios.

Atenciosamente,

Artur José Lima Cavalcante Filho
Presidente da CPL

A (o): SAF
Para:
Providências
Análise
Conhecimento
Manifestação
Outros
Data: 01/07/20

Reunião
Acompanhamento
Despacho
Arquivo

C. G. M
Analisado
Ass

Documento assinado eletronicamente por ARTUR JOSÉ LIMA CAVALCANTE FILHO em 01/07/2020 ás 11:59
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: 166596B

S.A.F
FOLHA 172
PROCESSO 7540
Assinatura

PARECER TÉCNICO

N° do Parecer Técnico: 070/2020
Empresa: **R N DA S BOTELHO EIRELI**
Pregão Eletrônico: 073/2020
Processo: 7540/2020/SMSA
Objeto: Eventual aquisição do MATERIAL MÉDICO HOSP. – ÓCULOS, para atendimento anual e da pandemia ao novo CORONAVIRUS - HCSA

A empresa acima apresentou proposta para os itens arrematados: **1.** Estando a empresa **R N DA S BOTELHO EIRELI** **INAPTA** para o certame, pois em consulta pública no site da ANVISA, foi confirmado que a referida empresa não possui AFE (AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ANVISA), documento esse primordial e imprescindível para empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Este é o parecer.

Boa Vista, 02/07/2020.

Parecer:

Daniel Morais de Almeida
Diretor Técnico - SAF

De acordo:

Moyses Humberto C. de Oliveira
Superintendente SAF

C. G. M
Analisado
Ass

S.A.F.
FOLHA 173
PROCESSO 7540/20
Assinatura

DESPACHO

Ao NC/SMSA.

Processo: 7540/2020/SMSA/Vol. 1

Objeto: Eventual aquisição de Material de Proteção Individual – óculos, para atendimento anual e da Pandemia ao novo Coronavírus (COVID-19), das unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

Encaminho o processo em tela para que possa dar continuidades nos tramites legais, informo que foram atendidas as solicitações do OFÍCIO 18.636/2020 – GAB/CPL (fl. 171) como consta no parecer técnico (fl. 172).

Boa Vista/RR, 02 de Julho de 2020.

Moysés Humberto Carvalho de Oliveira
Superintendente SAF

C. G. M
Analisado
Ass

NUCLEO/ SMSA
FLS. 174
PROC. 7540/2020

DESPACHO

PROCESSO: 7540/2020/SMSA - Vol. 01.

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ÓCULOS, PARA ATENDIMENTO ANUAL E DA PANDEMIA AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID -19), DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA.

À

Comissão Permanente de Licitação - CPL,

Encaminhamos o processo em epígrafe, com solicitação às fls. 171 atendida para continuidade dos procedimentos licitatórios.

Boa Vista, 03 de Julho de 2020.

Atenciosamente,

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

03/07/2020
15:50
Ayana

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PREFEITURA BOA VISTA
Trabalhar e Cuidar das Pessoas

175
007540

DESPACHO

Ao PE/PP-CPL,

Seguem os autos para prosseguimento, conforme manifestação da SMSA fl. 174.

Boa Vista – RR, 03 de julho de 2020.

Artur José Lima Cavalcante Filho
Presidente da CPL

C. G. M
Analisado
SB
Ass

Documento assinado eletronicamente por ARTUR JOSÉ LIMA CAVALCANTE FILHO em 03/07/2020 ás 17:03
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autencidade deste documento em http://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx informando o código: CD0E333

AMAZON
COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES EIRELI

AMAZON COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES EIRELI
Rua Rio Pacavi, 186 – Conj. Colônia do Aleixo – Sao José
CEP: 69085-275 – Manaus – Amazonas
Fone: (92) 99339-8931 / 3618-1555
E-mail: amazoncomerciomed@gmail.com
CNPJ: 34.562.495/0001-64 – Insc. Estadual 05.412.432-8

Comissão Permanente de Licitação
F 176
P 7540
R
CPL

EMPRESA: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

* CNPJ.: 34.562.495/0001-64 / * Inscrição Estadual: 05.412.432-8 / * Inscrição Municipal: 44207701
* Fone: (092)99339-8931 Fax:(092) 3618-1555
*E-mail.: srcg21@gmail.com
* Banco para depósito: 001 Banco do Brasil Ag.: 3378 C/c.: 38582-4

Apresentamos Proposta de Preços para fornecimento dos Materiais abaixo relacionados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2020 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº. 007540/2020 – SMSA
PROPOSTA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS	COD. COMPRAS NET	QUANT ANUAL	UNIDADE	FABRICANTE E MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR UNITARIO EXTENSO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL EXTENSO
1	Óculos cirúrgico de proteção individual com lentes transparentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	63410	**3.000**	UND	CARBOGRAFITE	8,99	oito reais e noventa e nove centavos	R$ 26.970,00	vinte e seis mil, novecentos e setenta reais
Valor Geral da Proposta de Preços								**R$ 26.970,00**	
VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS									

CONDIÇÕES GERAIS

A empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI declara, expressamente, sob penas da Lei, estar em acordo com o Edital que:

Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega, locais determinados para a entrega e as respectivas quantidades, conforme o Edital.

Não será alterado marca, demais especificações e quantidades de nossa proposta original dando plena aceitação, caso vencedora de entregar os produtos constantes no Edital.

A proposta de preço deverá ter validade de 60 (sessenta) dias.

O prazo para entrega dos Materiais Médicos serão de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela SAF, conforme a necessidade desta Secretaria.

Manaus/AM, 15 JUNHO de 2020.

sócio proprietário
amazon comercio de produtos hospitalares eireli

C. G. M
Analisado
Ass

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **34.562.495/0001-64**
Razão Social: **AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **23/09/2020**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento
II - Habilitação Jurídica
III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**23/11/2020**
FGTS	Validade:	**07/07/2020**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**04/12/2020**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**18/06/2020**
Receita Municipal	Validade:	**03/09/2020**

V - Qualificação Técnica
VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2021**

C. G. M Analisado Ass

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 945.057.212-72 Nome: SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES
Ass: _____

SIMPLES NACIONAL

Comissão Permanente de Licitação
F 178
P 4940
R
CPL

Termo de Deferimento da Opção pelo Simples Nacional

CNPJ: 34.562.495/0001-64
NOME EMPRESARIAL: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Sua opção pelo Simples Nacional está confirmada com efeitos a partir de 16/08/2019.

A confirmação desta opção não exclui a responsabilidade do contribuinte quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para o ingresso no Simples Nacional previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006.

Resguarda-se às Administrações Tributárias o direito de anular esta opção na hipótese de declaração falsa por parte da pessoa jurídica.

Sua opção pelo Simples Nacional implica aceitação obrigatória de sistema de comunicação eletrônica (DTE-SN), destinado, dentre outras finalidades, a:

I – cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção pelo Simples Nacional, à exclusão desse Regime e a ações fiscais;
II – encaminhar notificações e intimações; e
III – expedir avisos em geral.

O DTE-SN não exclui outras formas de notificação, intimação ou avisos previstos nas legislações dos entes federados, incluídas as eletrônicas.

O sistema de comunicação eletrônica implicará o seguinte:

I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;
II - a comunicação será considerada pessoal para todos os efeitos legais;
III - a ciência com utilização de certificação digital ou de código de acesso possui os requisitos de validade;
IV - considerar-se-á realizada a ciência da comunicação na data em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação;
V - na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;
VI - a consulta às comunicações do sistema deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Número Validador: 00.00.10.79.25.08

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 174
P 754
R
CPL

PREFEITURA DE MANAUS

B.C.M. - BOLETIM DE CADASTRO MERCANTIL

C.M.C.	Razão Social
44207701	AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Razão Social Reduzida	Fantasia	Tipo (E/P)
		Permanente

Alvará/TLF	Porte	Pessoa	TVS	ISSQN	Perc.	Vlr Estimado	Estimado até
Tributável	ME	Jurídica	TRIBUTÁVEL	Mensal	0,0000	0,00	/ /

CNPJ/CPF	I.E. / R.G.	Suspensão	Opt. do Simples	Opt. do SIMEI	Porte Simples Nac.	Autônomo	
34562495000164		/ /	Não	Não		Não	

Natureza Jurídica

70 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DE NATUREZA EMPRESÁRIA

Abertura	Cad. Prefeitura	Prz. Vigência	Encerramento	Reativação	Processo	Classificação da Atividade
16/08/2019	16/08/2019	0	/ /	/ /		Outros

Situação

Ativo

C.R.C.	Nome do Contador	Qtde Func.	Qtde Profis.	Qtd. Instr. Mus.	Cód. Geral	Cad. por Ofício
		0	0	0	1431548	

Autônomo	Pagamento	Qtde	Nº Proc. Isenção	Data Processo		N.º Cons. Prof.	
0 -		0					

Nº Conselho Prof:	Nº Processo Isenção	Data Processo	Nº Revisão Cadastral	Revisado
	0	/ /	0	Não

Localização da Empresa

Matrícula	Inscrição	Quadra	Lote	Área Ocupada
2017241	14600561001300010			50,00

Bairro	Logradouro	Número	CEP	Telefone
SÃO JOSÉ OPERÁRIO	RUA - RIO PACAVI	186	69085275	

Município	Complemento	UF
MANAUS	, CJ COL DO ALEIXO	AM

Loteamento	Quadra no Loteamento	Lote no Loteamento
	0	0

E-Mail	FAX

Endereço de Domicílio Fiscal

Endereço	Número	Bairro
RUA - RIO PACAVI	186	SÃO JOSÉ OPERÁRIO

Município	Complemento	CEP	UF
MANAUS	CJ COL DO ALEIXO	69085275	AM

E-Mail	Telefone	FAX

C.G.M Analisado Ass Registro

Junta Comercial

Registro Junta	Última Alteração	Data Última	Emissão	Capital Social		
13600099980	04/09/2019			100000,00		

Atividades Econômicas

PREFEITURA DE MANAUS

B.C.M. - BOLETIM DE CADASTRO MERCANTIL

464270200	COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONA	Secundário	Tipo 4	0 -
811170001	SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PR	Secundário	Tipo 2	0 -
859370000	ENSINO DE IDIOMAS	Secundário	Tipo 2	0 -
859960500	CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS	Secundário	Tipo 2	0 -
951180001	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PER	Secundário	Tipo 2	0 -
141260101	CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONF	Secundário	Tipo 3	0 -
431930000	SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORME	Secundário	Tipo 4	0 -
439160001	OBRAS DE FUNDAÇÕES	Secundário	Tipo 4	0 -
439910200	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPO	Secundário	Tipo 2	0 -
463380100	COMÉRCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, HOR	Secundário	Tipo 4	0 -
463540200	COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE	Secundário	Tipo 4	0 -
464190200	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	Secundário	Tipo 4	0 -
464510300	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	Secundário	Tipo 4	0 -
464940800	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃ	Secundário	Tipo 4	0 -
812900099	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Secundário	Tipo 2	0 -
433040201	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTID	Secundário	Tipo 2	0 -
439910300	OBRAS DE ALVENARIA	Secundário	Tipo 2	0 -
463469900	COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES E DERIVADOS DE OUTROS ANIMAIS	Secundário	Tipo 4	0 -
465160100	COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Secundário	Tipo 4	0 -
465160200	COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA	Secundário	Tipo 4	0 -
773900201	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM	Secundário	Tipo 3	0 -
433040100	IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	Secundário	Tipo 3	0 -
463540100	COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL	Secundário	Tipo 4	0 -
464780100	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA	Secundário	Tipo 4	0 -
464940100	COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E D	Secundário	Tipo 4	0 -
859960400	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	Secundário	Tipo 2	0 -
329900200	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	Secundário	Tipo 3	0 -
433040400	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL	Secundário	Tipo 3	0 -
464600100	COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA	Secundário	Tipo 4	0 -
464600200	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL	Secundário	Tipo 4	0 -
773310001	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	Secundário	Tipo 2	0 -
821130000	SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO	Secundário	Tipo 1	0 -
461840100	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MEDICAMENTO	Secundário	Tipo 1	0 -
463460100	COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES BOVINAS E SUÍNAS E DERIVADOS	Secundário	Tipo 4	0 -
464270100	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, EXCETO	Secundário	Tipo 4	0 -
464510200	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRÓTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA	Secundário	Tipo 4	0 -
464940900	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃ	Secundário	Tipo 4	0 -
432910401	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E	Secundário	Tipo 4	0 -
463970100	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL	Secundário	Tipo 4	0 -
467969900	COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	Secundário	Tipo 4	0 -
772920300	ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO	Secundário	Tipo 1	0 -
433040300	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	Secundário	Tipo 2	0 -
464430101	COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO	Secundário	Tipo 4	0 -
465240000	COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS	Secundário	Tipo 4	0 -

Horário de Funcionamento

Segunda a Sexta	Sábado	Domingo
às e das às	às	às

Comissão Permanente de Licitação
F. 180
P. 7540
R.
CPL

PREFEITURA DE MANAUS

B.C.M. - BOLETIM DE CADASTRO MERCANTIL

MANAUS, 25 de Setembro de 2019

DIVISÃO DE CADASTRO MERCANTIL

SEMEF

C. G. M
Analisado
Ass

GOVERNO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS

CARTÃO DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

INSCRIÇÃO	C.N.P.J	VIA
05.412.432-8	34.562.495/0001-64	1

RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL
AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

NOME FANTASIA

REGIME	CADASTRAMENTO	EMISSÃO	VALIDADE
Normal	19/08/2019	21/08/2019	21/08/2021

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NA AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO
RUA RIO PACAVI, NRO 186, CJ COL DO ALEIXO,SAO JOSE OPERARIO,MANAUS-AM, CEP69.085.275

ATIVIDADE ECONÔMICA NA SEFAZ
4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, desde 19/08/2019

OBSERVAÇÃO
Comércio ou Indústria Não Incentivada
Inscrição pendente de análise e ratificação definitiva das informações.
Sujeita a alterações por exigência legal.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
001566396855079

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 182
P 7560
R
C.P.L

Razão Social: **AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**
Nome Fantasia:
Logradouro: **RUA RIO PACAVI, 186**
Numero: **186**
Bairro: **SAO JOSE OPERARIO**

CNPJ: **34.562.495/0001-64**
Área Ocupada: **50.00**
Complemento: **CJ COL DO ALEIXO**
CEP: **69085275**
Nota: **------**

Inscrição Municipal: **44207701**
Cadastro Imobiliário: **2017241**
Protocolo: **AMP1900118119**
Data da Expedição: **16/08/2019**

CNAE:	Descrição
4645-1/01	**Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios**

CNAE:	Descrição
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
9511-8/00.01	Reparação E Manutenção De Computadores E De Equipamentos Periféricos
4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4391-6/00.01	Obras De Fundações
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
1412-6/01.01	Confecção De Peças Do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas E As Confeccionadas Sob Medida
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral
4329-1/04.01	Montagem E Instalação De Sistemas E Equipamentos De Iluminação E Sinalização Em Vias Publicas, Portos E Aeroportos
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/99.01	Outras Obras De Acabamento Da Construção
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
8111-7/00.01	Serviços Combinados Para Apoio A Edifícios, Exceto Condomínios Prediais
4330-4/02.01	Instalação De Portas, Janelas, Tetos, Divisórias E Armários Embutidos De Qualquer Material
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral

C. G. M
Analisado
Ass

CNAE:	Descrição
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
8129-0/00.99	Atividades De Limpeza Não Especificadas Anteriormente
4399-1/03	Obras de alvenaria
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias

OBSERVAÇÕES

https://portal-slim.manaus.am.gov.br/s/autenticidade/53AIMSVE

Scan QR Code

Comissão Permanente de Licitação
F 103
P 7540
R
CPL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
34.562.495/0001-64 MATRIZ		16/08/2019

NOME EMPRESARIAL
AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
32.99-0-02 - Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
46.18-4-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
46.34-6-99 - Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais
46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral
46.35-4-02 - Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RIO PACAVI	186	CJ COL DO ALEIXO

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.085-275	SAO JOSE OPERARIO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9339-8931

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	16/08/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/09/2019** às **16:30:16** (data e hora de Brasília). Página: **1/3**

C. G. M
Analisado
Ass

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
34.562.495/0001-64 MATRIZ		16/08/2019

NOME EMPRESARIAL
AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
77.29-2-03 - Aluguel de material médico
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RIO PACAVI	186	CJ COL DO ALEIXO

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.085-275	SAO JOSE OPERARIO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9339-8931

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	16/08/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/09/2019** às **16:30:16** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

Comissão Permanente de Licitação
F 184
P 1540
R
C.P.L.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
34.562.495/0001-64 **MATRIZ**		**16/08/2019**

NOME EMPRESARIAL
AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RIO PACAVI	**186**	**CJ COL DO ALEIXO**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.085-275	**SAO JOSE OPERARIO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 9339-8931

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**16/08/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/09/2019** às **16:30:16** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

C. G. M
Analisado
Ass

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Comissão Permanente de Licitação F 165 P 3547 C P L

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
AMP1900118119

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	091			ATO CONSTITUTIVO - EIRELI
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

MANAUS
Local

16 Agosto 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

C. G. M Analisado Ass

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/042.497-4	AMP1900118119	08/08/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.
ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ATO DE CONSTITUIÇÃO DE AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI



SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Solteiro, data de nascimento 20/01/1988, nº do CPF 945.057.212-72, documento de identidade 20429363, SSP, AM, com domicílio / residência a RUA IGARAPE RECONQUISTA, número 11, QUADRA52, bairro / distrito ARMANDO MENDES, município MANAUS - AMAZONAS, CEP 69.089-190 resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A empresa adotará o nome empresarial de AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

Cláusula Segunda - O objeto será COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO OBRAS DE FUNDACOES MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS OBRAS DE ALVENARIA REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COMERCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAIZES, TUBERCULOS, HORTALICAS E LEGUMES FRESCOS COMERCIO ATACADISTA DE CARNES BOVINAS E SUINAS E DERIVADOS COMERCIO ATACADISTA DE CARNES E DERIVADOS DE OUTROS ANIMAIS COMERCIO ATACADISTA DE AGUA MINERAL COMERCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO COMERCIO ATACADISTA DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE SERVICOS



Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.
ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ATO DE CONSTITUIÇÃO DE AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS.

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na RUA RIO PACAVI, número 186, CJ COL DO ALEIXO, bairro / distrito SAO JOSE OPERARIO, município MANAUS - AM, CEP 69.085-275.

Cláusula Quarta - A empresa iniciará suas atividades em 07/08/2019 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital é R$ 100.000,00 (CEM MIL reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País.

Cláusula Sexta - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Cláusula Oitava - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Nona - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

Cláusula Décima -O titular da empresa declara, sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Primeira - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

Cláusula Décima Segunda - Fica eleito o foro de MANAUS - AM para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

MANAUS, 7 de Agosto de 2019.

SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES
Titular/Administrador

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.
ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Comissão Permanente de Licitação
F 167
P 4560
R
CPL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/042.497-4	AMP1900118119	08/08/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.
ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEA, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 19/042.497-4, em 16/08/2019 da empresa: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, nire: 1360009998-0 , foi deferido digitalmente sob o número 13600099980, em 16/08/2019 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Alberto Pacheco da Silva Ladeira. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Manaus. Sexta-feira, 16 de Agosto de 2019

Alberto Pacheco da Silva Ladeira: 60074221272

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.
ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Comissão Permanente de Licitação
F. 188
P. 4540
R.
CPL

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
600.742.212-72	ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA

Manaus. Sexta-feira, 16 de Agosto de 2019

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13600099980 em 16/08/2019 da Empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, Nire 13600099980 e protocolo 190424974 - 16/08/2019. Autenticação: 3620BD7488F7A9C525766D9AA87ED231208CAF. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/042.497-4 e o código de segurança QJtI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/08/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.
ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Comissão Permanente de Licitação
F 189
P 7540
R
CPL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13600099980	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
AMP1900131492

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

MANAUS
Local

3 Setembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/046.351-1	AMP1900131492	02/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Comissão Permanente de Licitação
F 190
P 1540
R
CPL

1ª ALTERAÇÃO
DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
NIRE: 13600099980
CNPJ:34.562.495/0001-64

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada:

SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido na cidade de Manaus/AM em 20/01/1988, portador da Cédula de Identidade nº. 2042936-3 SSP/AM Expedida em 09/08/2006 e CPF nº. 945.057.212-72, residente e domiciliado na cidade de Manaus/AM, sito a Rua Igarape Reconquista nº. 11, QD 52, Bairro Armando Mendes, Cep 69089-190.

O titular resolve Alterar a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, estabelecida na Rua Rio Pacavi nº. 186, Conj. Colina do Aleixo, Bairro São José Operário Cep 69085-275, Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob nº 34.562.495/0001-64, com seu contrato de constituição devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA, sob nº. 13600099980, em sessão de 16/08/2019 mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS OBJETIVOS SOCIAIS
A EIRELI resolve alterar suas atividades econômicas para:

4645-1/01	**Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios**

1412-6/01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção
4391-6/00	Obras de fundações
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4399-1/03	Obras de alvenaria
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos

C. G. M
Analisado
Ass

4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral
7729-2/03	Aluguel de material médico
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
8593-7/00	Ensino de idiomas
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

À vista da alteração ora ajustada consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL
A EIRELI gira sob o nome empresarial de **AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**



CLAUSULA SEGUNDA – DA SEDE

A EIRELI tem sede e domicilio *na* Rua Rio Pacavi nº. 186, Conj. Colina do Aleixo, Bairro São José Operário Cep 69085-275, Manaus/AM.

CLAUSULA TERÇA - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Constituem os objetos da EIRELI as seguintes atividades econômicas:

4645-1/01	**Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios**

1412-6/01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção
4391-6/00	Obras de fundações
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4399-1/03	Obras de alvenaria
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria



4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral
7729-2/03	Aluguel de material médico
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
8593-7/00	Ensino de idiomas
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social desta EIRELI é de R$ 100.000,00 (Cem mil Reais), conforme art. 980 - A, CC/2002.

CLÁUSULA QUINTA – Da Declaração de Integralização do Capital:
O subscritor declara que o Capital Social encontra-se completamente integralizado em moeda corrente nacional.

CLAÚSULA SEXTA – A Responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

CLÁUSULA SÉTIMA – A EIRELI iniciou suas atividades em 07/08/2019 e seu prazo é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA – A administração e o uso da denominação da EIRELI serão exercidos integralmente por SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES, titular da empresa, com plenos poderes de gestão.

CLÁUSULA NONA – Da Declaração do Desimpedimento. O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA – O exercício social encerra em coincidência com o encerramento do ano civil.

Comissão Permanente de Licitação
F. 192
P. 7540
R.
CPL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENQUADRAMENTO
O enquadramento será efetuado mediante declaração sob as penas da lei, de que a empresa se enquadra na situação de Microempresa, nos termos do art. 3º, caut e parágrafos, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O titular do presente EIRELI declara, nos termos da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Nesses termos, o titular firma o presente Ato Constitutivo em 01 (três) vias de igual teor e forma.

Manaus/AM 29 de agosto de 2019.

SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES
C P F nº.945.057.212-72

C. G. M
Analisado
Ass

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/046.351-1	AMP1900131492	02/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Comissão Permanente de Licitação
Fls: 193
Proc: 1540
Rubrica
CPL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, de nire 1360009998-0 e protocolado sob o número 19/046.351-1 em 02/09/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1009395, em 04/09/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador MARIA HELENA DOS P. DUTRA.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Alberto Pacheco da Silva Ladeira. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
945.057.212-72	SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

Manaus. Quarta-feira, 04 de Setembro de 2019

Alberto Pacheco da Silva Ladeira: 600.742.212-72

C. G. M
Analisado
Ass

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
031.287.762-53	MARIA HELENA DOS PASSOS DUTRA
600.742.212-72	ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA

Manaus. Quarta-feira, 04 de Setembro de 2019

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Fls. 194
Proc. 7540
Rubrica
CPV

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
SEBASTIAO REIS COELHO GUIMARAES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
20429363 SSP AM

CPF
945.057.212-72

DATA NASCIMENTO
20/01/1988

FILIAÇÃO
MANUEL GUIMARAES
MARIA DO CARMO COELHO GUIMARAES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
04610833397

VALIDADE
08/10/2018

1ª HABILITAÇÃO
06/04/2009

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
758758615

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MANAUS, AMAZONAS

DATA EMISSÃO
11/10/2013

DIRETOR PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

87447574184
AM017923980

DETRAN AM (AMAZONAS)

PROIBIDO PLASTIFICAR
758758615

G. M
Analisado
Ass

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 50604124
Data: 19/05/2020
Hora: 09:26:14
Válida até: 18/06/2020

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Comissão Permanente de Licitação
Fl. 195
Proc. 7540
Rubrica
CPL

C.N.P.J: 34.562.495/0001-64 - AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Inscrição: 05.412.432-8 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGÃO
Verificado Autenticidade
Em 16 / 06 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Pregoeira (Port. 067)

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº

101164/2020

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**
ENDEREÇO : **RUA RIO PACAVI, Nº: 186, CEP: 69085275**
BAIRRO : **SÃO JOSÉ OPERÁRIO** COMPLEMENTO: **, CJ COL DO ALEIXO**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **44207701**
CNPJ/CPF : **34562495000164**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

05/06/2020

Tributos

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS *****
***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****

Comissão ... Licitação - CPL/PREGRÃO
... Autenticidade
Em: 15 / 06 / 2020
Assinatura

****
****
****
****
****
****
****
****

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 03/09/2020

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

C. G. M Analisado Ass

VALIDAÇÃO

CND Nº101164/2020

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **F82.F3B.455.734**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 05/06/2020

Comissão Permanente de Licitação
F. 197
P. 7540
R.
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 34.562.495/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:36:49 do dia 09/01/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/07/2020.
Código de controle da certidão: **3EFD.F2E4.0968.4A66**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

15/01/2020
Assistente
Rosana Vieira
Pregoeira/CMBV

C. G. M
Analisado
Ass

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 34.562.495/0001-64
Razão Social: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Endereço: R RIO PACAVI 186 CJ COL DO ALEIXO / SAO JOSE OPERARIO / MANAUS / AM / 69085-275

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:10/03/2020 a 07/07/2020

Certificação Número: 2020031014211323226340

Informação obtida em 03/06/2020 15:30:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Comissão de Licitação - CPL/PREGÃO
Autenticidade
15 / 06 / 2020
Rosa Vieira
Pregoeira/PMBV

C. G. M
Analisado
Ass

Comissão Permanente de Licitação
F 199
P 15 40
CPL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)CNPJ: 34.562.495/0001-64
Certidão nº: 6219895/2020
Expedição: 10/03/2020, às 14:22:39
Validade: 05/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.562.495/0001-64**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comissão Permanente de Licitação - CPL/PREGÃO
Verificação de Autenticidade
Em: 15 / 04 / 2020
Assinatura
Rosana Vieira
Pregoeira/PMBV

C. G. M
Analisado
Ass

PREFEITURA BOA VISTA
Comissão Permanente de Licitação
F 200
P 7540
R
CPL

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos vinte dia do mês de julho de 2020, procedemos ao encerramento deste **volume Nº 01** do processo nº **007540/2020 – SMSA**, contendo as folhas nº **01 à 200** abrindo-se em seguida o **Volume 02.**

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira

C. G. M
Analisado
Aos